



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS ERECHIM
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO**

ALÍSSIA BARBERINI

**PEDAGOGIA DA COMIDA: PRÁTICAS DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR A PARTIR
DA PERCEPÇÃO DE MERENDEIRAS**

ERECHIM

2021

ALÍSSIA BARBERINI

**PEDAGOGIA DA COMIDA: PRÁTICAS DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR A PARTIR
DA PERCEPÇÃO DE MERENDEIRAS**

Dissertação de Mestrado, apresentado ao Programa de Pós-graduação Profissional em Educação da Universidade Federal da Fronteira Sul – Campus Erechim, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof. Dr. Isabel Rosa Gritti

**ERECHIM
2021**

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

Rodovia ERS 135 – Km 72, 200
CEP: 99700-000
Caixa Postal 764
Zona Rural
Erechim - RS
Brasil

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Barberini, Alíssia
Pedagogia da comida: práticas da alimentação escolar
a partir da percepção de merendeiras / Alíssia
Barberini. -- 2021.
144 f.

Orientadora: Dr Isabel Rosa Gritti

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da
Fronteira Sul, Programa de Pós-Graduação em Educação,
Erechim, RS, 2021.

1. Alimentação escolar. 2. Merendeira. 3. Manipulador
de alimentos. 4. Programa Nacional de Alimentação
Escolar. I. Gritti, Isabel Rosa, orient. II.
Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

ALÍSSIA BARBERINI

**PEDAGOGIA DA COMIDA: PRÁTICAS DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR A PARTIR
DA PERCEPÇÃO DE MERENDEIRAS**

Dissertação de mestrado, apresentada ao Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação da Universidade Federal da Fronteira Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Isabel Rosa Gritti.

Esta dissertação de mestrado foi defendida e aprovada em: 31/08/2021

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Isabel Rosa Gritti – UFFS

Prof. Dr.^a Ana Luiza Sander Scarparo – Nutricionista em Cachoeira do Sul

Prof.^a Dr.^a Maria Sílvia Cristofoli – UFFS

Prof.^a Dr.^a Silvana Maria Gritti – UNIPAMPA

Dedico este trabalho aos meus familiares, pilares da minha vida.

Dedico também a todos os profissionais que de alguma forma estão envolvidos com a alimentação escolar e, principalmente aos alunos, que têm na alimentação escolar, a principal refeição do dia.

AGRADECIMENTOS

Ao chegar no final desta etapa de minha vida pessoal, profissional e acadêmica é quase impossível não lembrar de algumas pessoas que foram fundamentais nesta caminhada do mestrado, e que auxiliaram na concretização deste projeto.

Primeiramente, agradeço a Deus, por se fazer presente em minha vida, ser minha fortaleza, e principalmente, me dando forças a cada dia para que tudo isso fosse possível.

Agradeço a minha família, aos meus pais, Paulo e Maria, meu noivo, Fernando, meu irmão, cunhadas e sobrinhos, que entenderam as minhas ausências e preocupações, mas que de um modo especial, me ajudaram e me encorajaram a chegar ao final desta caminhada. Agradeço do fundo do coração o companheirismo e o apoio incansável. Vocês são a minha base.

À minha orientadora, professora Dr^a. Isabel Rosa Gritti, que me acolheu no mestrado e me aceitou como orientanda. Pessoa de coração imenso e acolhedor, que incentivou a pesquisar e aprofundar meus conhecimentos, contribuindo significativamente para a construção deste estudo.

À minha colega Fabiane Turella Pedrozo Tomassini, que dividindo orientações com a professora Dr^a. Isabel Rosa Gritti, foi muito valiosa como colega e amiga. Uma pessoa maravilhosa e esforçada, que merece muito sucesso.

Às professoras da banca, prof. Dr^a. Ana Luiza Sander Scarparo, prof.^a Dr.^a Maria Sílvia Cristofoli e prof.^a Dr.^a Silvana Maria Gritti, pelas valiosas contribuições e sugestões que enriqueceram o trabalho.

Aos colegas do PPGPE, pelos momentos de compartilhamento de saberes durante o mestrado. Obrigado pelas discussões calorosas, pelos vários momentos de risadas e pelas cuias de chimarrão. Agradeço também aos colegas de trabalho e amigos, com quem várias vezes compartilhei inquietações e angústias, mas que pude trocar momentos de alegrias e descontração, que fizeram o meu dia melhor.

Agradeço aos gestores das prefeituras, por possibilitar que este estudo pudesse ser feito. E um agradecimento especial às merendeiras, por aceitarem o desafio de serem protagonistas deste estudo.

Por fim, minha gratidão às pessoas que de alguma forma contribuíram nesta caminhada, expresso a minha sincera e afetuosa gratidão. Certamente o mestrado foi uma experiência enriquecedora.

“Comida é também prazer, comunidade, família, espiritualidade, relacionamento com o mundo natural e também é expressão de nossa identidade” (ALVARENGA et al, 2015).

RESUMO

A alimentação escolar no Brasil, caracteriza-se como a política pública com mais longevidade no país, quando se fala na área de segurança alimentar e nutricional. Ela visa assegurar aos estudantes da rede pública de educação, o fornecimento de alimentos para o seu pleno crescimento e desenvolvimento, considerando o período em que se encontram na escola. E o termo, “pedagogia da comida” utilizado no título desta pesquisa, busca indagar sobre as experiências do comer na coletividade, em especial sobre a alimentação escolar, estudando os seus significados e como esses referenciais são construídos no decorrer dos anos. Dentro deste contexto, encontramos os manipuladores de alimentos, ou como chamados nesta pesquisa, de merendeiras, profissionais que estão intimamente ligados a construções dos significados do comer na escola. Com isso, a pesquisa apresenta como objetivo, analisar as percepções de merendeiras, de dois municípios do Rio Grande do Sul, sobre a alimentação escolar. A pesquisa se caracteriza como qualitativa, utilizando o método de pesquisa-ação. Inicialmente foi realizada uma entrevista semiestruturada com as merendeiras, e após a análise destas entrevistas, pôde-se categorizar as respostas, considerando as percepções das merendeiras sobre a alimentação escolar. Para o momento das entrevistas o número total de participantes foram nove merendeiras. Após a análise das entrevistas, foi desenvolvida três rodas de conversa, com oito participantes. Os resultados da pesquisa apontam que as merendeiras pouco conhecem a política pública que é o PNAE, mas conhecem a prática e a importância dos seus afazeres diários. Referente aos cardápios escolares foi possível discutir sobre as exigências, restrições e preferências de gêneros alimentícios, destacando a importância do cumprimento do que é estabelecido na legislação, pensando na oferta de refeições com qualidade nutricional. Em relação aos fatores que influenciam na adesão a alimentação escolar, as merendeiras referiram que os alunos comem por fome, mas também por incentivo, sabor, turno da aula, tipo de preparação ou pelo fato de preferirem outra atividade, como brincar. O fato de os alunos levarem lanche de casa também foi visto como interferência na adesão da alimentação servida em ambiente escolar. Por fim, percebeu-se a relevância de treinamentos constantes com as merendeiras, permitindo assim, uma ampliação das percepções das merendeiras quanto a alimentação escolar, entendendo sobre a política pública que o PNAE e suas características.

Palavras-chave: Merendeira. PNAE. Alimentação escolar.

ABSTRACT

School feeding in Brazil stands out as the longer-lasting public policy in the country when it comes to the food and nutrition security area. It aims to assure students in the public education system, the provision of food for their full growth and development, considering the period that they are at school. The term “food pedagogy” used in the title of this research, seeks to inquire about the experiences of eating in the community, especially about school feeding, studying their meanings, and how these references are built over the years. Within this context, we find food handlers, or as called in this research, lunch ladies (“merendeiras”), professionals who are closely linked to constructions of the meanings of eating at school. Thus, this research aims to analyze the perceptions of lunch ladies, from two municipalities in the Rio Grande do Sul state, about school feeding. This research is characterized as qualitative, using the action research method. First of all, a semi-structured interview was carried out with the lunch ladies, and after analyzing these interviews, it was possible to categorize the answers, considering their perceptions about school feeding. For the interviews, the total number of participants was nine lunch ladies. After analyzing the interviews, three conversation circles were developed, with eight participants. The survey results show that the lunch ladies know little about the PNAE public policy, but they know about the practice and the importance of their daily tasks. Regarding school menus, it was possible to discuss the requirements, restrictions, and preferences of food groups, highlighting the importance of complying with what is established in the legislation, thinking about the meals offered with nutritional quality. Regarding the factors that influence adherence to school feeding, the lunch ladies reported that the students eat because they are hungry, but also because of encouragement, taste, class shift, type of preparation, or because they prefer another activity, such as playing. The fact that some students take snacks from home was also seen as an interference in the adherence to the food served in the school environment. Finally, we noticed the relevance of constant training with the lunch ladies, allowing an expansion of their perceptions about school feeding, understanding the public policy that is PNAE and its characteristics.

Keywords: Lunch ladies. PNAE. School feeding.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Localização de Gaurama no mapa do Rio Grande do Sul	63
Figura 2: Localização de Três Arroios no mapa do Rio Grande do Sul	70

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Distribuição dos trabalhos por ano de publicação.....	46
Gráfico 2: Distribuição dos trabalhos por tipos de PPG.....	48
Gráfico 3: Indicação da parte do estudo em que as merendeiras foram citadas, considerando os trabalhos da Categoria 1.....	51
Gráfico 4: Indicação da parte do estudo em que as merendeiras foram citadas, considerando os trabalhos da Categoria 2.....	52
Gráfico 5: Distribuição das merendeiras de acordo com o tempo de serviço.	84
Gráfico 6: Fatores associados a adesão dos alunos à alimentação escolar, segundo as merendeiras.....	91

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Valores repassados pelo FNDE por etapa e modalidade de ensino (2003-2008)..	33
Quadro 2: Síntese histórica da alimentação escolar no Brasil, até 2009.....	34
Quadro 3: Valores repassados pelo FNDE por etapa e modalidade de ensino (2009 – 2017).	40
Quadro 4: Síntese histórica da alimentação escolar no Brasil, a partir de 2009.....	41
Quadro 5: Distribuição de trabalhos por região do país.....	47
Quadro 6: Coleta de dados para pesquisa.....	61
Quadro 7: Dados das escolas municipais de Gaurama.	65
Quadro 8: Número de alunos e quantidade de refeições servidas nos anos de 2015 até 2019 nas escolas municipais de Gaurama.	67
Quadro 9: Perfil das participantes da pesquisa em Gaurama.....	69
Quadro 10: Dados das escolas municipais de Três Arroios.....	73
Quadro 11: Número de alunos e quantidade de refeições servidas nos anos de 2015 até 2019 nas escolas municipais de Três Arroios.....	74
Quadro 12: Perfil das participantes da pesquisa em Três Arroios.	75
Quadro 13: Resumo dos dados dos municípios estudados.	76
Quadro 14: Número de participantes em cada fase da pesquisa.	80
Quadro 15: Categorização da análise das entrevistas.	81
Quadro 16: Categorização da análise das entrevistas e resumo das percepções das merendeiras em cada categoria.....	94
Quadro 17: Cronograma das “rodas de conversa” com as merendeiras.	95
Quadro 18: Dados da 1ª “Roda de conversa”.	98
Quadro 19: Temas abordados na primeira “roda de conversa”.	100
Quadro 20: Dados da 2ª “Roda de conversa”.	107
Quadro 21: Temas abordados na segunda “roda de conversa”.....	107
Quadro 22: Dados da 3ª “Roda de conversa”.	116
Quadro 23: Temas abordados na terceira “roda de conversa”.....	117

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEE – Atendimento Educacional Especializado
BDTD – Banco Digital de Teses e Dissertações
CAE – Conselho de Alimentação Escolar
CECANE – Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição do Escolar
CEP – Comitê de Ética em Pesquisa
CONSEA - Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
CPM – Círculo de Pais e Mestres
CD – Conselho Deliberativo
DAP – Declaração de Aptidão ao Pronaf
DHAA – Direito Humano a Alimentação Adequada
EAN – Educação Alimentar e Nutricional
EEX – Entidade Executora
EJA – Educação de Jovens e Adultos
EMEF – Escola Municipal de Ensino Fundamental
FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
GH – Hormônio do crescimento
IAN – Insegurança Alimentar e Nutricional
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços
IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IBICT – Instituto Brasileiro de Informações em Ciências e Tecnologia
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
MEC – Ministério da Educação
O₂ - Oxigênio
PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola
PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNATE – Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar
PPG – Programa de Pós-Graduação
PPGPE – Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação
RT – Responsável Técnico
SAN – Segurança Alimentar e Nutricional

SAPES - Serviço de Alimentação e Previdência Social

SiGPC - Sistema de Gestão de Prestação de Contas

SIGECON - Sistema de Gestão de Conselhos

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UFFS – Universidade Federal da Fronteira Sul

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

1 ENTRE PANELAS, PRATOS E TALHERES: CONSIDERAÇÕES INICIAIS SOBRE A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	16
2 DELINEAMENTO TEÓRICO: APRESENTANDO O PNAE	24
2.1 ALIMENTAÇÃO ESCOLAR: DIREITO SOCIAL FUNDAMENTAL.....	24
2.2 PNAE EM FOCO: TRAJETÓRIA HISTÓRICA.....	29
2.2.1 PNAE: desde seus primeiros passos até o ano de 2008.....	30
2.2.2 PNAE: de 2009 até hoje	35
2.3 PEDAGOGIA DA COMIDA: O QUE O COMER NA ESCOLA SIGNIFICA.....	42
3 ESTADO DO CONHECIMENTO: O QUE NOS DIZEM OS TRABALHOS JÁ DESENVOLVIDOS	45
4 PERCURSO METODOLÓGICO	53
4.1 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA	53
4.1.1 Pesquisa Qualitativa	54
4.1.2 Pesquisa-ação.....	55
4.1.3 Aspectos éticos	58
4.1.4 Coleta de dados.....	59
5 CONHECENDO OS MUNICÍPIOS ESTUDADOS	63
5.1 GAURAMA	63
5.2 TRÊS ARROIOS	70
6 DIÁLOGO ENTRE AS MERENDEIRAS E A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR: RESULTADOS A PARTIR DA ANÁLISE DOS DADOS DA FORMAÇÃO	78
6.1 IDENTIFICANDO O PROBLEMA DE PESQUISA E OS PRIMEIROS PASSOS PARA A CONSTRUÇÃO DA FORMAÇÃO	78
6.2 FORMAÇÃO COM AS MERENDEIRAS: RESULTADOS E DISCUSSÃO SOBRE O QUE ENVOLVE O DELICIOSO COMER NAS ESCOLAS PÚBLICAS	97
6.2.1 Primeira ‘Roda de conversa’ – situando as participantes no âmbito do PNAE.....	98
6.2.2 Segunda ‘Roda de conversa’ – discussões sobre o cardápio e agricultura familiar	106
6.2.3 Terceira ‘Roda de conversa’ – por que os alunos não comem a alimentação escolar?	116

6.2.4 Avaliação final das merendeiras: foi válido todo esse processo?.....	124
6.3 NO FINAL DE TODA PREPARAÇÃO: APRESENTAMOS O PRODUTO FINAL...	126
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR: COMO É BOM SABOREAR UMA REFEIÇÃO PREPARADA COM CAPRICHOS	128
REFERÊNCIAS.....	132
APÊNDICE A – Declaração de Ciência e Concordância das Instituições Envolvidas..	140
APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	141
APÊNDICE C – Questionário para entrevista com merendeiras	144

1 ENTRE PANELAS, PRATOS E TALHERES: CONSIDERAÇÕES INICIAIS SOBRE A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

A alimentação, na atualidade, é alvo de muitas indagações, principalmente no que se refere ao tipo de alimento que se deve comer para ser um indivíduo mais saudável. Esses questionamentos por vezes giram em torno de alimentos que, por um momento, são colocados como vilões e em outras ocasiões são incluídos como heróis. Aliado a isso, emergem as “dietas milagrosas” que, com base em pouco estudo científico, fazem com que as pessoas retirem da sua rotina determinados tipos de alimentos, alguns desses, essenciais. Por outro lado, e incluso nesse mesmo contexto, se estabelece um movimento quanto à preferência por comida de verdade, àquela que realmente faz bem para o corpo e para a alma, uma comida reconfortante, caseira, com ingredientes naturais ou minimamente processados.

Todo esse movimento quanto à alimentação, se faz em função de que o sistema alimentar, assim como a língua falada, contém e expressa a cultura de quem a pratica, considerando-a como um depósito de tradições e identidade de um grupo. A comida é acompanhada de historicidade, desde a descoberta do fogo, da manipulação dos alimentos para além somente daquilo que a natureza provia, do início da culinária e, até mesmo, para a comida como expressão das camadas dominantes da sociedade (MONTANARI, 2013).

O Brasil apresenta uma riqueza em relação a opções alimentares, contemplando a multiplicidade de pratos e preparações, representando assim, a essência e a peculiaridade do povo brasileiro. É comum encontrar adaptações culinárias das preparações originalmente trazidas por imigrantes, resultado de uma intensa miscigenação, demonstrando respeito às diferenças e a convivência de diferentes culturas. Por essa razão, é difícil definir uma linha de hábitos alimentares no Brasil, é mais interessante identificar esses hábitos conforme as regiões do país, passando desde o acarajé baiano até o churrasco gaúcho (BITTENCOURT, 2011).

Isso faz com que a comida seja um campo prazeroso para conhecer e estudar, não somente em degustar. Ao acompanhar a trajetória histórica da alimentação, é possível notar o quanto ela tem influenciado nas rotinas e no cotidiano das pessoas através dos séculos, mesmo sem percebermos. E dentro desta visão mais ampla de alimentação, entraremos na área da alimentação escolar pública, campo que em seus sessenta e seis anos de efetivação como política pública, já passou por mudanças significativas, envolvendo diversos atores, em vista de uma melhor qualidade alimentar para os estudantes.

A alimentação escolar, efetivada desde 1955 no Brasil, caracteriza-se como a política pública com mais longevidade no país, quando se fala na área de segurança alimentar e nutricional. Ela visa assegurar aos estudantes da rede pública de educação, o fornecimento de alimentos para o seu pleno crescimento e desenvolvimento, considerando o período em que se encontra na escola (TASCA; DEGENERONE; PARIS, 2020).

Assim, pensando em como a alimentação é parte fundamental nas rotinas diárias, em especial nas escolas, o presente trabalho constitui-se em uma pesquisa organizada no Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação (PPGPE) da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) – Campus de Erechim, estando vinculada à linha de Pesquisa em “Educação Não-formal: Práticas Político-Sociais”. Inicialmente, é importante esclarecer que o tema da investigação é analisar as percepções das merendeiras¹ de dois municípios do Rio Grande do Sul sobre a alimentação escolar.

O interesse pelo tema desenvolvido com a pesquisa surgiu pelo fato de ser nutrição a minha primeira formação, e por atualmente trabalhar na área, mas também por acreditar que a alimentação é parte primordial na vida do ser humano, que ela pode desencadear memórias quanto a acontecimentos, felizes ou não, que perpassam o cotidiano dos indivíduos. Uma vez que, grande parte da rotina diária das pessoas está relacionada com a alimentação: horário de intervalo do trabalho, hora do recreio nas escolas, momentos de comemoração estão sempre ligados à comida. Além disso, percebe-se que o simples fato de reunir algumas pessoas já resulta no questionamento: “O que vamos comer?”.

Acredito que, como citam Koerich e Silva (2014), a alimentação desempenha um papel que vai além de apenas um ato biológico, visto que o ser humano é cerimonioso ao comer, sempre foi. Nenhum alimento que entra em nossas bocas é neutro, o que se come é tão importante quanto ao onde, com quem, quanto e quando se come. Desse modo, a culinária, está relacionada a lembranças, emoções e sentimentos que nos remetem às memórias do passado e dos indivíduos com quem nos relacionamos.

Ao trazer a alimentação para âmbito escolar, Cavallini e Tedeschi (2015) reforçam a ideia da conexão que a comida desempenha na vida de todo ser humano, pois além de ser indispensável à existência, pode comunicar o que somos na essência, construindo nossas

¹ Os manipuladores de alimentos, ou como chamamos nesta pesquisa, de “merendeiras”, será utilizada no gênero feminino, pois esse cargo, nos municípios que será realizada a pesquisa, é exercido por mulheres.

Dados do Portal da Transparência do Rio Grande do Sul, no mês 02/2021, dos 5.174 cargos de Agente Educacional I – Alimentação, aproximadamente, 76 eram exercidos por homens, considerando os dados da rede estadual de ensino. Dados disponíveis em: <<http://www.transparencia.rs.gov.br/QvAJAXZfc/pendoc.htm?document=Transparencia.qvw&host=QVS%40QLVPRO06&anonymous=true>>.

memórias. E assim, a alimentação assume valor especial na experiência de vida dos estudantes, construindo novas dimensões de vida pessoal.

Pensando nisso, não podemos dizer que a alimentação é algo sem significado e valor nas escolas. Como relata Amaro (2002), ao comer na escola, os estudantes vão adquirindo significados, características e especificidades da alimentação. É nesse espaço que a alimentação torna-se um eixo norteador da rotina, pois ocupa um tempo na vida cotidiana das crianças no decorrer da sua trajetória escolar, além de estar relacionada com as necessidades, condições ambientais e questões culturais.

E para que esses alunos construam essas rotinas alimentares na escola, é necessário profissionais que estejam ligados a essas construções, entre eles, estão as merendeiras. Como citam Tanajura e Freitas (2012), merendeiras são manipuladores de alimentos que apresentam a função de organização, preparo, distribuição e das demais atividades que envolvam a produção de refeições servidas nas escolas públicas. Além de apresentarem a atribuição de receber, conferir, pesar, guardar mantimentos, separar os ingredientes para preparação dos alimentos, têm o importante papel de incentivar os estudantes a consumirem os alimentos servidos, preocupando-se com a rejeição e a aceitação do cardápio.

É importante salientar que a denominação ‘merendeira’ será utilizada em função da legislação² de ambos os municípios, que criam o cargo de merendeira. Entretanto, essas são, na verdade, manipuladores de alimentos.

Além disso, as merendeiras estão em constante contato com os alunos no momento das refeições nas escolas, são educadores alimentares, uma vez que em diversas vezes sabem os gostos de cada um, preocupam-se com aquele estudante que nunca come nada e se sentem radiantes quando recebem elogios dos comensais quanto à comida preparada.

E para buscar entender como as merendeiras sentem-se quanto a aspectos ligados à rotina escolar, e em especial ao cotidiano alimentar na escola, é interessante analisar as percepções dessas profissionais e o que elas sabem em relação ao que é servido aos alunos, bem como todo o processo que compõe o produto final do seu trabalho, que é a refeição pronta.

Para isso, o estudo sobre esse tema e o levantamento de informações dos aspectos ligados à alimentação ofertada pela escola, são de grande importância para identificar quais os elementos que estão interligados com o trabalho das merendeiras nas escolas públicas, e

² Lei Municipal de Gaurama nº 2.180, de 14 de dezembro de 1999 e Lei Municipal de Três Arroios nº 2.211, de 29 de Julho de 2014.

consequentemente, podendo auxiliar para que essas compreendam todo o processo envolvido no levar o alimento ou a preparação para os estudantes.

A partir disto, o tema escolhido para a presente pesquisa justifica-se também em virtude de ser uma área em que atualmente trabalho como nutricionista, e que tenho grande apreço. A experiência, que foi – e continua sendo – construída com a prática profissional dos aspectos relacionados à alimentação escolar, e, principalmente, à convivência que tenho como profissional ao acompanhar as merendeiras e os alunos durante os momentos de alimentar-se na escola, gera alguns questionamentos e várias incertezas.

Dúvidas que vão além do trabalho técnico do nutricionista, mas também em como esta alimentação ofertada pela escola, influencia no cotidiano escolar e no trabalho das merendeiras. E para além disso, e talvez a minha maior inquietação, seja em relação a como as profissionais responsáveis pelo preparo das refeições nas escolas, as merendeiras, se relacionam com o seu trabalho, se sabem o motivo da alimentação escolar ser estruturada de tal maneira e como elas se reconhecem nesse processo.

A minha graduação em nutrição aconteceu entre os anos de 2006 a 2009, período em que aprendemos todas as áreas da nutrição, e como estudante, não havia preferência entre um e outro campo de atuação. Entretanto, foi com os estágios que percebi que a alimentação em saúde coletiva, sendo aquela que abrange o trabalho com a alimentação escolar, foi a que mais me atraiu.

Outro fato que foi decisivo e que marcou minha trajetória como estudante de nutrição, foi que em 2009, no primeiro semestre, estava construindo o famoso Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), no qual fiz uma análise do consumo alimentar dos estudantes de uma escola de educação infantil, os quais faziam a maior parte das refeições diárias na escola, desde o café da manhã até o lanche da tarde, antes de saírem para retornarem para casa. Fiz a coleta de dados, cálculos de quanto as crianças estavam consumindo, porém, eu e minha orientadora estávamos com um problema: como analisar se as quantidades ofertadas de nutrientes estavam sendo satisfatória?

Foi quando, em um dia de palestras da semana acadêmica do curso, a professora palestrante mostrou a recém promulgada Lei nº 11.947, de 16 de Junho de 2009, mostrando os avanços com essa nova legislação e colocando o que tínhamos até então em termos de alimentação escolar. Além de encaminhar o andamento do meu TCC, muitas orientações foram embasadas com essa lei, possibilitando uma maior fluidez no trabalho com alimentação

escolar, e tornou mais visível o que deveria ser realizado pelos agentes envolvidos no programa.

E ao me formar, no final do ano de 2009, iniciei a trajetória de concursos públicos. Não sei dizer ao certo quantas foram no total as provas que fiz, mas foram várias e isto me ajudou a cada vez mais focar nos estudos e assim conseguir trabalhar em duas prefeituras, as quais dedico 20 horas semanais em cada.

Aprendi que trabalhar com alimentação escolar nas escolas públicas não é algo fácil, são várias exigências, envolvendo diversas pessoas e processos antes de chegar ao produto final, que é a comida para o aluno. É um conjunto de minuciosidades, que por vezes desgasta, porém ao mesmo tempo é prazeroso observar as merendeiras preparando o momento da refeição e os estudantes se alimentando, e comendo com gosto.

Quando já estava nessa rotina de trabalho, surgiu a oportunidade da graduação em pedagogia. Confesso que, por mais que estivesse ciente da minha inscrição para o processo seletivo, foi um susto ver que havia sido selecionada, iniciando assim minha trajetória na pedagogia. Inicialmente me sentia deslocada, com colegas professoras, com experiência na área, e eu como apenas uma nutricionista que nunca imaginou a pedagogia como opção. Mas aos poucos fui me encontrando, alinhando os aprendizados de ambas as áreas e principalmente, percebendo que as duas se completam.

Foi na pedagogia que pude me aprofundar ainda mais sobre o tema de alimentação na escola, uma vez que o TCC construído nesta graduação, intitulado de “Pedagogia da comida: cultura, ética e aprendizagem nos processos de alimentação das crianças na escola de educação infantil”, permitiu aprendizagens significativas sobre o assunto. É importante destacar que o termo “pedagogia da comida” foi elaborado juntamente com o professor Dr. Rodrigo Saballa de Carvalho, orientador do referido TCC, sendo que esse termo refere-se a pedagogia que indaga sobre as experiências de alimentar-se na coletividade, em especial sobre a alimentação escolar, estudando os seus significados e como esses referenciais são construídos no decorrer dos anos.

Assim, o percurso na pedagogia, em especial em uma universidade federal, me fez ver o mundo com outros olhos, precisei ler e estudar muito, uma vez que nunca havia me aprofundado nos temas pedagógicos. Pensando hoje sobre isso, vejo o quanto pude aproveitar e enriquecer o meu trabalho e o meu fazer profissional, perpassando por uma satisfação pessoal também. Claro que ainda tenho muito a aprender, muitas dúvidas e dificuldades ainda tenho, mas essas aos poucos vão sendo esclarecidas e sei que outras novas vão surgir.

Assim, como já comentei, ao estudar a nutrição, seus processos bioquímicos que envolvem os nutrientes, fases de desenvolvimento humano, entre outros tantos assuntos importantes e pertinentes da área, foi a alimentação escolar que mais me atraiu, principalmente pelo fato de lidar com uma política pública que faz do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), um programa reconhecido e que auxilia no processo de desenvolvimento e crescimento dos estudantes, contribuindo também para o rendimento escolar.

E a graduação em pedagogia me possibilitou uma desconstrução sobre alguns pontos que estava confortável, conforme havia aprendido na nutrição, tanto que hoje acredito que toda nutricionista, que escolha trabalhar com alimentação escolar, deveria entrar no universo envolvente de reflexão e aprendizado da graduação em pedagogia.

A partir disto, passando por minha trajetória acadêmica pela nutrição e pedagogia, percebi que a alimentação, principalmente a escolar, é muito mais do que somente calcular cardápios, fazer pedidos e conferência de produtos com as merendeiras, mas envolve também pensar em situações pedagógicas que possam remeter aos estudantes o incentivo à ingestão de uma alimentação saudável na escola e, além disso, é um trabalho contínuo com as merendeiras, reforçando a importância de seu trabalho, de certas exigências e cuidados.

Foi preciso alguns anos trabalhando como nutricionista para entender que não é somente aliar este trabalho ao pedagógico, que isso bastaria para que as merendeiras seguissem o cardápio e realizassem seu trabalho perfeitamente para que os estudantes experimentassem a “merenda escolar” e aderissem a ela. Percebo que tenho que ir mais fundo, e por esta razão, nada melhor do que promover situações que proporcionem a interação significativa dos agentes envolvidos nesse processo.

Essas vivências fizeram despertar um interesse em aprofundar o conhecimento sobre a política pública que é o PNAE e, além disso, trazer as merendeiras como protagonistas do processo da pesquisa, uma vez que estão diariamente em contato com os alunos. Ninguém melhor do que elas para explicitar pontos fortes e fracos do processo de alimentação na escola e refletir sobre isso. Trata-se de uma tentativa de trabalhar a complexidade do PNAE, desde o processo de compra dos alimentos até a sua oferta ao estudante.

Além de uma justificativa pessoal, a pesquisa pode trazer reflexões acerca da relevância social que o tema proporciona. Uma vez que a alimentação escolar é um direito dos estudantes de educação básica, enquanto estão frequentando o período letivo, é importante analisar como a mesma está se consolidando, a partir das percepções das merendeiras.

Ressalto também que a alimentação escolar pública é garantida através do PNAE, que apresenta as diretrizes e bases para o seu funcionamento. Contudo, é necessário o desenvolvimento de espaços para analisar a efetividade do programa, definindo pontos importantes para a sua melhor execução, visando uma oferta de alimentação que realmente atenda com qualidade os maiores beneficiários do programa, que são os alunos, e respeitando as percepções dos atores envolvidos nesse processo: as merendeiras.

Ainda trazendo dados de justificativa do tema proposto, é importante salientar a sua relevância acadêmica. Desta forma, é importante considerar que a pesquisa, a análise e a reflexão de dados da pesquisa, contribuirão para maior compreensão do processo de alimentar-se na escola, apresentando proposições para que possíveis avanços possam ser tomados, em vista de melhorar a relação entre refeição servida, merendeiras, alunos, nutricionistas, professores e demais agentes interligados nesse processo. E com base nessas percepções, contribuir para maiores estudos do tema e, principalmente, trazer aspectos importantes para que acadêmicos da área possam estar em contato com especificidades dessa área de atuação.

É interessante trazer uma justificativa quanto a escolha do local que foi realizada a pesquisa, para isso foram convidadas a participarem do estudo, as merendeiras de dois municípios, os quais atuo como nutricionista. Os sujeitos da pesquisa, assim como os locais, foram pensados pelo fato de os municípios apresentarem diferentes formas de organização da alimentação escolar, entretanto, ambos com aspectos que podem ser trabalhados com as merendeiras sobre todo o processo que envolve o trabalho com a alimentação na escola.

Neste sentido, nesses municípios que foram estudados, existem diversos aspectos que precisam estar em destaque no processo de comer na escola. O ato de comer não poderia ser encarado como algo mecânico e sem importância; e muitas vezes, as merendeiras percebem esse momento como sendo apenas para satisfazer as necessidades fisiológicas. Entretanto, é através da alimentação que são absorvidas as primeiras noções de desejo e de satisfação, descoberta de novos gostos e cheiros, é um momento rico em aprendizagens, mas do qual pouco se sabe sobre as experiências das merendeiras.

Além disso, a alimentação escolar é uma prática que caracteriza as escolas brasileiras, e em vista disto, o foco da pesquisa envolve a seguinte problemática: Quais as percepções de merendeiras, de dois municípios do Rio Grande do Sul, sobre a alimentação escolar?

A pesquisa apresenta como objetivo geral analisar as percepções de merendeiras, de dois municípios do Rio Grande do Sul, sobre a alimentação escolar. Para isso, foram

elaborados os seguintes objetivos específicos: a) averiguar os conhecimentos das merendeiras quanto ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); b) debater características sobre o cardápio escolar; c) examinar a adesão pelos alunos da alimentação escolar, segundo as merendeiras.

Para discutir esses assuntos, o presente trabalho é composto por sete capítulos. O capítulo I, corresponde as considerações iniciais do trabalho, em que são abordados os objetivos da pesquisa, pergunta norteadora e justificativas que levaram a escolha do tema da investigação acadêmica.

O capítulo II, intitulado como “Delineamento teórico: apresentando o PNAE” traz aspectos ligados ao PNAE, com produções científicas brasileiras voltadas à história, trajetória, execução e conceitos do programa.

O capítulo III corresponde ao estado do conhecimento, apresenta como título “Estado do conhecimento: o que nos dizem os trabalhos já desenvolvidos”. Este capítulo é estruturado com base na análise dos trabalhos desenvolvidos sobre alimentação escolar e merendeiras.

Para o capítulo IV será abordado o “Percurso metodológico”, apresentando informações quando as técnicas de coleta e análise de dados da pesquisa. Salientando que a pesquisa se constitui pelo método qualitativo, caracterizada como uma pesquisa-ação, a qual utilizou entrevistas semiestruturadas em vista de atingir os objetivos e responder a questão problema que norteia o trabalho.

No capítulo V, são exploradas as características da alimentação escolar nos municípios estudados, assim como retomando um breve histórico desses municípios.

O capítulo VI traz os resultados da pesquisa, com as reflexões sobre a percepção das merendeiras quanto a alimentação escolar. Refere sobre os resultados da fase exploratória da pesquisa e sobre as “rodas de conversa” realizadas. Abrange também o produto final da pesquisa. Em seguida, o capítulo VII refere-se as considerações finais do trabalho.

Após este capítulo introdutório, ressaltando dados sobre os objetivos e justificativa da pesquisa, além de explanar um pouco sobre a alimentação escolar e alguns aspectos que envolvem essa prática, o próximo capítulo tratará sobre o referencial teórico, sobre a alimentação escolar como direito fundamental e a trajetória histórica do PNAE.

2 DELINEAMENTO TEÓRICO: APRESENTANDO O PNAE

Esse capítulo está destinado a fazer uma apresentação sobre os aspectos que envolvem o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Assim, serão ressaltados aspectos relevantes quanto ao tema estudado, como conceitos e características essenciais para compreender a dinâmica do assunto e como este dialoga com os estudos produzidos sobre a temática. Para organizar e fundamentar o presente capítulo, o referencial teórico será organizado com os seguintes temas: ‘Alimentação escolar: direito social fundamental’, ‘PNAE em foco: trajetória histórica’ e também sobre ‘Pedagogia da comida: o que o comer na escola significa’.

2.1 ALIMENTAÇÃO ESCOLAR: DIREITO SOCIAL FUNDAMENTAL

A alimentação escolar no Brasil, através do PNAE, é considerado o maior programa de suplementação alimentar da América Latina, isso pensando pelo seu tempo de atuação e sua continuidade, garantindo o cumprimento constitucional de 1988, que estabelece a alimentação como direito social do cidadão (LIBERMANN; BERTOLINI, 2015).

Na dinâmica brasileira, a preocupação do Estado com a alimentação como política educacional coincide com a fase de inserção de proteção social no Brasil na década de 1930. Época em que foram discutidas políticas específicas apresentando como foco a alimentação de famílias, dos escolares e dos trabalhadores fabris (CARVALHO, 2009).

Desde então, a garantia por esse direito à alimentação foi sendo estruturada e, na década de 1950, uma campanha para alimentação dos estudantes foi instituída, apresentando como objetivo contribuir para o crescimento e desenvolvimento dos alunos da educação básica pública, fortalecendo também o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis. Das significativas mudanças que o programa passou nas últimas décadas, sobressaem-se os importantes avanços em seus aspectos técnicos e operacionais, possibilitando aos estados e municípios uma maior eficácia nas suas ações, e principalmente, a inserção da participação social como fator fundamental para controle e fiscalização da execução do programa (PEDRAZA et al, 2018).

Desta forma, antes de adentrar pelo campo da alimentação escolar, é importante definir alguns termos que embasam o PNAE, pois este é um programa que foi planejado com

base em direitos, que definiram políticas, e que a partir dessas, delimitaram caminhos para o seu planejamento e execução.

Inicialmente, e pensando a alimentação escolar como um direito, é interessante citar o que se define por direito. Assim, Bobbio (2004) refere que os direitos humanos partem do pressuposto, que são delimitados a partir de coisas desejáveis, ou seja, objetivos que merecem ser perseguidos, que não foram ainda reconhecidos, apesar de sua desejabilidade. Outro ponto de grande relevância é o fato de que a gama de direito dos homens se modificou e continua a se modificar, com base nas mudanças das condições históricas, dependendo de carecimentos e interesses, das classes no poder, assim como dos meios que estão disponíveis para realização dos mesmos.

Em busca de um nível mínimo de igualdade, tanto jurídica quanto material e efetiva, os direitos sociais exigem posição ativa do Estado, para que ocorra a proteção desses direitos, uma vez que se pretende disponibilizar, por parte dos Poderes Públicos, condições materiais de vida digna (DUARTE, 2004).

Portanto, e como coloca Bobbio (2004, p. 16), “[...] o problema fundamental em relação aos direitos do homem, hoje, não é tanto o de justificá-los, mas o de protegê-los.” Uma vez que, por mais que um direito já esteja garantido juridicamente, isto não quer dizer que o mesmo esteja sendo efetivamente realizado.

Em vista da concepção de direitos, sendo esses, construídos com base em coisas desejáveis, as políticas públicas vêm ao encontro desses objetivos. Desta forma, segundo Muller e Surel (2002, p. 13), a definição de política pública pode ser explicitada como:

[...] definições vão desde a qualificação mínima, “tudo o que o governo decide fazer ou não fazer”, até definições mais complexas, em que a política pública se apresenta como um programa de ação governamental num setor da sociedade ou num espaço geográfico: a saúde, a seguridade, os trabalhadores imigrados, a cidade de Paris, a Comunidade europeia, o oceano Pacífico, etc.

O termo ‘políticas públicas’, surgiu como área de conhecimento e sua inserção na academia, emergiu nos Estados Unidos, rompendo com práticas europeias, onde a área de políticas públicas buscava teorias para explicar o Estado como produtoras de políticas públicas. Já os americanos, interpretaram esta área da ciência política, como passível de ser estudada como formadora de ciência e por cientistas independentes (SOUZA, 2006).

Ao fazer a relação entre direito e políticas, Bittencourt (2007), refere que se o entendimento de direito se faz em torno do conjunto de normas, ou de ordem normativa, por

meio da qual se desenvolve organização da vida em sociedade, a política apresenta-se como direito sob dois pontos de vistas:

a) até que ponto a ação política se desenvolve por meio de direito; a ordem jurídica é produto do poder político, trata-se do direito positivo e não do direito natural, não há outro direito se não o existente, direta ou indiretamente reconhecido pelo poder político, b) até que ponto o direito delimita e disciplina a ação política (BITTENCOUT, 2007, p. 21).

A partir disso, as políticas públicas assumem uma característica de espaços de relações interorganizacionais, perpassando uma visão exclusivamente jurídica. É constituída de forma a regular os conflitos entre os interessados, assegurando articulação e harmonização de seus interesses e objetivos individuais, aliando com os fins coletivos. Dessa forma, as políticas públicas não são somente um conjunto de decisões, ela visa o bem comum e individual (MULLER; SUREL, 2002).

Contribuindo com essa perspectiva, Duarte (2004) refere que o direito social não abrange somente uma visão individualizada, mas estende-se aos grupos vulneráveis. A partir desse argumento, traz o direito à educação como sendo algo que se constitui além de ofertar ensino para alunos frequentarem o ensino fundamental, para alcançar melhores oportunidades de emprego, contribuindo para o desenvolvimento da nação. O direito à educação visa fornecer condições para o desenvolvimento de capacidades individuais, não se limitando apenas às exigências do mercado de trabalho.

Sob esse foco, entre vários pensadores, que buscaram definir o que é política pública, o mais utilizado é o conceito de Laswell, que refere que “[...] decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz” (SOUZA, 2006, p. 24). Dessa forma, o autor ainda comenta que as políticas públicas necessitam explicar as relações entre Estado, política, economia e sociedade, uma vez que as políticas irão repercutir na economia e na sociedade. Assim, esse campo de conhecimento busca analisar e colocar o governo em ação, e quando necessário auxiliar na mudança de rumo e ações.

Nesse contexto, uma política pública, entendida como caminho de ações e fluxos de informações, as quais estão ligadas com uma finalidade pública que foi definida de maneira democrática, é efetivada pelo setor público e, geralmente, acontece com a participação da comunidade e do setor privado. Com isso, a educação é colocada como uma política pública, que apresenta objetivos e prevê resultados (BITTENCOURT, 2007).

A partir do reconhecimento entre direito social e política pública, a alimentação é constituída como um direito, apresentada na Constituição Federal de 1988, que entre seus diversos artigos, merece destaque o sexto: “São direitos sociais a educação, a saúde, a **alimentação**, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (BRASIL, 1988, grifo nosso).

Com o intuito de atender esse direito de alimentação, o governo dialoga através de leis e programas específicos, com o foco na alimentação escolar. Nas escolas públicas, a alimentação escolar é efetivada como política pública através do PNAE, considerado um dos programas mais duradouros. Reforçando assim, a relevância de políticas planejadas, que beneficiem individualmente e coletivamente.

A Constituição Federal de 1988, através do artigo 208, também deixa claro que é direito das crianças o acesso à educação (BRASIL, 1988). Por isso, como está assegurado ao cidadão o direito a alimentação e também o atendimento em instituições de ensino, é válido considerar que a comida desempenhará forte influência sobre o cotidiano e comportamento desses estudantes.

Ao discutir o PNAE como uma política educacional, Bittencourt (2007) caracteriza esse programa como um programa de Estado, pois perpassa por anos de efetivação, independente do governo. Refere ainda que é importante diferenciar os programas assistenciais, distributivos, compensatórios e os que irão garantir direitos, trazendo o PNAE como um que corresponde a um direito efetivo. Talvez em épocas anteriores, ou no início de sua concretização, o programa apresentava características assistencialistas, mas atualmente é considerada como um direito dos alunos, em período escolar, sendo um programa suplementar, garantido pelo Estado.

Considerando que o PNAE apresenta como objetivo

[...] contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de práticas alimentares saudáveis dos alunos, por meio de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período letivo (BRASIL, 2013, p. 3).

É um programa que constitui uma estratégia para promover o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA)³ e uma estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), atingidas através da alimentação escolar. Permitindo que os princípios norteadores do programa, como: equidade, participação social, universalidade, sustentabilidade/continuidade, compartilhamento de responsabilidades, respeito aos hábitos regionais – fossem em direção à consolidação do direito e acesso à alimentação adequada em ambiente escolar (LIBERMANN; BERTOLINI, 2015).

O conceito de SAN é definido como o direito de todos os indivíduos possuírem o acesso a alimentos de maneira regular e saudável, de modo que a garantia desse direito não afete as demais necessidades básicas, respeitando a diversidade cultural e que possa ser sustentável do ponto de vista ambiental, econômico e social. No início da década de 2000, cinquenta e cinco milhões de brasileiros viviam na pobreza, e essas condições, conseqüentemente geram maior vulnerabilidade social, dificultando o acesso adequado a alimentos seguros e nutritivos, contribuindo então para a prevalência de Insegurança Alimentar e Nutricional (IAN) (BEZERRA et al, 2020).

Desta forma, o PNAE vem como forma de promover a SAN aos alunos, incentivando a prática de uma alimentação saudável e equilibrada. Contudo, é importante destacar que o acesso exacerbado a alimentação pouco saudável, com base em produtos predominantes industrializados e pobres em nutrientes essenciais, pode da mesma forma gerar uma IAN, pois o consumo ilimitado desses produtos e, por vezes, o excesso de peso, geram um descompasso para a saúde do indivíduo.

Assim, desde a sua instituição, o PNAE necessitava de mudanças, rompendo com a ideia de assistencialismo e passando efetivamente ao papel de direito, permitindo assim, melhorias na sua execução. A partir disso, em 2009, ocorreu a construção e promulgação da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, que possibilitou avanços significativos para o programa, como, por exemplo, a ampliação do programa para toda educação básica, a obrigatoriedade da compra de gêneros alimentícios da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural, inclusão da participação de setores da sociedade, através do Conselho de

³ O Direito Humano à Alimentação Adequada está contemplado no artigo número 25 da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 10 de Dezembro de 1948. Apresenta a seguinte redação: “Toda a pessoa tem direito a um nível de vida suficiente para lhe assegurar e à sua família a saúde e o bem-estar, principalmente quanto à alimentação, ao vestuário, ao alojamento, à assistência médica e ainda quanto aos serviços sociais necessários, e tem direito à segurança no desemprego, na doença, na invalidez, na velhice ou noutros casos de perda de meios de subsistência por circunstâncias independentes da sua vontade.”

Arquivo completo da Declaração Universal dos Direitos Humanos disponível em: <https://www.ohchr.org/en/udhr/documents/udhr_translations/por.pdf>.

Alimentação Escolar (CAE) em vista a acompanhar a execução do programa (PEIXINHO, 2011).

Em relação ao CAE, esse órgão é constituído por representantes da sociedade civil e por gestores municipais, apresentando como função a de fiscalizar e controlar as atividades relacionadas à execução do PNAE. Fato que trouxe maior autonomia aos estados e municípios, pois permite uma maior aproximação da administração pública e público-alvo do programa (BITTENCOURT, 2007).

Outro ponto que a Lei nº 11.947 de 16 de junho de 2009 trouxe, e que é alvo de diversas pesquisas, refere-se à inclusão da agricultura familiar na alimentação escolar. Esse fato tornou-se um marco nas políticas públicas, pois ampara o empreendedor rural com a utilização de, no mínimo, 30% do valor repassado às entidades executoras pelo FNDE. Entretanto, aponta-se que alguns municípios ainda encontram dificuldade em alcançar esse percentual, pela inviabilidade de fornecimento regular e constante dos produtos (LIBERMANN; BERTOLINI, 2015).

Apesar de ainda apresentar algumas dificuldades, em relação ao cumprimento de suas diretrizes – no caso de alguns municípios, por exemplo, não alcançarem o percentual exigido de compra da agricultura familiar –, o PNAE é uma política que beneficia estudantes da educação pública em período letivo, é constituída como direito e merece estar em constante discussão, em busca de possibilitar mudanças que visem a sua melhoria e continuidade.

Sabendo que a alimentação escolar é um direito dos estudantes da educação básica, é interessante destacar que o PNAE traz um apanhado histórico, que justifica o que temos atualmente como base para sua efetivação. Assim, conhecendo essa trajetória histórica, ficará claro como esse programa se consolidou no decorrer nas décadas, demonstrando as discussões e a evolução dessa política pública.

2.2 PNAE EM FOCO: TRAJETÓRIA HISTÓRICA

Ao conhecer o percurso histórico do PNAE, é possível identificar o motivo de sua evolução até tornar-se um programa reconhecido internacionalmente e um dos maiores do país. Algo que iniciou como uma simples iniciativa em busca de combater a fome, que foi sendo aprimorado e continua sendo discutido e refletido em busca de melhorias e adaptações, em vista a atender os alunos, beneficiários dessa política, mas envolvendo outros atores, entre eles as merendeiras, implementadoras dessa política. Desta forma, é importante trazer estes

dados históricos, desde suas primeiras iniciativas até o momento atual, destacando o período anterior e posterior ao ano de 2009, ano em que o programa avançou em relação à diretrizes e orientações.

2.2.1 PNAE: desde seus primeiros passos até o ano de 2008

A oferta de alimentação escolar no Brasil apresentou suas primeiras iniciativas na década de 1920. Neste período, o ‘Instituto de Hygiene’, em São Paulo, trouxe grandes discussões sobre alimentação, iniciando um processo de elaboração de propostas de políticas públicas acerca das questões alimentares. Na década de 1930, o debate se fez em torno do entendimento do Governo Federal sobre como a fome poderia comprometer o desenvolvimento do indivíduo, influenciando o desenvolvimento socioeconômico do país (PEIXINHO, 2011).

No início desse período de discussão, sobre as possibilidades de alimentação na escola, entre a década de 1930 até 1960, ocorre uma expansão seletiva das escolas, ocasionando a entrada de contingente populacional nesse ambiente, que até então era destinado às classes mais abastadas. Pois, segundo Ribeiro (2017), no período republicano no Brasil, a escola apresentava a função de alfabetizar e certificar crianças das classes dirigentes, enquanto a igreja e a polícia realizavam a gestão da população mais pobre, se encarregando de oferecer assistência e recuperação dessa parte da população.

Na década de 1940, no Brasil, algumas iniciativas foram dirigidas às crianças em vista a diminuir os casos de desnutrição no país. Essas medidas foram desencadeadas pelo Serviço de Alimentação e Previdência Social (SAPES), o qual organizou uma Seção Técnica do Serviço de Alimentação da Previdência Social, organizando campanhas para filhos de trabalhadores. Iniciativas que foram denominadas como “o copo de leite escolar”, o “desjejum dos filhos dos operários” e “sopas escolares” (PEIXINHO, 2011).

Na década de 1950, ocorreu uma mudança nos padrões de produção de alimentos devido as economias devastadas pela Segunda Guerra. Primeiramente porque não existia mais a necessidade de estoques de matérias-primas, e também porque precisava-se criar novos mercados, e o Brasil se constituiu um dos mais promissores. Com um excedente agrícola, especialmente nos Estados Unidos, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) recebeu uma doação desta supersafra, a qual foi direcionada aos programas de suplementação

alimentar, especialmente no Brasil. Uma forma de distribuição em larga escala e de maneira rápida, sendo essa, a alimentação destinada às escolas (CARVALHO, 2009).

Desta forma, com os esforços para combater o problema de desnutrição no Brasil, na década de 1950 o FNDE elaborou o Plano Nacional de Alimentação e Nutrição, o qual foi denominado “Conjuntura Alimentar e o Problema da Nutrição no Brasil”, apresentando a alimentação escolar como uma das ações desse plano (MORAES, 2017).

É interessante ressaltar que no ano de 1953, ocorreu a 3ª Conferência sobre problemas de nutrição na América Latina⁴. Nesta, foram alinhadas recomendações sobre a ampliação da alimentação escolar e a sua utilização para educação sanitária na mudança de hábitos alimentares, além de priorizar alimentos locais e a fabricação de alimentos e misturas de alimentos baratos. Assim, foram elaboradas nessa década, medidas para implantação das políticas públicas de suplementação alimentar, instituindo a Campanha de Merenda Escolar, por meio do Decreto nº 37.106, de 1955 (PEIXINHO, 2011).

Em 1976, a alimentação escolar passou a contar com recursos do Ministério da Educação e, com isso, significativas mudanças institucionais foram realizadas. Foi em 1979 que o programa passou a ser denominado de Programa Nacional de Alimentação Escolar, passando por diversas mudanças desde a sua prática inicial (PEDRAZA et al, 2018).

Corroborando com a ideia do programa, em 1985, surgiu pela primeira vez, uma proposta política contra a fome descrita por uma equipe de técnicos convidados pela Superintendência de Planejamento do Ministério da Agricultura. A proposta consistia em estabelecer diretrizes para uma política nacional de segurança alimentar e indicando a criação de um Conselho Nacional de Segurança Alimentar. Este debate foi primordial para o Estado assumir comprometimento com pequenos agricultores, além de rever hábitos alimentares e condições nutricionais da população (LOPES, 2017).

Em 1988, com a promulgação da Constituição Federal, a alimentação escolar torna-se um direito a todos os alunos do ensino fundamental, garantido através de programa suplementar de alimentação a ser oferecido pelos governos federais, estaduais e municipais. Com isso, Peixinho (2011) refere ainda que ocorreu um maior fortalecimento da Federação, por intermédio da recuperação do papel das funções dos municípios, estado e Distrito Federal.

Nessa década, mais especificamente nos fins da década de 1980, o PNAE funcionou de forma centralizada. Sousa (2013) refere que entidades de classe e movimentos sociais se

⁴ Datas da 1ª e 2ª Conferência sobre problemas de nutrição na América Latina não foram encontradas.

mostravam contrários a essa forma de execução, pois os recursos financeiros eram elevados, havia uma deficiência no controle de qualidade dos produtos e não se permitia que hábitos culturais se fizessem presentes devido à grande extensão do país.

Até o ano de 1993, a forma de execução do PNAE era centralizada, e os gêneros alimentícios eram adquiridos através de processo licitatório. Com a Lei nº 8.913, de 12 de julho de 1994, o PNAE foi descentralizado, realizando-se convênios com os municípios e as secretarias de educação de estados e do Distrito Federal, repassando a esses a incumbência de atender os alunos de suas redes, com base no quantitativo de alunos matriculados, exigindo a formação do CAE (LOPES, 2017).

O processo de descentralização se consolidou com a Medida Provisória nº 1.784, de 14 de dezembro de 1998, definindo que o repasse de recursos não necessitaria de convênios ou instrumentos similares. O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), vinculado ao Ministério da Educação (MEC), é o responsável pela administração do PNAE. Nessa medida provisória, além do atendimento de alunos de pré-escola e ensino fundamental, alunos matriculados em escolas qualificadas como entidades filantrópicas também passam a ser atendidos pelo programa (RAU, 2016).

Com a consolidação da descentralização, foi garantido ao PNAE maior agilidade nos processos de execução do programa. Além de estabelecer metas sobre prestação de contas e a inclusão obrigatória de profissional nutricionista para elaboração de cardápios e acompanhamento do programa. A Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, exige a aplicação de 70% dos recursos transferidos através do programa, para aquisição de alimentos básicos, respeitando hábitos locais e vocação agrícola de cada região (SILVA, 2015).

Em 2003, iniciou no Brasil a Estratégia Fome Zero, com vistas a enfrentar as questões relativas à fome, através da integração de políticas da assistência social, segurança alimentar e nutricional, reforma agrária, entre outras. Em âmbito do PNAE, destacaram-se vários avanços, em especial a revisão e estabelecimento de critérios técnicos e operacionais para melhor gestão do programa (SILVA, 2015).

O Programa Fome Zero, foi um passo importante para reunir as dimensões da SAN em um único plano de ação. Em 2003 também é criado o Programa Bolsa Família, que estabelece que as crianças frequentem a escola, programa na qual aliado com o PNAE é uma garantia para que a SAN seja efetivamente constituída (RIBEIRO, 2017).

A partir de 2003, com a Resolução nº 15, de 16 de junho, os alunos matriculados em creche também passam a ser beneficiários do PNAE, assim como em 2004, comunidades indígenas e quilombolas são citadas nas resoluções, apresentando um valor diferencial das demais modalidades de ensino (PEIXINHO, 2011).

Em 2006, por meio da Resolução nº 32, de 10 de agosto, ocorre a obrigatoriedade do nutricionista como Responsável Técnico para operacionalização do PNAE, ocorrendo a partir disso, a realização de concursos para a contratação desses profissionais, que até então eram pouco presentes nessa área. Com essa resolução ficam definidos também novos valores per capita para repasse de recursos financeiros (CASSOL, 2019).

No ano de 2008, o MEC lança o Programa Mais Educação, o qual é criado pela Portaria Interministerial nº 17, de 2007, que oferta nas escolas públicas atividades educativas, inseridas também entre os recursos financeiros para alimentação escolar (PEIXINHO, 2011).

No Quadro 1, está exposta uma síntese da progressão dos valores destinados à alimentação escolar no Brasil, até o ano de 2008. Considerando que esses correspondem aos valores per capita, por 200 dias letivos.

Quadro 1: Valores repassados pelo FNDE por etapa e modalidade de ensino (2003-2008).

Modalidade/Ano	2003	2004	2005	2006	2008
Creche	R\$ 0,18	R\$ 0,18	R\$ 0,22	R\$ 0,22	R\$ 0,22
Pré-escola	R\$ 0,13	R\$ 0,15	R\$ 0,22	R\$ 0,22	R\$ 0,22
Ensino Fundamental	R\$ 0,13	R\$ 0,15	R\$ 0,22	R\$ 0,22	R\$ 0,22
Escolas filantrópicas	R\$ 0,13	R\$ 0,15	R\$ 0,22	R\$ 0,22	R\$ 0,22
Indígenas	-	R\$ 0,34	R\$ 0,42	R\$ 0,44	R\$ 0,44
Quilombolas	-	R\$ 0,15	R\$ 0,42	R\$ 0,44	R\$ 0,44
Mais Educação	-	-	-	-	R\$ 0,66

Fonte: Peixinho (2011); Resolução/CD/FNDE nº 38, 23/08/2004; Resolução/CD/FNDE nº 32, 10/08/2006; Resolução/CD/FNDE nº 38, 19/08/2008.

Ao analisar a evolução dos valores per capita para a alimentação escolar, percebe-se que essa ganha um destaque maior a partir do ano de 2003, uma vez que anterior a esse ano não foram encontrados documentos oficiais que ilustrassem os valores por alunos destinados à alimentação na escola. Os reajustes per capita que foram sendo recalculados pelo Governo Federal, mostraram-se necessários ao tentar aproximar-se da necessidade real de oferecer as refeições em ambiente escolar.

Além disso, foram incluídas nesses anos, diferentes modalidades de ensino, demonstrando a intenção de uma abrangência maior para o alunado quanto à alimentação escolar. E, ao tornar a forma de gestão descentralizada, ocorre a possibilidade de cada município ou estado adequar a alimentação aos hábitos alimentares locais.

Ao trazer os dados sobre a trajetória do PNAE até o ano de 2008, atentando para possíveis dados que pudessem demonstrar a caminhada das merendeiras nesse processo, pouco material foi encontrado. Entretanto, Mariana (2013) cita que o histórico da atividade da merendeira esteve muito atrelado ao trabalho do professor, uma vez que além dos afazeres pedagógicos, os professores eram responsáveis também pela confecção da alimentação escolar. O cargo de merendeira passa a ser pensado na década de 70, e em alguns estados inicia-se a contratação desses profissionais para a preparação da alimentação escolar.

Com as informações sobre a alimentação escolar até o ano de 2008, e como forma de ilustrar este apanhado histórico até aqui destacado, o Quadro 2 sintetiza o histórico da alimentação escolar no Brasil, de 1920 até 2008.

Quadro 2: Síntese histórica da alimentação escolar no Brasil, até 2009.

Ano	Acontecimento
1920	Discussões sobre alimentação do ‘Instituto de Hygiene’, em São Paulo.
1930	Debate do Governo Federal sobre o combate à fome.
1940	Iniciativas dirigidas a filhos de trabalhadores. Organizada pelo SAPES.
1950	Alimentação destinada às escolas devido a supersafra, pós Segunda Guerra.
1950	FNDE elabora o Plano Nacional de Alimentação e Nutrição, o qual foi denominado “Conjuntura Alimentar e o Problema da Nutrição no Brasil”.
1953	3ª Conferência sobre problemas de nutrição na América Latina.
1955	Decreto nº 37.106 – Cria a Campanha de Merenda Escolar.
1976	Alimentação escolar passa a contar com recursos do Ministério da Educação.
1979	Instituído o Programa Nacional de Alimentação Escolar.
1985	Criação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar.
1988	Promulgação da Constituição Federal - alimentação escolar é um direito.
1994	Lei nº 8.913, de 12 de julho de 1994 – Descentralização do PNAE.
1994	Criação dos CAEs.
1998	Descentralização efetiva do PNAE.

1998	PNAE passa a ser gerenciado pelo FNDE.
2001	Medida Provisória nº 2.178-36 – Aplicação de 70% dos recursos advindos da União em alimentos básicos
2003	Programas Fome Zero e Bolsa Família.
2006	Resolução nº 32, de 10 de agosto, nutricionista como Responsável Técnico para operacionalização do PNAE.
2008	Programa Mais Educação.

Fonte: Elaborado pela autora, (2020), a partir dos dados dos trabalhos e resoluções lidas e citadas na seção “PNAE: desde seus primeiros passos até o ano de 2008”.

2.2.2 PNAE: de 2009 até hoje

Após conhecer os preceitos históricos que originaram o PNAE, assim como sua trajetória, a qual foi definida de forma inicial a combater a fome no Brasil, de uma maneira mais assistencialista, é importante continuar essa retomada da história do programa, para entender como este vem sendo construído até o atual momento.

Assim, Lopes (2017) faz uma análise do PNAE relatando que, apesar do programa já estar bastante consolidado, a sua execução ainda era complexa até 2008, em função de envolver diversos agentes. Uma vez que os atores do PNAE são as Entidades Executoras: estados, Distrito Federal, municípios e escolas federais de educação básica; Unidades Executoras; e CAEs.

Desse modo, cabe ao FNDE fazer a gestão do programa em nível nacional, sendo responsável pela normatização, assistência financeira, coordenação, acompanhamento, monitoramento, cooperação técnica e fiscalização do programa. Por sua vez, as Entidades Executoras recebem o recurso financeiro e executam o programa nas redes escolares de acordo com a legislação. Já os CAEs atuam de forma a fiscalizar, deliberar e assessorar o programa.

Dessa forma, por meio de discussões internas de servidores do PNAE, levantadas em capacitações realizadas em estados e municípios, assim como monitoramento de estudos e pesquisas realizadas nos anos anteriores a 2009, principalmente quanto ao estado nutricional dos estudantes, viu-se a necessidade de formação de uma comissão para construção de um projeto de lei para complementar a política já vigente do programa. Essa comissão, sob coordenação do PNAE/FNDE, apresentava representantes do Conselho Nacional de

Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), nutricionistas, servidores da Controladoria Geral da União e do Ministério Público (PEIXINHO, 2011).

A crescente preocupação com o que os alunos comem na escola, atentando-se para o pleno desenvolvimento e crescimento dos estudantes, fez com que o PNAE passasse por uma série de mudanças desde a década de 1950, ficando evidente o avanço também ocorrido em 2009, com a promulgação da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, consolidando pontos importantes para o fortalecimento da alimentação escolar.

É importante destacar que nesse mesmo ano, a Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009, definiu a educação básica, obrigatória e gratuita dos 4 aos 17 anos de idade (BRASIL, 2009). Ficando a alimentação escolar também estendida para toda a rede pública de educação básica e para a educação de jovens e adultos, além de trazer a garantia que 30% dos recursos financeiros repassados pelo FNDE fossem gastos com gêneros alimentícios da agricultura familiar. Incentiva também o consumo de preparações alimentares de costume regional, incluindo a educação alimentar no processo de ensino, e reforça a participação da comunidade através do CAE (SOUSA, 2013).

Outro ponto importante colocado na resolução de 2009 é o fato de que

[...] fica valorizada a participação do profissional da nutrição como um dos atores responsáveis pela execução eficiente da política de alimentação. Tecnicamente, é o único profissional capaz de responder pelas condições nutricionais tanto dos alunos como dos alimentos e atestar a qualidade da alimentação oferecida nas escolas. A valorização do profissional da nutrição traz implícita a relação entre saúde e educação nos sistemas de ensino. Este parece ser um avanço significativo do ponto de vista da qualidade da educação básica e da melhoria dos hábitos alimentares da população (PEIXINHO, 2011, p. 119).

Assim, entre as competências do profissional nutricionista está o planejamento da alimentação escolar de acordo com a cultura alimentar, o perfil epidemiológico da população e a vocação agrícola da região, devendo o profissional acompanhar a aquisição dos gêneros alimentícios até a distribuição da alimentação (BRASIL, 2009).

Por tal razão, o nutricionista está intimamente ligado ao ambiente escolar, tentando garantir uma alimentação adequada e saudável e que forneça todos os nutrientes para o crescimento e desenvolvimento dos alunos. É válido lembrar que, além do nutricionista, existem outros profissionais ligados aos momentos das refeições dos alunos, podendo abranger desde as merendeiras que preparam as refeições até professores que acompanham esses momentos, isso sem destacar todos os demais envolvidos na entrega dos gêneros alimentícios (mercados, agricultores, cooperativas).

E por mais que os profissionais da nutrição passem a fazer parte fundamental do processo de alimentação escolar, as merendeiras são as que farão o trabalho nas cozinhas tomarem forma. Nesse período, percebe-se que inicia uma série de compromissos com a alimentação escolar, principalmente quanto à organização de cardápio e também hábitos de higiene que são obrigatórios nas escolas. E dessa forma, as merendeiras vão acompanhando esse processo e incorporando essas novas obrigações, principalmente com a inclusão de produtos da agricultura familiar.

Ao tratar da agricultura familiar, a partir de 2009, fica evidente a importância que a compra do agricultor familiar para alimentação escolar passa a desempenhar, tomando uma proporção que valoriza os produtos locais. Desde então, vários trabalhos foram realizados, prova disso são os inúmeros materiais utilizados para embasamento teórico da presente pesquisa, colocando a legislação como ponto decisivo para fortalecimento da vocação agrícola das regiões.

Esse avanço do programa, indo ao encontro tanto de uma alimentação mais saudável, quanto da promoção do desenvolvimento econômico, contribuiu para o desenvolvimento local por intermédio da inclusão da agricultura familiar em um mercado de trabalho, o que auxiliou na renda dessas famílias. É colocado que esses 30% dos recursos financeiros advindos do FNDE devem ser gastos com produtos provenientes da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando assentamentos de reforma agrária, comunidades tradicionais indígenas e quilombolas. Essa compra se faz por processo de dispensa de processo licitatório, por meio de chamada pública, sendo exigida uma compatibilidade de preços com o mercado local (RAU, 2016).

Com a promulgação da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, esclarecendo que o objetivo do PNAE é contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de práticas alimentares saudáveis dos alunos, por meio de atividades de educação nutricional e alimentar. O princípio do programa prevê a oferta de refeições que cubram as necessidades nutricionais dos educandos durante o período letivo (BRASIL, 2009).

Essa resolução esclarece normas para execução do PNAE, ressaltando o direito dos estudantes de educação básica quanto à alimentação escolar e o dever do Estado de cumprir essas normas. Define valores de nutrientes para cada modalidade de ensino, assim como recomendações quanto à oferta de preparações com alto teor de gorduras, açúcares, sódio.

Define como a compra de gêneros alimentícios da agricultura familiar procederá, assim como reforça atribuições do CAE e sobre do recebimento de recursos financeiros (BRASIL, 2009).

Em relação as atribuições dos CAEs, os mesmos foram instituídos como órgãos autônomos, deliberativos, fiscalizadores e de assessoramento para a execução do PNAE, além de zelar pela concretização da SAN dos escolares, através da fiscalização dos recursos públicos repassados pelo FNDE. Sendo formado por sete membros titulares, um representando o poder executivo, dois trabalhadores da educação, dois pais de alunos e dois membros representando entidades civis, sendo que para cada membro titular é necessário um suplente. As atribuições e competências do CAE, segundo a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, são:

- 1) monitorar e fiscalizar a aplicação dos recursos e o cumprimento tanto das diretrizes do programa quanto das ações de Segurança Alimentar e Nutricional – SAN e Educação Alimentar e Nutricional - EAN;
- 2) analisar o Relatório de Acompanhamento da Gestão do PNAE, emitido pela Entidade Executora (EEx), contido no Sistema de Gestão de Conselhos – SIGECON Online, antes da elaboração e do envio do parecer conclusivo;
- 3) analisar a prestação de contas do gestor e emitir Parecer Conclusivo acerca da execução do Programa no SIGECON Online;
- 4) comunicar ao FNDE, aos Tribunais de Contas, à Controladoria-Geral da União, ao Ministério Público e aos demais órgãos de controle, qualquer irregularidade identificada na execução do PNAE, inclusive em relação ao apoio para funcionamento do CAE, sob pena de responsabilidade solidária de seus membros;
- 5) fornecer informações e apresentar relatórios acerca do acompanhamento da execução do PNAE, sempre que solicitado;
- 6) realizar reunião específica para apreciação da prestação de contas com a participação de, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos conselheiros titulares;
- 7) elaborar o Regimento Interno, observando o disposto nesta Resolução;
- 8) e elaborar o Plano de Ação do ano em curso e/ou subsequente a fim de acompanhar a execução do PNAE nas escolas de sua rede de ensino, bem como nas escolas conveniadas e demais estruturas pertencentes ao Programa, contendo previsão de despesas necessárias para o exercício de suas atribuições e encaminhá-lo à Entidade Executora (EEx.), antes do início do ano letivo (BRASIL, 2009).

A obrigatoriedade do CAE é fator determinante para o repasse de recursos financeiros. Além disso, fica estabelecido que o repasse de recursos ocorreria para aquisição de gêneros alimentícios, exclusivamente, em dez parcelas anuais, em vista a atender duzentos dias letivos, podendo ocorrer a reprogramação de saldo para o ano seguinte. Para comprovação do número de alunos, o FNDE definiu que as escolas beneficiárias deveriam estar cadastradas no censo escolar realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP/MEC) (PEIXINHO, 2011).

No ano de 2012, o Governo aumenta o valor per capita repassado através do PNAE para os alunos matriculados em creches e pré-escolas. A justificativa se faz em torno da política governamental de priorizar a educação infantil (LOPES, 2017).

Logo em seguida, em 2013, com a Resolução/CD/FNDE nº 5, de 7 de março de 2013, o PNAE passa a receber as prestações de contas dos municípios, estados e Distrito Federal por meio do Sistema de Gestão de Prestação de Contas (SiGPC – Contas Online), que até então eram realizadas manualmente e enviadas por relatórios ao FNDE. Além da prestação de contas online do PNAE, o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE) também passaram a organizar suas prestações nesse sistema. Após as prestações de contas realizadas, os conselhos, no caso do PNAE, os CAEs, passam a emitir um parecer por meio do Sistema de Gestão de Conselhos (SIGECON) (BRASIL, 2013).

Também em 2013, o PNAE passou a abranger os alunos que frequentassem o Atendimento Educacional Especializado (AEE), os da Educação de Jovens e Adultos (EJA) semipresencial e estudantes matriculados em escolas de tempo integral. Nesse mesmo ano a Resolução nº 26, de 17 de junho de 2013, fortalece as diretrizes do PNAE, reconhecendo a importância de ações de Educação Alimentar e Nutricional (EAN), além de citar a nova forma de envio de prestação de contas (LOPES, 2017).

Desde o ano de 2009, quando ocorre a promulgação da Lei nº 11.947, abrangendo toda a educação básica como pertencente ao direito de alimentar-se na escola, percebe-se que em termos de recursos financeiros, ocorreram significativas mudanças, abrangendo as especificidades de cada modalidade de ensino. Para isto, no Quadro 3 estão descritos a evolução dos valores per capita, a partir de 2009.

Uma iniciativa muito importante se fez com a Lei nº 12.982, de 28 de maio de 2014. Sendo que essa inclui o atendimento especializado para estudantes com necessidade de atenção nutricional especial, devido ao estado de saúde que exige cuidados específicos, como intolerâncias e alergias alimentares (RIBEIRO, 2017).

Com essa determinação de atentar para esses casos de especificidades alimentares, foi primordial a promulgação dessa lei, em vista de facilitar a justificativa para compra de gêneros alimentícios específicos para esses fins. Uma vez que a cada ano, o número de alergias e intolerâncias aumenta, necessitando uma atenção especial para esses casos, em vista de manter a saúde, desenvolvimento e crescimento saudáveis.

Em 2014, o lançamento do Guia Alimentar para População Brasileira, documento oficial que aborda alguns princípios e recomendações para alimentação adequada, serviu como instrumento de apoio às ações de saúde e também de outros setores. Nesse Guia, está descrito a importância do comer coletivamente, entre elas em ambiente escolar. A justificativa em abordar o assunto refere-se ao fato de os indivíduos apresentarem-se como seres sociais e o hábito de comer coletivamente está impregnado em nossa história. Esse simples ato é um modo singelo e profundo de criar e desenvolver relações entre as pessoas, e para as crianças é um bom momento para aprender a valorizar a regularidade das refeições, adquirir bons hábitos alimentares, exercitar a convivência e a partilha (BRASIL, 2014).

Quadro 3: Valores repassados pelo FNDE por etapa e modalidade de ensino (2009 – 2017).

Modalidade/Ano	2009	2009	2012	2013	2017
Creche	R\$ 0,44	R\$ 0,60	R\$ 1,00	R\$ 1,00	R\$ 1,07
Pré-escola	R\$ 0,22	R\$ 0,30	R\$ 0,50	R\$ 0,50	R\$ 0,53
Ensino Fundamental	R\$ 0,22	R\$ 0,30	R\$ 0,30	R\$ 0,30	R\$ 0,36
Escolas filantrópicas	R\$ 0,22	R\$ 0,30	R\$ 0,30	R\$ 0,30	R\$ 0,36
Indígenas e Quilombolas	R\$ 0,44	R\$ 0,60	R\$ 0,60	R\$ 0,60	R\$ 0,64
Mais Educação*	R\$ 0,66	R\$ 0,90	R\$ 0,90	R\$ 0,90	R\$ 1,07
Ensino Médio	R\$ 0,22	R\$ 0,30	R\$ 0,30	R\$ 0,30	R\$ 0,36
EJA	R\$ 0,22	R\$ 0,30	R\$ 0,30	R\$ 0,30	R\$ 0,32
AEE	-	-	-	R\$ 0,50	R\$ 0,53
Tempo Integral**	-	-	-	R\$ 1,00	R\$ 2,00

* A partir da Resolução nº 01 de 8/02/2017, se define para os alunos escolas de tempo integral com permanência mínima de 7h (sete horas) na escola ou em atividades escolares.

** Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral.

Fonte: Resolução/CD/FNDE nº 42, de 10 de agosto de 2009; Resolução/CD/FNDE nº 67, de 28/12/ 2009; Resolução/CD/FNDE nº 8, de 14/05/2012; Resolução/CD/FNDE nº 26, de 17/06/2013; Resolução nº 01, de 8/02/2017.

Entre os anos de 2015 a 2019, o FNDE apresentou a iniciativa de realizar campanhas para dar maior visibilidade aos atores do PNAE. Foram desenvolvidas atividades de “Concurso de Melhores Receitas”, onde as merendeiras faziam a inscrição de suas receitas, servidas na alimentação escolar. Essa foi uma iniciativa que marcou o trabalho das merendeiras, ao abranger com exclusividade o trabalho delas. Além da escolha das melhores receitas, as mesmas foram premiadas e participaram de um *reality show*, ressaltando a sua

importância na alimentação escolar, e como promotoras e incentivadoras da alimentação saudável.

Outras ações também foram realizadas, como a campanha “Boas práticas de agricultura familiar para alimentação escolar”, assim como “Prêmio CAE de participação social”, envolvendo gestores dos programas em nível municipal e estadual e CAEs. E as “Jornadas EAN”, que incentivavam o trabalho com alimentação saudável nas escolas. Campanhas que apresentaram como foco a alimentação escolar, mostrando sua importância.

A Resolução nº 06, de 08 de maio de 2020, trouxe outras especificidades para a alimentação escolar, definiu outros pontos importantes a serem considerados na elaboração de cardápios e a escolha por gêneros para a alimentação escolar. Estabeleceu aumento na porção semanal de frutas e hortaliças e reduziu o percentual de uso de produtos industrializados, além de definir parâmetros para a pesquisa de preço para aquisição de produtos da agricultura familiar.

Dessa forma, percebe-se que desde a sua criação, o PNAE foi conquistando grandes avanços e trilhando caminhos importantes, tanto em aspectos técnicos como operacionais, e foi através de inquietações e estudos que esse progresso pôde acontecer. É por essa razão que o programa de alimentação brasileiro é visto mundialmente como uma experiência exitosa, em vista não somente de suprir o direito de alimentação aos estudantes, mas também como forma de fomentar o desenvolvimento econômico local e regional. Por isso, e para tornar mais visível a evolução do PNAE, o Quadro 4 traz uma síntese dos acontecimentos a partir de 2009.

Quadro 4: Síntese histórica da alimentação escolar no Brasil, a partir de 2009.

Ano	Acontecimento
2009	Lei nº 11.947 de 16 de junho de 2009 – Inclusão de alimentação escolar para toda educação básica e EJA.
2009	Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009 - Definiu a educação básica, obrigatória e gratuita dos 4 aos 17 anos de idade.
2012	Aumento do valor per capita para os alunos de creches e pré-escolas.
2013	Resolução/CD/FNDE nº 05, de 7 de maio de 2013 - prestações de contas por meio do SiGPC – Contas Online e SIGECON.
2013	Resolução nº 26, de 17 de junho de 2013 - reconhecendo a importância de ações de Educação Alimentar e Nutricional (EAN).

2013	PNAE passa a atender alunos de AEE, Educação de Jovens e Adultos semipresencial e estudantes matriculados em escolas de tempo integral.
2014	Lei nº 12.982, de 28 de maio de 2014 - inclui o atendimento especializado para estudantes com necessidades nutricionais especiais.
2014	Guia alimentar para a população brasileira.
2015	1º Concurso de melhores receitas da alimentação escolar.
2017	1º Jornada de Educação Alimentar e Nutricional.
2017	Concurso “Boas práticas de agricultura familiar para alimentação escolar”.
2018	2º Jornada de Educação Alimentar e Nutricional.
2018	Concurso “Prêmio CAE de participação social”.
2019	3º Jornada de Educação Alimentar e Nutricional.
2020	Resolução nº 06, de 08 de maio de 2020.

Fonte: Elaborado pela autora, (2020), a partir dos dados dos trabalhos e resoluções lidas e citadas na seção “PNAE: de 2009 até hoje”.

Após realizar esse apanhado histórico do PNAE, o próximo tópico tratará sobre a definição de pedagogia da comida, como ela acontece no dia a dia das escolas e no cotidiano dos indivíduos.

2.3 PEDAGOGIA DA COMIDA: O QUE O COMER NA ESCOLA SIGNIFICA

Como já foi explanado, a alimentação escolar irá contribuir para o crescimento e desenvolvimento dos alunos, influenciará também no rendimento escolar, e as merendeiras são educadoras alimentares em potencial em todo este processo. Desta forma, são vários processos que acontecem até chegar ao produto final que é a refeição servida no momento da refeição na escola, e não só processos esquematizados estão envolvidos, mas também representações e simbolismos que estão em torno do comer na escola.

Como cita Barberini (2015), p. 10-11:

Ao fazer esta reflexão, nos damos conta do quanto à alimentação escolar pode ser explorada. As mesas, os utensílios e a forma de utilizá-los; os alimentos, o modo como são servidos e/ou oferecidos e, principalmente, as pessoas que fazem parte desse processo: todos estão interligados de forma a produzirem uma pedagogia da comida. Pedagogia que indaga sobre as experiências de se alimentar na coletividade, sobre seus significados e como esses referenciais vêm sendo construídos no decorrer dos anos.

É no momento das refeições na escola que os alunos se encontram cotidianamente e rotineiramente, apresentando múltiplas possibilidades de interagir. Esta ação repetida, a qual é estabelecida com antecipação em ambiente coletivo exige regras, que irá desenvolver hábitos, como por exemplo, o de comer em horários regulares, e estes hábitos construirão nosso ritmo corporal. As maneiras de agir deste grupo criarão uma cultura, que é dinâmica, e estes hábitos formados pela comida, tornam-se tradição, uma vez que os gostos adquiridos são difíceis de perder. Sem esquecer que os cheiros e gostos conhecidos do passado remetem a lembranças de acontecimentos relacionados a eles (LESSA, 2011).

Assim como cita Wisniewski (2007), o ser humano se alimenta como a sociedade o ensinou, a formação de hábitos alimentares passa por etapas, onde as atitudes à mesa que são acatadas pelo grupo social do entorno, são assimiladas como normas. Nesta perspectiva, os hábitos alimentares (passando do processo de escolha e seleção dos alimentos, manipulação e preparo até o consumo) serão produtos de todo um processo de socialização, podendo-se ressaltar que é através das escolhas alimentares de um indivíduo, que o mesmo se insere no grupo.

Em vista disso, pode-se dizer que a alimentação coletiva esteve sempre ligada a vida da população, passando deste um momento descontraído em família até reuniões rápidas de trabalho. Este comer junto é um hábito típico da espécie humana, as pessoas não convidam uns aos outros pra comer e beber simplesmente, mas convidam para beber e comer juntos, passando de uma dimensão funcional para assumir um valor comunicativo (MONTANARI, 2013).

Desta forma, o ato de comer não deve ser ensinado como algo mecânico e sem importância, uma vez que existem diversos aspectos que estão em destaque no processo de alimentação dos alunos, tanto culturais, quanto sociais, éticos e constituintes de um processo pedagógico. Estas experiências do comer na escola integram as experiências do comer na vida coletiva, integrando momentos de significado para alunos, professores e demais funcionários envolvidos (BARBERINI, 2015).

O ato de comer na escola desempenha um papel essencial na construção de aprendizagens, entretanto, cabe aos adultos construir contextos educativos que sejam atrativos para os alunos, de forma que as situações, os objetos, o momento não apareça de forma banal e sem curiosidade (CAVALLINI; TEDESCHI, 2015).

Explorar diferentes ambientes para a alimentação despertam a vontade de comer. É interessante criar formas de compor a mesa, os utensílios e enfeites que poderão se fazer

presentes, pensando sempre em deixar este momento da refeição atrativo (MARTINS FILHO, 2005).

O trabalho com educação alimentar na escola geralmente baseia-se sempre nos mesmos procedimentos: teatrinhos, bonecos, feitura de cartazes, ou seja, trabalhos isolados em que o aluno não consegue interiorizar a ação (WISNIEWSKI, 2007). Entretanto, é no comer coletivo diário que se tem a oportunidade de trabalhar sobre o comer saudável, sobre o experimentar alimentos novos, e principalmente sobre o prazer em comer.

Uma vez que “é preciso reconhecer que as crianças não passam indiferentes ao processo de incorporação e construção de significados acerca do mundo e das coisas que as rodeiam, ainda que não se possa deixar de reconhecer a força do *habitus*” (LESSA, 2011, p. 44). E isto acontece inclusive com a alimentação, pois os alunos não constituem uma comunidade isolada, mas fazem parte de um ambiente e de pessoas que os rodeiam e, dependendo dos hábitos que estão inseridos neste ambiente, a criança tomará como certo o que está acontecendo ao seu redor.

Desta forma, é interessante destacar a importância dos momentos das refeições nas escolas, não somente como forma de suprir uma necessidade biológica, é preciso que seja questionado o motivo do aluno não comer determinado alimento, buscando uma coleta de dados e responder com propostas pedagógicas que auxiliem na construção de conhecimentos, permitindo que o aluno veja a alimentação como algo interessante e acolhedor, uma vez que os hábitos adquiridos na infância são levados para a vida adulta, sejam eles benéficos ou não (BARBERINI, 2015).

É este comer na coletividade que o ambiente escolar permite, é um prato cheio de possibilidades para aprender e desenvolver o gosto pelas preparações alimentares e pela companhia do outro. E por ocuparem um lugar considerável na vida cotidiana das pessoas, as práticas alimentares dos grupos sociais ainda carecem de estudos, pois os alimentos não são bons somente para comer, mas também bons para pensar e imaginar (LESSA, 2011).

Após conhecer um pouco sobre a pedagogia da comida, o próximo tópico abrange a construção do estado do conhecimento. Neste, buscou-se abordar os trabalhos que já foram desenvolvidos sobre alimentação escolar, e mais especificamente, com a participação das merendeiras.

3 ESTADO DO CONHECIMENTO: O QUE NOS DIZEM OS TRABALHOS JÁ DESENVOLVIDOS

Para a elaboração da presente pesquisa, foi necessário delimitar alguns caminhos, seguindo metodologias de trabalho que visassem reunir dados bibliográficos, baseados em livros, produções e pesquisas sobre o tema. Em consonância com Alves-Mazzotti (2002), para que o pesquisador se situe no processo de pesquisa, é necessário que ele analise criticamente o estado atual do conhecimento sobre a área de interesse, fazendo leituras e estudando sobre o assunto. Por isso, uma das etapas desse processo constitui-se pelo recolhimento de publicações acerca do assunto.

A construção do estado do conhecimento é uma ferramenta que possibilita uma visão ampla e atual sobre o movimento das pesquisas, que estão ligadas ao objeto da investigação que se pretende desenvolver. É importante para fundamentar os passos dentro da pesquisa que será realizada, pois permite identificar, registrar e categorizar, levando a uma reflexão e síntese sobre as produções científicas de uma determinada área, em um determinado espaço de tempo, reunindo trabalhos sobre uma temática específica (MOROSINI; FERNANDES, 2014).

Para trazer trabalhos e dados que pudessem auxiliar na construção desse estado de conhecimento, o banco de trabalho da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) do Instituto Brasileiro de Informações em Ciências e Tecnologia (IBICT), foi consultado, além de trabalhos disponíveis no Google Acadêmico.

Para a pesquisa, delimitou-se um período de tempo, selecionando estudos publicados entre os anos de 2009 até 2020. Esse período foi pensado, visando não estender o estado de conhecimento por um tempo muito longo, e também pelo fato de buscar estudos mais recentes sobre o tema.

Em vista disso, inicialmente foi utilizado para a pesquisa no BDTD os descritores “Programa Nacional de Alimentação Escolar” e “merendeiras”, porém o resultado de trabalhos trouxe, predominantemente, estudos sobre como a alimentação escolar têm fortalecido a agricultura familiar. Dessa forma, para tornar a pesquisa com um maior foco no objetivo do estudo e nos sujeitos da pesquisa, utilizou-se como palavras prescritoras “alimentação escolar” e “merendeiras”.

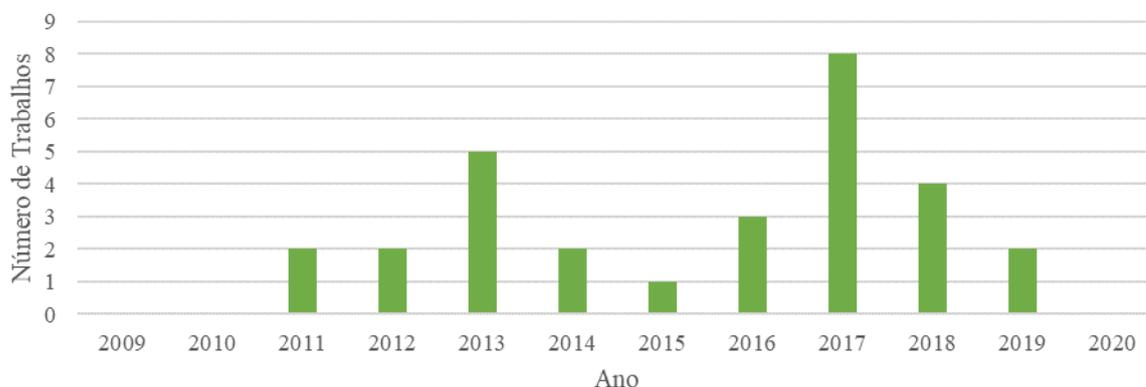
Com base nessa pesquisa, realizada na BDTD para construção do estado de conhecimento, foram localizados vinte e um trabalhos, sendo que desses, dezoito são

dissertações e três teses, que apresentaram como anos de publicação entre os anos de 2011 e 2019.

No Google Acadêmico, ao pesquisar os descritores no título dos trabalhos: “alimentação escolar” e “merendeira”, como resultado encontrou-se somente um trabalho tratando sobre o assunto. Ao realizar uma pesquisa avançada com os descritores “alimentação escolar” e “manipuladores de alimentos”, o resultado foi de mais de quatorze mil trabalhos, por esta razão utilizou-se esses mesmos descritores, porém sendo citados especificamente nos títulos, assim, resultando em nove pesquisas, sendo descartado um trabalho, pois estava na língua inglesa, restando assim, oito pesquisas.

Desses oito trabalhos, dois são dissertações, um trabalho de conclusão de curso e cinco artigos, sendo que os anos de publicação foram de 2011 até 2019. A seguir, no Gráfico 1, estão descritas a recorrência dos anos de publicação desses estudos.

Gráfico 1: Distribuição dos trabalhos por ano de publicação.



Fonte: BDTD e Google Acadêmico, elaborado por Barberini (2020).

Com vinte e nove trabalhos no total, o ano em que ocorreu maior publicação foi em 2017. E ao realizar uma reflexão sobre os anos das publicações, dos cinco artigos encontrados, três foram publicados no ano de 2017, e das dissertações e teses, percebe-se que os anos de 2013 e 2017 foram os que apresentaram maior quantidade de trabalhos sobre o tema pesquisado. Uma possibilidade para esse número maior de estudos é, provavelmente, a promulgação da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009 e Resolução/CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013, as quais dispõem sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos de educação básica, no âmbito do PNAE.

A partir dessas resoluções, foi possível obter maior orientação sobre os procedimentos quanto à alimentação escolar. E, conseqüentemente, os estudos sobre como os municípios

estavam procedendo sobre esses aspectos, se fizeram recorrentes, principalmente quanto a atingir os parâmetros mínimos de compra da agricultura familiar, composição dos CAEs e demais diretrizes.

Considerando ainda os anos de 2013 e 2017, com uma produção maior de estudos sobre a alimentação escolar, destaca-se que duas das teses encontradas na pesquisa, foram publicadas no ano de 2017. Isso demonstra a possibilidade de que as diretrizes repassadas através das resoluções, mais especificamente a de 2013, permitissem que os estudos se desenvolvessem, em vista de como os municípios estariam ajustando as novas demandas sobre alimentação escolar.

E o número de trabalhos em 2013, também traz a ideia de uma maior demanda de pesquisas sobre o processo de ajustes na alimentação escolar após a promulgação da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, a qual determinou orientações no processo de gestão da alimentação escolar e, principalmente sobre a inclusão de produtos da agricultura familiar.

Ao trazer os dados das instituições que mais pesquisaram sobre o tema, ou pesquisas apresentadas em eventos ou revistas ligadas às universidades pelo país, o Quadro 5, mostra a incidência de pesquisas realizadas sobre alimentação escolar e o número de seus respectivos estudos nas universidades. Percebe-se que houve uma maior prevalência de pesquisas na região sudeste, seguido por pesquisas na região sul, nordeste e centro-oeste do Brasil.

Quadro 5: Distribuição de trabalhos por região do país.

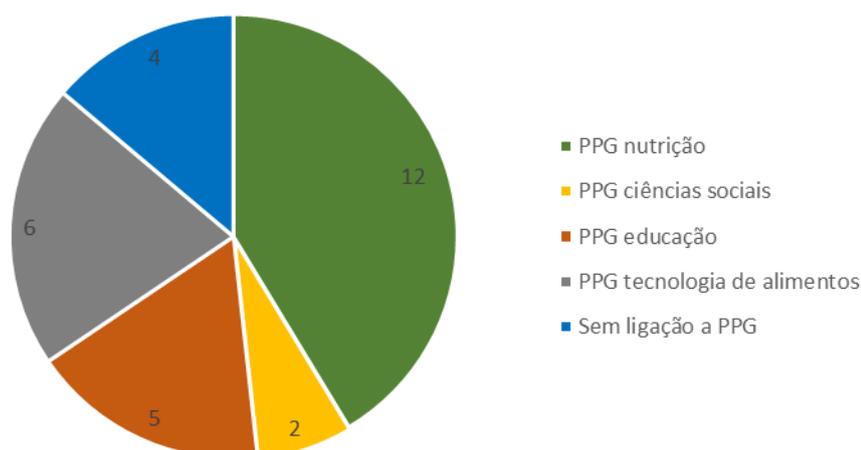
Região	Pesquisas por região	Universidade	Pesquisas por Universidades
Sul	9	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	1
		Universidade Federal de Santa Maria	1
		Universidade Regional do Noroeste do Rio Grande do Sul	1
		Universidade Federal de Santa Catarina	1
		Universidade Estadual do Oeste do Paraná	2
		Universidade Federal do Paraná	1
		Universidade do Vale do Taquari	1
		Universidade do Sul de Santa Catarina	1
Sudeste	11	Universidade de São Paulo	7

		Universidade Federal de São Paulo	1
		Universidade Federal de Viçosa	2
		Universidade Federal de Juiz de Fora	1
Centro-oeste	4	Universidade de Brasília	1
		Universidade Federal de Goiás	2
		Universidade Federal do Mato Grosso	1
Nordeste	5	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	1
		Universidade Federal de Campina Grande	2
		Universidade Estadual da Paraíba	1
		Universidade Federal do Ceará	1

Fonte: BDTD e Google Acadêmico, elaborado por Barberini (2020).

Além do levantamento das instituições que foram desenvolvidas as pesquisas, é interessante apontar quais os Programas de Pós Graduação (PPG) aos quais os estudos estavam vinculados, dados que estão ilustrados no Gráfico 2.

Gráfico 2: Distribuição dos trabalhos por tipos de PPG.



Fonte: BDTD e Google Acadêmico, elaborado por Barberini (2020).

É interessante destacar que os trabalhos que foram incluídos na opção “Sem ligação a PPG” foram aqueles que os pesquisadores não encontravam-se vinculados a universidades, ou

seja, não eram alunos de graduação ou pós-graduação. Entretanto, os trabalhos foram apresentados em congressos ou publicados em revistas ligadas a universidades.

Ao realizar o levantamento dos dados dos PPG, foi possível obter dezessete denominações diferentes dos programas e em quais áreas os pesquisadores se fariam graduados, mestres ou doutores. Entretanto, apesar de denominações diferentes, algumas áreas de formação seriam as mesmas, e assim, pôde-se elencar PPG em nutrição, PPG em ciências sociais, PPG em educação e PPG em tecnologia de alimentos.

A maior parte dos programas de pós-graduação analisados foram na área de nutrição, o que se percebe pelo fato da alimentação escolar estar voltada predominantemente para essa área. Dentro desse grupo de PPG, houve cinco pesquisas ligadas à nutrição em saúde pública, definindo o maior número de trabalhos, se comparado às outras áreas de conhecimento. Nesse grupo também se fez presente o único PPG profissional, sendo os demais, acadêmicos. Além disso, grande parte desses trabalhos trouxeram dados antropométricos coletados pelos pesquisadores com alunos das escolas pesquisadas.

No grupo de PPG em ciências sociais, dois trabalhos foram incluídos nesse grupo, sendo que um deles referia a área de concentração voltada para diversidade e fronteiras conceituais, e o outro trabalho não apresentou área de concentração. Ambos os estudos analisam a política de alimentação escolar no Brasil, e um deles faz uma reflexão dessa com a alimentação escolar em Portugal.

Referente aos estudos dos PPG em educação somou-se cinco, os quais pertenceram a programas em educação, educação brasileira, em geografia e história. Buscaram trazer dados sobre o PNAE e sua relação com as contribuições para fortalecimento da agricultura familiar e para as contribuições da alimentação escolar para estudos culturais e econômicos.

No grupo de estudos dos PPG em tecnologia de alimentos, emergiram pesquisas com foco no desenvolvimento rural sustentável, nos sistemas agroindustriais e no ramo de gestão, ciência e tecnologia de alimentos. Nesse caso, focou-se na importância da presença de produtos da agricultura familiar na alimentação escolar, como forma de incentivar a produção agrícola das regiões, e a influências sociais e econômicas do PNAE e a agricultura familiar.

Em seguida, ao realizar uma nova releitura dos resumos dos trabalhos, e para melhor explicar e organizar os trabalhos encontrados para a base do estado de conhecimento, foi possível realizar a categorização dos vinte e nove trabalhos encontrados, de forma a determinar características dos estudos e agrupá-los por elementos similares.

Assim, Bardin (2016) descreve que a categorização é uma operação que utiliza de rubricas ou classes, nas quais são reunidas em um grupo de características, agrupando em razão da distinção comum dos elementos. Classificando estes em categorias, pode-se impor a investigação do que cada uma delas tem em comum com outras, permitindo agrupar a parte comum entre eles.

Ao fazer o exercício para categorização dos estudos, percebeu-se duas linhas principais em que as pesquisas poderiam ser contempladas. A primeira categoria, intitulada como “Pesquisas relacionadas a delineamentos de gestão da alimentação escolar”, compreendendo vinte e dois trabalhos. A segunda categoria contempla “Pesquisas relacionadas à alimentação como prática cultural, social e formativa”, com sete trabalhos.

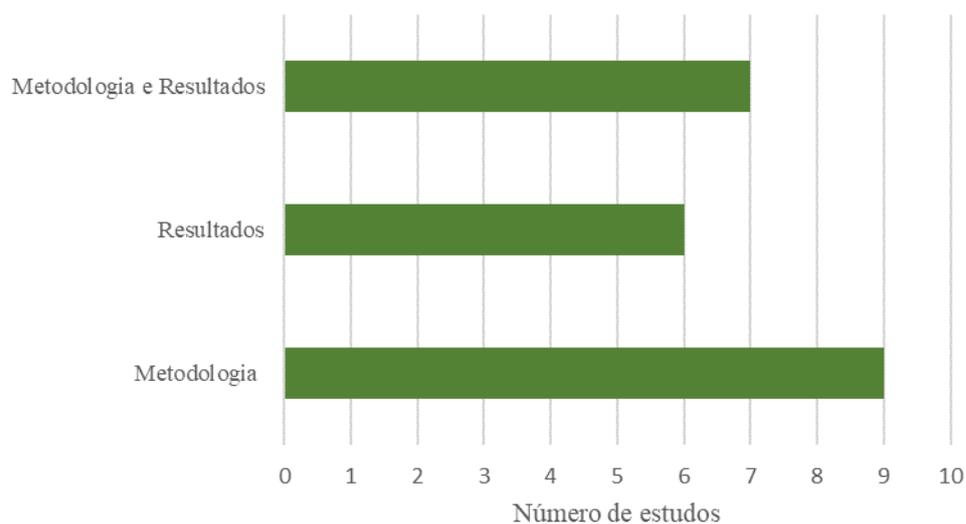
Para a primeira categoria, pertencendo “Pesquisas relacionadas a delineamentos de gestão da alimentação escolar”, os trabalhos apresentaram como objetivo estudar, avaliar e descrever como ocorre o processo de gestão da alimentação. Analisam o processo de fornecimento de alimentos para atendimento aos alunos da educação básica, e apontam as dificuldades dos municípios, ou atores estudados, quanto ao cumprimento dos requisitos para alimentação escolar, assim como apontam dados da inclusão de alimentos, principalmente da agricultura familiar nos cardápios escolares.

Para demonstrar a relevância dos produtos da agricultura familiar, nesta Categoria 1 de estudos, dos vinte e dois trabalhos, dez estudos trazem aspectos da agricultura familiar, desde a importância dessa na alimentação escolar, percentuais atingidos pelos municípios quanto a compra destes produtos e sua aceitabilidade.

Ao relacionar as merendeiras nos estudos, percebeu-se que a grande parte foi mencionada na metodologia da pesquisa, mas nos resultados não foram citadas. Esses dados estão descritos no Gráfico 3.

Ao conferir maior atenção às merendeiras, os estudos que apontaram essas profissionais na parte da metodologia de pesquisa, utilizando-se de questionários e entrevistas a fim de levantar dados sobre alimentação escolar. Já nos resultados apontados, se tratando do trabalho da merendeira, os estudos descreveram a relevância destas atentarem a forma correta de recebimento de produtos, sobre o seu baixo conhecimento sobre os procedimentos para aquisição dos produtos da agricultura familiar e falta de capacitações para esses profissionais.

Gráfico 3: Indicação da parte do estudo em que as merendeiras foram citadas, considerando os trabalhos da Categoria 1.



Fonte: BDTD e Google Acadêmico, elaborado por Barberini (2020).

Nas pesquisas que citaram as merendeiras na metodologia e resultados, boa parte dos trabalhos tratavam sobre estudos referente a treinamentos realizados com essas profissionais, ou seja, realizando capacitações e após questionários sobre o entendimento destas sobre o assunto. E os treinamentos realizados foram, em sua grande maioria, capacitações referentes às boas práticas de fabricação.

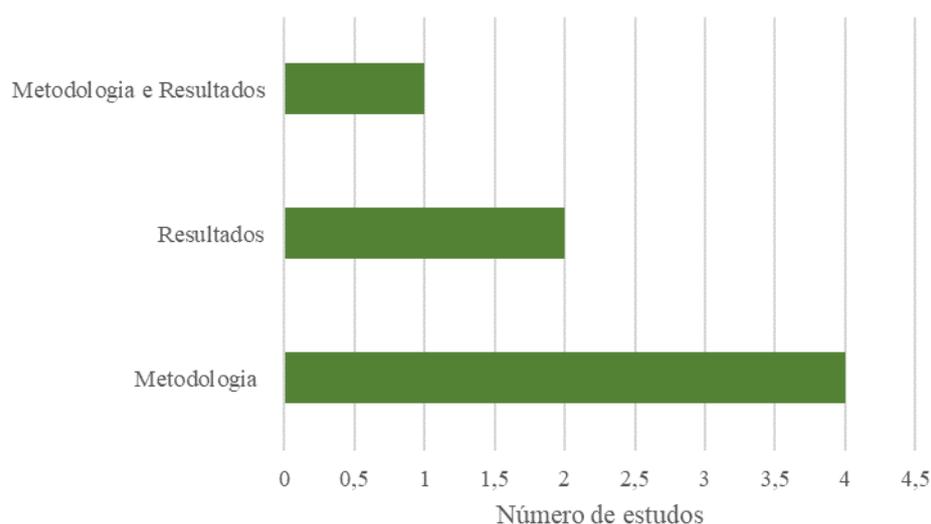
Ao trazer dados dos trabalhos da Categoria 2, ao qual pertencem “Pesquisas relacionadas à alimentação como prática cultural, social e formativa”, totalizando sete trabalhos, nesse grupo, os estudos focaram mais nas percepções quanto a alimentação escolar, dos alunos, pais, comunidade escolar e equipe técnica da alimentação escolar. Referem-se a aspectos relacionados às representações culturais, sociais e formativas do ato de comer na escola, além de analisar a formação continuada de merendeiras.

Nesta categoria, a avaliação do PNAE e da agricultura familiar se faz menos presente, se comparado a Categoria 1, mas não deixando de ser citado nos resultados dos trabalhos. Percebe-se que o aspecto a ser focado nos trabalhos são as opiniões e memórias que a alimentação escolar desenvolve nos sujeitos.

Quanto às merendeiras, dos sete trabalhos, cinco citaram essas como participantes da metodologia da pesquisa, com a utilização de questionários, entrevistas, grupos focais e análise documentais. Desses estudos, três citaram as merendeiras nos resultados, focando na sua importância nas relações que se estabelecem entre alimento, merendeira e alunos. E um

trabalho, traz as merendeiras na metodologia e resultados do estudo. Esses dados estão descritos no Gráfico 4.

Gráfico 4: Indicação da parte do estudo em que as merendeiras foram citadas, considerando os trabalhos da Categoria 2.



Fonte: BDTD e Google Acadêmico, elaborado por Barberini (2020).

A Categoria 2 de trabalhos, traz menos dados quantitativos, se comparado a Categoria 1, e mais dados qualitativos e de relação dos alimentos com os sujeitos, além de envolver diferentes participantes da pesquisa, como membros da equipe escolar, pais e alunos.

Os anos de publicações dos estudos da Categoria 2 se fizeram entre 2011 a 2017, não apresentando trabalhos nos últimos três anos. Fato contrário as pesquisas da Categoria 1, que ao considerar os estudos de 2017 até hoje, somaram-se treze trabalhos.

Ao trazer as Categorias 1 e 2 para análise, percebe-se que ambas são importantes no processo de construção da alimentação escolar, aliando a parte técnica e a parte voltada para o cultural e social, uma complementando a outra. Além disso, os trabalhos ressaltam diferentes metodologias de trabalho, porém todas com relevância e interesse em buscar um resultado fiel aos fatos.

A partir disso, o tópico que segue no presente trabalho, abrange o percurso metodológico que foi utilizado para a construção da pesquisa.

4 PERCURSO METODOLÓGICO

Por ser um ser cultural, o ser humano se desenvolve conforme o progresso da sociedade, e isto o torna um ser histórico que vive em um processo de comunicação e de conhecimento. É com base na observação que o indivíduo tem do mundo, e de como ele o interpreta e o interioriza, que emerge seu entendimento e ação, gerando assim, um conhecimento da sua realidade vivencial (BARROS, 2007).

O conhecimento científico surge da necessidade de o homem não assumir uma posição meramente passiva, de testemunha de fenômenos, sem poder de ação ou controle dos mesmos. Cabe ao homem, otimizando o uso da sua racionalidade, propor uma forma *sistemática, metódica e crítica* da sua função de *desvelar* o mundo, compreendê-lo, explica-lo e dominá-lo (KÖCHE, 1997, p. 29).

Para que se possa intervir em uma dada realidade, é importante que o pesquisador considere as mudanças que perpassam o campo do conhecimento, e para isto, é necessário um planejamento adequado para atingir os objetivos propostos. Conhecer as necessidades e dificuldades do percurso que será percorrido é uma maneira de evitar situações não planejadas, principalmente em um ambiente com sujeitos que trazem ricas experiências.

Segundo Minayo (1994), metodologia é um conjunto de técnicas, que possibilitará encaminhar os impasses teóricos para o desafio da prática, fazendo isto através de instrumentos claros, coerentes e elaborados. Pois as teorias, por mais elaboradas que se apresentem, não fornecem todas as explicações para fenômenos e processos.

Para a elaboração da pesquisa, é necessário delimitar alguns caminhos, seguindo metodologias de trabalho que auxiliem no processo da coleta de dados para atingir os objetivos da pesquisa. Assim, o presente capítulo apresenta o percurso metodológico utilizado para a pesquisa, propondo caminhos e perspectivas para o estudo, traçando a trajetória do estudo, as etapas, quais os procedimentos que foram adotados, assim como as técnicas e métodos para a construção do trabalho.

4.1 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA

Para a análise do problema da atual pesquisa, constituída na investigação das percepções das merendeiras de dois municípios do Rio Grande do Sul sobre a alimentação escolar, considerando as formas de abordagem, optamos em desenvolver uma pesquisa qualitativa, utilizando o método de pesquisa-ação.

4.1.1 Pesquisa Qualitativa

Ao apresentar a presente pesquisa como abordagem qualitativa, essa se baseia em aspectos que Minayo (1994, p. 21-22) esclarece como sendo uma pesquisa que:

[...] responde a questões muito particulares, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Para Stake (2011), a pesquisa é uma investigação na qual se busca uma compreensão de algo, e o estudo qualitativo está ligado ao discurso que leva em consideração principalmente a percepção e a compreensão humana. Ou seja, como cita Bauer, Gaskell e Allum (2002), a pesquisa qualitativa considera as interpretações das realidades sociais, é mais crítica e potencialmente emancipatória, capaz de perceber pontos por meio dos olhos dos pesquisados.

Dessa forma, a pesquisa qualitativa envolve uma partilha com pessoas, fatos e locais que fazem parte do objeto de pesquisa, para então entender os significados desse convívio; e, posteriormente, o pesquisador interpretar e traduzir em texto, com competência científica, os significados visíveis ou ocultos do objeto de pesquisa (CHIZZOTTI, 2003).

Para explicar o conceito de pesquisa qualitativa, Ludke e André (1986), referem características básicas para esse tipo de estudo. Assim, esse tipo de pesquisa se preocupa para que as situações estudadas ocorram naturalmente, sendo estas influenciadas pelo contexto. Isso proporcionará um material rico em descrições de pessoas, situações e acontecimentos, ou seja, todos os dados da realidade são considerados importantes. Ocorre uma preocupação predominantemente com o processo e não só com o produto, aderindo à relevância do significado que as pessoas fazem do que está sendo pesquisado, não se preocupando apenas com dados para evidenciar hipóteses.

Flick (2009) ainda coloca que a pesquisa qualitativa parte das noções da construção social das realidades que estão sendo estudadas, inserindo-se nas perspectivas dos participantes, em suas práticas diárias e seu conhecimento cotidiano sobre o tema em questão. Por essa razão, os métodos utilizados por esse tipo de pesquisa devem ser abertos o suficiente para permitir o entendimento do processo e relação, consistindo em um conjunto de práticas que interpretam e tornam mais visíveis o tema da pesquisa.

Em vista disso, como pesquisadora, é interessante atentar para que, além de buscar resultados e produtos, o processo é o fato mais importante. É através da análise do processo, que estarão as reais percepções dos sujeitos da pesquisa, que apresentam conhecimentos e experiências, podendo interferir no problema da pesquisa.

4.1.2 Pesquisa-ação

Com a formulação do objetivo e problema da pesquisa, foi possível direcionar uma breve revisão dos métodos de pesquisa, identificando estratégias de pesquisas em educação, em vista de que se pudesse dialogar com os sujeitos, saber os pontos de vistas dos mesmos e que permitisse refletir em conjunto as práticas em estudo. Assim, o delineamento de investigação que se alinhou a esse objetivo é a pesquisa-ação, muito desafiadora, mas que poderá desencadear um processo participativo, integrativo e reflexivo.

Para Thiollent (1988, p. 14)

[...] a pesquisa-ação é um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo.

Sob o olhar de René Barbier, a pesquisa-ação é entendida como uma atividade que compreende e explica a práxis de grupos sociais por eles mesmos, com a intenção de melhorar essa práxis. Segundo esse pesquisador, a pesquisa-ação trata de uma transformação na forma como conceber e fazer pesquisa em Ciências Humanas, considerando o cotidiano como pertencente ao processo de construção do conhecimento (BARBIER, 2002 apud TANAJURA; BEZERRA, 2015).

Esse tipo de pesquisa surgiu no contexto pós-guerra, em 1946, com os trabalhos de Kurt Lewin sobre mudanças de hábitos alimentares na população norte-americana. O pesquisador pautava-se em um conjunto de valores que abrangeram a construção de relações democráticas, participação dos sujeitos, reconhecimento dos direitos individuais, culturais e étnicos das minorias e aceitação das opiniões divergentes. As pesquisas desenvolvidas na época estavam paralelas a estudos sobre o funcionamento e dinâmica de grupos, e dessa forma, a pesquisa-ação passou a se desenvolver em empresas ligadas ao desenvolvimento organizacional (FRANCO, 2005).

Em 1977, no Primeiro Simpósio Mundial sobre Pesquisa Participante, na Colômbia, as metodologias de pesquisa com caráter participativo emergem tanto na área científica quanto no campo político. A partir disto, a pesquisa-ação vem em um enfrentamento à insatisfação com métodos de pesquisa clássicos, fundamentando-se na preocupação de garantir a participação dos grupos sociais no processo de tomada de decisões, não apenas como uma consulta, mas em um processo de reflexão, análise da realidade, produção de conhecimentos e enfrentamento dos problemas (TOLEDO; JACOBI, 2013).

Segundo Thiollent (1988, p. 22), “[...] a pesquisa-ação não é constituída apenas pela ação ou pela participação. Com ela é necessário produzir conhecimentos, adquirir experiências, contribuir para a discussão ou fazer avançar o debate acerca das questões abordadas”.

A pesquisa-ação surge como uma alternativa para aliar teoria e prática, podendo interferir no decorrer do processo de uma forma inovadora e não somente como uma metodologia, onde ao final da pesquisa se faz uma recomendação. É caracterizada em torno de uma concepção de organizar, investigar, desenrolar a avaliação da ação planejada, permitindo aos participantes expressarem suas percepções e interferir no processo de transformação (TANAJURA; BEZERRA, 2015).

Em relação ao campo educacional, a pesquisa-ação emerge em 1950, com trabalhos de Stephen Corey sobre experimentação do currículo, incorporando à prática educativa, os resultados identificados na pesquisa. Entre as décadas de 1960 e 1970, na América Latina, a pesquisa-ação toma forma com os trabalhos de Paulo Freire, Carlos Rodrigues Brandão, Danilo Streck, os quais preocupavam-se com a participação de grupos sociais considerados excluídos. Além disso, as obras de René Barbier e Michel Thiollent, entre as décadas de 1980 e 1990, são referenciadas amplamente (TOLEDO; JACOBI, 2013).

Atualmente, ao analisar os trabalhos de pesquisa-ação no Brasil, Franco (2005, p. 485-486) identifica três modalidades diferentes de estudos, sendo esses:

- a) quando a busca de transformação é solicitada pelo grupo de referência à equipe de pesquisadores, a pesquisa tem sido conceituada como pesquisa-ação colaborativa, em que a função do pesquisador será a de fazer parte e cientificizar um processo de mudança anteriormente desencadeado pelos sujeitos do grupo;
- b) se essa transformação é percebida como necessária a partir dos trabalhos iniciais do pesquisador com o grupo, decorrente de um processo que valoriza a construção cognitiva da experiência, sustentada por reflexão crítica coletiva, com vistas à emancipação dos sujeitos e das condições que o coletivo considera opressivas, essa pesquisa vai assumindo o caráter de criticidade e, então, tem se utilizado a conceituação de pesquisa-ação crítica;

c) se, ao contrário, a transformação é previamente planejada, sem a participação dos sujeitos, e apenas o pesquisador acompanhará os efeitos e avaliará os resultados de sua aplicação, essa pesquisa perde o qualificativo de pesquisa-ação crítica, podendo ser denominada de pesquisa-ação estratégica.

Com isso, a pesquisa-ação vem como uma linha de pesquisa, visando associar justamente as formas de ação coletiva em vista a orientar na resolução de problemas ou com objetivos de transformação. Esse método permite ao pesquisador e ao grupo participante, formas mais eficientes de estudo da realidade, aprendizagens nesse meio e, conseqüentemente, responder eficientemente aos questionamentos das situações em que vivem, em particular sob a forma de diretrizes de ação transformadora (THIOLLENT, 1988).

Para Franco (2005) o trabalho com pesquisa-ação entende, portanto, que pesquisa e ação necessitam caminhar juntas quando o objetivo é transformação da prática. O sentido e a direção dessa transformação são o eixo que caracteriza esse tipo de abordagem, pois uma condição para ser pesquisa-ação é introduzir-se na práxis do grupo social estudado, em que serão coletadas perspectivas latentes, o oculto e o não familiar, os quais estão sustentando as práticas. As mudanças são negociadas e geridas no coletivo, fazendo um trabalho colaborativo, o que na maioria das vezes, apresenta caráter de criticidade.

E uma das especificidades da pesquisa-ação é a relação entre o objetivo prático e o objetivo do conhecimento. O objetivo prático consiste em auxiliar na avaliação do problema central da pesquisa, com o apontamento de soluções e propostas de ações em vista do problema, lembrando que se deve atentar à resoluções alcançáveis, uma vez que nem tudo pode ser resolvido em curto prazo. Já o objetivo do conhecimento visa obter um apanhado de informações que seriam difíceis de acessar utilizando outros procedimentos, facilitando a reflexão de determinadas situações (THIOLLENT, 1988).

Como forma de explicar os problemas que, por vezes, os métodos tradicionais não conseguem contemplar, a pesquisa-ação consegue auxiliar no processo de investigação do pesquisador, considerando que no decorrer da pesquisa, métodos e técnicas são utilizadas na dimensão investigativa, registrando, processando e expondo os resultados. Por apresentar a participação efetiva dos integrantes dos grupos estudados, os sujeitos interagem de forma consciente e autônoma, de forma a conduzir a resolução do problema investigado (TANAJURA; BEZERRA, 2015).

Com a utilização da pesquisa-ação em âmbito escolar, é possível fazer uso de momentos em que serão compartilhadas dificuldades, problemas, angústias ou fatos positivos que são comuns aos pesquisado. Esse método possibilita um movimento de reflexão e

consciência das transformações que podem ocorrer no próprio sujeito, sobre o tema pesquisado. Dessa forma, para realização plena da pesquisa-ação, o momento não pode ser aligeirado, pensando apenas no produto final, pois é no processo que são coletadas as maiores informações para reflexão.

4.1.3 Aspectos éticos

Para certificar-se que os procedimentos adotados para realização da pesquisa sejam válidos, é importante atentar aos aspectos éticos. Para isso, o presente trabalho foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), em virtude de respeitar os preceitos éticos dos estudos que envolvem seres humanos. Assim, a aprovação do projeto está registrada sob o número 43031521.1.0000.5564.

Para planejar e executar uma pesquisa que considere as normas de cuidado e responsabilidade, Flick (2009, p. 96-97) refere alguns princípios básicos para trabalhos etnicamente sólidos:

- O consentimento informado significa que ninguém deve se envolver na pesquisa como participante sem saber e sem ter a oportunidade de se recusar.
- Deve-se evitar enganar os participantes da pesquisa (por meio da observação oculta ou lhes dando falsas informações em relação ao propósito da pesquisa).
- A privacidade dos participantes deve ser respeitada e sua confidencialidade, garantida e mantida.
- A precisão dos dados e sua interpretação devem ser princípios orientadores, o que significa que não deve ocorrer qualquer omissão ou fraude com a coleta e análise de dados na prática de pesquisa.
- Em relação aos participantes, o respeito pela pessoa é considerado essencial.
- Disposto para o bem, ou seja, consideração pelo bem-estar dos participantes.
- Justiça, que trata da relação de benefícios e ônus para os participantes da pesquisa.

Para iniciar a pesquisa, foi indispensável o consentimento da Secretaria de Educação dos municípios onde foram desenvolvidos o estudo, por essa razão foi coletado esse consentimento através da “Declaração de Ciência e Concordância das Instituições Envolvidas”⁵.

Em seguida, foi explicado às direções das escolas e também às merendeiras os objetivos do estudo, e dessa forma, coletado as assinaturas nos Termos de Consentimento

⁵ Apêndice A.

Livre e Esclarecido (TCLE)⁶ para as merendeiras que aceitaram participarem da pesquisa. Neste momento, foi esclarecido às merendeiras como aconteceria a coleta de dados, riscos e benefícios. O TCLE foi assinado em duas vias, uma permanecendo com a pesquisada e outra com a pesquisadora.

4.1.4 Coleta de dados

Realizados os procedimentos éticos da pesquisa, iniciou a coleta de dados. Ressaltando que a pesquisa foi realizada com as merendeiras das escolas municipais de Gaurama/RS e Três Arroios/RS. Como são funcionárias de diferentes municípios, foram realizadas etapas da pesquisa em grupos em cada município e em grupo com todas as participantes. Para esta primeira etapa da pesquisa, as merendeiras participaram coletivamente em 2 grupos. Um grupo com as profissionais que trabalham em Três Arroios e outro grupo com as merendeiras de Gaurama

As etapas em grupo foram realizadas com as merendeiras que assinaram o TCLE, onde foi utilizada uma entrevista semiestruturada, baseada em dois eixos⁷. “A entrevista permite correções, esclarecimentos e adaptações que a tornam sobremaneira eficaz na obtenção das informações desejadas” (LUDKE; ANDRÉ, 1986).

O primeiro eixo contou com questões de caracterização individual das entrevistadas. O segundo eixo se baseou nos conhecimentos que as mesmas apresentam sobre a alimentação escolar, as rotinas das merendeiras e qual o seu papel. Ainda dentro desse eixo, foi questionado sobre os cardápios elaborados para as escolas, além de questões que envolvem o que as merendeiras acreditavam que faça os alunos realizarem as refeições preparadas por elas, ou da mesma forma, o que faz com que eles não comam.

Essa entrevista semiestruturada tem a finalidade de realizar um levantamento de dados referente ao tema da pesquisa, pois, como cita Thiollent (1988), é necessário delimitar uma fase exploratória da pesquisa. Nesta, o intuito é descobrir o campo de pesquisa com as expectativas dos pesquisados, além de realizar um primeiro levantamento de dados, elencar situações e problemas.

Para maior aproveitamento dos pontos levantados pelas merendeiras durante a entrevista, esse momento foi gravado, como forma de realizar uma maior interação entre

⁶ Apêndice B.

⁷ Apêndice C.

pesquisadora e pesquisadas, podendo atentar mais para expressões das merendeiras durante a conversa. As respostas da entrevista também foram anotadas, e com a gravação, posteriormente, a pesquisadora pôde retomar as falas, concluindo cada eixo dos questionamentos da entrevista.

É importante destacar que, em meio ao enfrentamento da pandemia do Coronavírus (Covid-19), as fases de coleta de dados da pesquisa respeitaram os protocolos recomendados pelas entidades sanitárias, ou seja, distanciamento entre as participantes, uso de máscaras e utilização de álcool em gel. Além disso, manteve-se a sala utilizada em constante circulação de ar, sendo que essa foi higienizada anterior e posteriormente ao uso.

Com base nas respostas e falas das merendeiras no momento da entrevista semiestruturada, as respostas foram organizadas e posteriormente submetidas à Análise de Conteúdo, de acordo com a técnica proposta por Bardin (2016). Essa análise foi estruturada com base em pontos em comum e nas características mais presentes das falas das participantes, como forma de compreender melhor as suas concepções quanto à alimentação escolar.

Para realizar a categorização das respostas das merendeiras é importante destacar que esse processo, como cita Bardin (2016), é composto por duas etapas. A primeira etapa corresponde ao inventário, em que será realizada a tarefa de isolar os elementos, e a segunda etapa corresponde à classificação, que é definida por repartir os elementos e, portanto, procurar ou impor certa organização às mensagens.

Sobre essa fase da pesquisa, Thiollent (1988) refere que é um momento em que o pesquisador coloca à disposição dos participantes os conhecimentos técnicos ou práticos, para facilitar a discussão dos problemas. Ficando assim, os pesquisadores e os pesquisados cientes sobre os objetivos e os problemas que poderão ser examinados, por isso é importante a constituição de grupos para conduzir as discussões e os procedimentos que serão elencados para refletir sobre os problemas levantados.

Após análise das respostas dos questionários, foram desenvolvidos três momentos de “rodas de conversa” com as merendeiras, em cada momento foi abordado um assunto referente aos questionamentos da entrevista. As “rodas de conversa” foram desenvolvidas de duas maneiras: com as merendeiras em grupos em cada município, ou seja, um grupo com as merendeiras de Gaurama e outro com as merendeiras de Três Arroios. E outro momento com todas as merendeiras reunidas de ambos os municípios.

A primeira e a segunda “roda de conversa” aconteceram com as merendeiras nos respectivos municípios em que trabalham, ou seja, o mesmo assunto da “roda de conversa” foi desenvolvido em um momento com as merendeiras de Gaurama e em outro momento com as profissionais de Três Arroios.

Após, a terceira “roda de conversa”, aconteceu com as merendeiras de ambos os municípios, em um mesmo encontro. Este terceiro momento foi pensando como troca de experiência entre as merendeiras, podendo discutir pontos em relação a alimentação escolar. Para melhor exemplificar como aconteceu a coleta de dados da presente pesquisa o Quadro 6 demonstra os procedimentos adotados, como aconteceram e os assuntos tratados em cada “roda de conversa”.

Quadro 6: Coleta de dados para pesquisa.

Procedimento	Forma de realização das atividades
Entrevista semiestruturada	Atividade realizada pela pesquisadora em dois momentos: um com as merendeiras de Gaurama e um com as merendeiras de Três Arroios.
Roda de conversa sobre PNAE e CAE	Atividade realizada pela pesquisadora em dois momentos: um com as merendeiras de Gaurama e um com as merendeiras de Três Arroios.
Roda de conversa sobre Agricultura Familiar e Cardápio	Atividade realizada pela pesquisadora em dois momentos: um com as merendeiras de Gaurama e um com as merendeiras de Três Arroios.
Roda de conversa sobre porquê as crianças não comem	Atividade realizada pela pesquisadora com todas as merendeiras em um único grupo.

Fonte: Elaborado pela autora a partir das atividades realizadas com as merendeiras.

Após a coleta de dados, todo o material coletado com a pesquisa, será mantido sob tutela da pesquisadora por período de 5 anos, após esse período os papéis serão incinerados e dados digitais serão apagados. E referente a devolutiva dos resultados da pesquisa, após apresentação do presente trabalho à banca, será organizada em forma de relatório, onde será entregue aos gestores municipais e aos participantes da pesquisa, ficando a pesquisadora disponível para demais esclarecimentos.

Após o detalhamento dos procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa, o próximo assunto a ser tratado se refere a um breve histórico de cada município estudado, trazendo dados sobre os aspectos ligados a alimentação escolar das escolas municipais.

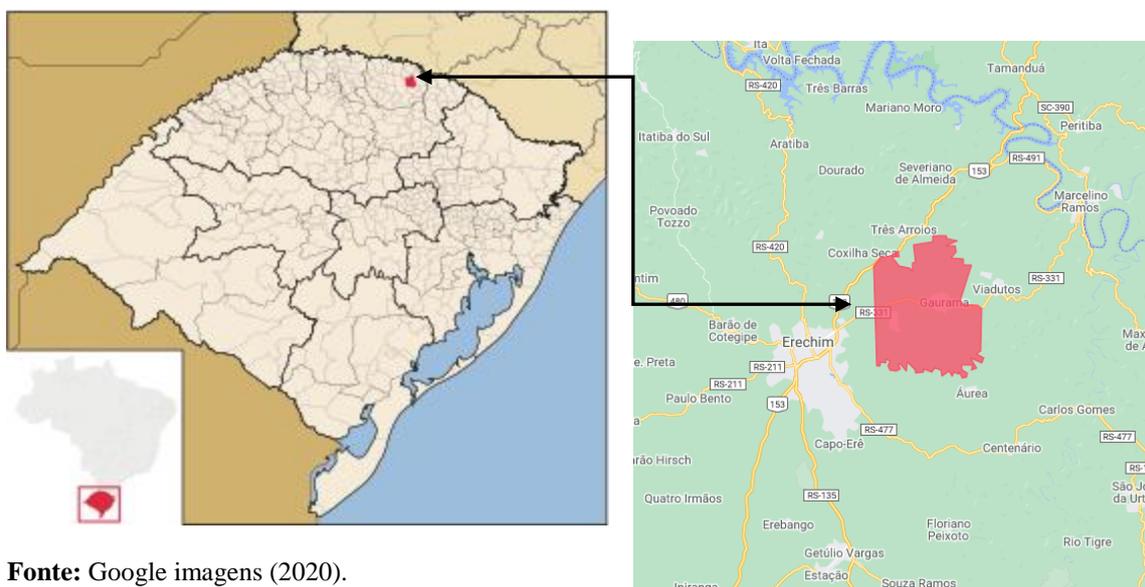
5 CONHECENDO OS MUNICÍPIOS ESTUDADOS

Para a realização da presente pesquisa, foram escolhidos dois municípios da região do Alto Uruguai Gaúcho: Gaurama e Três Arroios. E para conhecer cada um dos municípios, é válido realizar um levantamento de informações, dados gerais, com caracterização do território e também informações quanto ao número de escolas, alunos e profissionais ligados à educação.

5.1 GAURAMA

Gaurama está situada na região do Alto Uruguai Gaúcho, e segundo o Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2019, o município apresenta uma estimativa de 5.534 habitantes e uma área de 204 km² (IBGE, 2020). Os municípios limítrofes são Erechim, Três Arroios, Áurea e Viadutos. Na Figura 1, pode-se observar a localização de Gaurama no mapa do Rio Grande do Sul.

Figura 1: Localização de Gaurama no mapa do Rio Grande do Sul.



Fonte: Google imagens (2020).

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano (2020).

A história de Gaurama tem estreita ligação com a ferrovia São Paulo – Rio Grande. No início do século XX, no entorno dos caminhos de ferro e da sua estação, nascia a Colônia Barro, atual município de Gaurama, e que por cerca de quatro décadas centralizou a

movimentação de imigrantes. Em 1908 foi criada a Colônia Erechim, com a intenção de organizar a venda de lotes rurais, uma vez que com a ferrovia, surgia a possibilidade de transporte de imigrantes e a ocupação e exploração com a chegada e a partida de trens (GAURAMA, 2020).

A população de Gaurama formou-se do elemento nacional e de imigrantes italianos, sendo um dos cinco núcleos da Colônia Erechim. Em 1915, a primeira igreja de Gaurama é construída, que se elevou a paróquia, dirigida por franciscanos, fato que auxiliou para a formação de escolas, principalmente internatos. A construção da ferrovia que passa pelo centro da cidade atualmente, foi em virtude de na época, a Empresa Luce Rosa & Cia Ltda traçar uma linha divisória no processo de colonização no norte do Rio Grande do Sul (IBGE, 2020).

Na constituição do povoado, assim como nas demais regiões de colonização, os comerciantes criaram um espaço de negócio, de sociabilidade, de conchavos políticos, de lazer, de informação que recebiam dos caixeiros-viajantes e que passavam aos fregueses. Esses foram o elo de inúmeros processos econômicos, culturais e motivadores da relação com mundo externo à colônia (GAURAMA, 2020).

Na localidade, havia uma escola que mantinha internato feminino e outro masculino, era profissionalizante, fato que também atraía movimentação. Na década de 1950, Gaurama passa a movimentar-se para sua emancipação político-administrativa devido a estar bem estruturada, não dependendo economicamente de Erechim, por conta da grande produção de trigo, cevada, milho e seus subprodutos, assim como por manter indústrias frigoríficas de abrangência regional (IBGE, 2020).

O nome Gaurama, com origem tupi-guarani (*Gau*: lama; *Rama*: terra), significa terra do barro. Após a realização de um plebiscito que movimentou toda a região, Gaurama se emancipa em 15/12/1954, com a Lei nº 2.530 (CESE, 1988).

Segundo dados do ano de 2010 do Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM), Gaurama encontra-se com este índice em 0,738, considerando o município com a faixa de Desenvolvimento Humano Alto. A dimensão que contribui favoravelmente para esse índice é a Longevidade, com índice de 0,852, seguido pela Renda, com índice de 0,733 e Educação, na faixa de 0,643. Gaurama ocupa a 823ª posição entre os 5.565 municípios brasileiros segundo o IDHM (ATLAS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO, 2020).

A população gauramense divide-se em 56,4% residentes na zona rural e os outros 43,6% na área urbana. Sendo que 100% da população tem acesso ao abastecimento de água

por meio da rede geral ou de poços artesianos. Em relação ao destino do lixo doméstico, na área urbana ocorre a coleta de lixo por empresa de serviço de limpeza, e na área rural, na sua maioria, ocorre a coleta por serviço de limpeza, mas também apresenta percentual na qual é queimado ou enterrado na propriedade (INFOSANBAS, 2020).

Em relação à educação, o município traz no seu histórico, construído em meados de 1980, a informação que as escolas municipais eram divididas em quatro distritos. O ‘Distrito Sede’ compreendendo quinze escolas de primeiro grau incompleto, o ‘Distrito de Vila Áurea’, com dez escolas, o ‘Distrito de Centenário’ abrangendo treze escolas e o ‘Distrito de Baliza’ com quatro escolas (CESE, 1988).

Da mesma forma que aconteceu com outros municípios, as escolas da zona rural foram sendo nucleadas, e no caso de Gaurama, dois dos distritos citados foram emancipados e atualmente esses municípios são responsáveis pelas documentações dessas escolas.

Em 2020, o município conta com quatro escolas estaduais que atendem trezentos e quarenta e um alunos, e quanto a alimentação escolar, são cinco merendeiras. Referente às escolas municipais, Gaurama apresenta quatro escolas, sendo uma de educação infantil, que atende em período integral, e três de ensino fundamental, atendendo em período parcial. Somando-se o número de alunos, são quatrocentos e setenta e oito, e para atender essa quantidade de estudantes, as escolas contam com quarenta e oito professores, quatorze funcionários e equipe diretiva.

Trabalhando com a alimentação escolar nas escolas municipais, no total são oito profissionais que trabalham com a merenda escolar, responsáveis por organizar os pedidos de gêneros alimentícios, preparar e servir os alimentos, cuidar do estoque e limpeza da cozinha. Para ilustrar o quantitativo de alunos e profissionais das escolas municipais, é possível observar no Quadro 7 esses números, considerando dados do ano de 2020.

Quadro 7: Dados das escolas municipais de Gaurama.

Escola	Dados sobre a escola	Quantidade de cada categoria
Escola Municipal de Educação Infantil Criança Feliz	Número de turmas	5
	Número de alunos	97
	Número de professores	12
	Número de merendeiras	2
	Equipe diretiva e demais funcionários	3

	Turno de funcionamento	Integral
Escola Municipal de Ensino Fundamental Presidente Vargas	Número de turmas	15
	Número de alunos	307
	Número de professores	24
	Número de merendeiras	3
	Equipe diretiva e demais funcionários	8
	Turno de funcionamento	Manhã e tarde
Escola Municipal de Ensino Fundamental Santo Isidoro	Número de turmas	5
	Número de alunos	51
	Número de professores	10
	Número de merendeiras	2
	Equipe diretiva e demais funcionários	2
	Turno de funcionamento	Manhã
Escola Municipal de Ensino Fundamental Vereador João Jabuonski	Número de turmas	3
	Número de alunos	23
	Número de professores	2
	Número de merendeiras	1
	Equipe diretiva e demais funcionários	1
	Turno de funcionamento	Manhã

Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Gaurama (2020).

Para o momento das refeições, todas as turmas se deslocam em horários determinados até o refeitório, em três escolas, os alunos fazem fila e retiram o prato de comida ou lanche e acomodam-se nos bancos do refeitório, e nas outras duas escolas, os alunos primeiro sentam-se e depois recebem o prato de comida ou lanche.

Somente na Escola Municipal de Educação Infantil Criança Feliz, por ser a única escola do município de turno integral, é servida aos estudantes, as refeições: Café da manhã, Lanche da Manhã, Almoço e dois Lanches da Tarde. Para as demais escolas, são incluídos no cardápio somente o Lanche da Manhã ou Lanche da Tarde. Para demonstrar o número total de refeições servidas anualmente aos alunos das escolas municipais de Gaurama, o Quadro 8 traz estes valores, considerando os anos de 2015 até 2019.

Quadro 8: Número de alunos e quantidade de refeições servidas nos anos de 2015 até 2019⁸ nas escolas municipais de Gaurama.

Escola	Ano	Número de alunos	Total de refeições servidas/ano*	Média de refeições/dia**
Escola Municipal de Educação Infantil Criança Feliz***	2015	93	48.616	243,1
	2016	95	46.422	211
	2017	94	82.720	413,6
	2018	85	93.500	425,5
	2019	84	73.920	336
Escola Municipal de Ensino Fundamental Presidente Vargas	2015	225	33.360	166,8
	2016	265	24.024	120,1
	2017	279	26.210	131,1
	2018	289	24.549	122,7
	2019	283	24.901	124,5
Escola Municipal de Ensino Fundamental Santo Isidoro	2015	70	10.397	51,9
	2016	58	19.428	97,1
	2017	50	15.482	77,4
	2018	49	14.454	72,3
	2019	52	14.155	70,7
Escola Municipal de Ensino Fundamental Vereador João Jabuonski	2015	16	2.354	11,8
	2016	18	3.235	16,2
	2017	20	4.142	20,7
	2018	21	3.741	18,7
	2019	22	3.699	18,5

Fonte: Mapas de merenda arquivados na Secretaria de Educação de Gaurama e relatórios das prestações de contas dos anos citados.

* Somatório das refeições servidas aos alunos, considerando os Mapas de merenda entregue à Secretaria de Educação mensalmente.

** A média refere-se ao total de refeições servidas no ano dividido por 200 dias letivos.

*** Para a Escola Municipal de Educação Infantil Criança Feliz, considerou-se 220 dias letivos.

⁸ Foram selecionado os anos de 2015 até 2019 para exemplificar a evolução do número de alunos e refeições. O ano de 2020 não foi incluído no levantamento desses dados, em função de apresentar-se como um ano atípico, por conta da pandemia do Coronavírus (Covid-19), onde as escolas apresentaram atendimento aos estudantes presencialmente, somente em parte do mês de fevereiro e março.

Não foi possível separar o número de refeições servidas para alunos de pré-escola e ensino fundamental, pois o registro arquivado, juntamente com os dados levantados para a prestação de contas, é anotado por dia, não realizando a separação por turmas ou etapas de ensino. Mas mesmo assim, percebe-se que a escola localizada na zona rural (E. M. E. F. Santo Isidoro) tem uma maior aceitação da refeição servida na escola, apresentando inclusive dados de repetição das preparações servidas.

É importante destacar que na escola de educação infantil, não é permitido ao aluno levar lanches de casa, entretanto, nas escolas de ensino fundamental é permitindo. Quanto a isso, percebe-se que as escolas de ensino fundamental localizadas na zona rural, o lanche caseiro não é frequente, mas na escola localizada na zona urbana, os alunos que levam lanches de casa, ocorre com maior frequência.

Referente ao pedido de gêneros alimentícios, esse é realizado uma vez ao mês, porém são organizados de forma a serem entregues semanalmente, respeitando o cardápio da alimentação escolar, o qual fica exposto nos murais das escolas. Desse modo, as entregas de gêneros alimentícios destinados às preparações da alimentação escolar, principalmente os perecíveis, são realizadas semanalmente, a fim de priorizar alimentos mais frescos, evitando o excesso em estoque.

Em virtude de o município apresentar, em média, cinco agricultores participantes da chamada pública com produtos básicos como leite e derivados, pães e massas, verduras, farinha de milho e feijão, além de cooperativas com produtos da agricultura familiar, o percentual mínimo de 30% de produtos oriundos da agricultura familiar é atingido tranquilamente. E pelo fato desses agricultores residirem no município, facilita para que o produto entregue seja mais fresco e com maior qualidade.

Em relação às merendeiras, ao realizar um levantamento inicial de dados sobre esse cargo e pesquisar a legislação do município, a Lei municipal nº 2.142 de 11 de maio de 1999 traz a autorização para contratação de merendeiras para as escolas municipais, uma vez que as que estavam exercendo a função no município, mas contratadas pelo estado, deveriam retornar o atendimento às escolas estaduais. Na oportunidade, a lei determinou a contratação de dez merendeiras para trabalhar enquanto a vigência do ano letivo de 1999 se fizesse presente.

No final do ano de 1999, a Lei municipal nº 2.180, de 14 de dezembro de 1999 foi aprovada, sendo que essa cria o cargo de merendeira e determina suas atribuições,

apresentando como requisitos para o cargo a escolaridade de primeiro grau incompleto. Nessa Lei, foi criado o cargo e vagas para doze merendeiras.

Atualmente, na rede municipal, são oito merendeiras concursadas. É importante destacar que uma merendeira não exerce a função nas escolas do município, a mesma está lotada na Secretaria de Assistência Social. Com os dados de um levantamento sobre esse cargo, pôde-se compor o Quadro 9.

Quadro 9: Perfil das participantes da pesquisa em Gaurama.

Participante	Escolaridade	Cargo	Idade	Tempo de serviço
M1 ⁹	Ensino fundamental incompleto	Merendeira	57 anos	26 anos
M2	Ensino fundamental completo	Merendeira	53 anos	12 anos
M3	Ensino fundamental completo	Merendeira	56 anos	20 anos
M4	Ensino fundamental completo	Merendeira	55 anos	20 anos
M5	Ensino médio completo	Merendeira	55 anos	16 anos
M6	Ensino superior completo	Merendeira	56 anos	20 anos
M7	Ensino superior completo	Merendeira	48 anos	20 anos
M8	Ensino médio completo	Auxiliar de serviços gerais	54 anos	14 anos

Fonte: Dados do setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Gaurama (2020).

Percebe-se que são oito profissionais que trabalham com alimentação escolar, duas merendeiras intercalam em uma mesma escola, com semanas em que estão a serviço da alimentação escolar e semanas responsáveis pela limpeza da escola.

⁹ Para garantir o anonimato das merendeiras, as mesmas serão nomeadas pela letra “M” seguida do número em ordem crescente do quantitativo total das participantes.

Ao conhecer um pouco da história de Gaurama, e sobre como acontece a organização da alimentação escolar e sobre as merendeiras, a seguir passaremos a conhecer o outro município que fará parte do estudo.

5.2 TRÊS ARROIOS

O município de Três Arroios situa-se ao norte do Rio Grande do Sul, na região do Alto Uruguai. Segundo o Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2019, possui 2.643 habitantes, abrangendo uma área de 145 km². Faz limite com as cidades de Mariano Moro e Severiano de Almeida ao norte, Gaurama e Erechim ao sul, Viadutos e Gaurama ao leste e Erechim e Aratiba a oeste (ZAGO, 2017). A localização de Três Arroios, no mapa do Rio Grande do Sul, pode ser observada na Figura 2.

Figura 2: Localização de Três Arroios no mapa do Rio Grande do Sul.



Fonte: Google imagens (2020).



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano (2020).

O início da colonização nessa região iniciou pelos desbravadores que acreditavam no potencial dessa terra, e em fevereiro de 1917, famílias de imigrantes alemães chegaram nesse território. A Empresa Colonizadora Luce Rosa & Cia Ltda, empresa que tinha a permissão da Inspeção de Terras de colonizar o Rio Grande do Sul, fundou-se em 1915 e apresentava sua sede em Porto Alegre, atuando nas terras do norte do estado, a partir de 1916 (OLIVEIRA, 2013).

A empresa Luce Rosa estabeleceu seu escritório em Gaurama e foi responsável pelo assentamento de mais de mil famílias de colonos estrangeiros, principalmente alemães e italianos. Fundou-se nessa região quatro povoações, dividindo os terrenos e chácaras, com os respectivos arruamentos: Três Arroios e Severiano de Almeida (sob o nome de Nova Itália), Dourado e Aratiba (sob o nome de Rio Novo). Nessas povoações ficou a responsabilidade de instrução, religião e meios de comunicação. Em Três Arroios, fundou-se o convento das Irmãs Franciscanas, e juntamente com Dourado e Aratiba, esses territórios apresentaram a responsabilidade pelo estabelecimento do ensino primário (ZAGO, 2017).

No ano de 1918, marcado pela chegada das irmãs Franciscanas, a Escola Nossa Senhora de Lourdes é fundada, e em 1919 chegam os padres Franciscanos. Em 1921, nessa escola, iniciaram as aulas com um número inicial de quarenta e sete alunos, e em 1926, o número de alunos chegou a cento e trinta, necessitando a construção de mais três salas de aula. Em dezembro de 1938, a escola recebe o registro estadual, regulamentando o seu funcionamento. Em 1965 inicia-se a construção do novo prédio para a escola, contando com a ajuda da comunidade e com verbas vindas da Alemanha (OLIVEIRA, 2013).

No ano de 1953, Três Arroios é definido como distrito da cidade de Erechim, e seu nome, denominado na época da colonização da Empresa Luce Rosa, deriva dos três rios (Lageado Perdido, Napoleão e Sede) que passam pelo município. O movimento de emancipação de Três Arroios inicia-se em 1965, porém só acontece no dia vinte de setembro de 1987 (ZAGO, 2017).

Atualmente, pelo censo de 2010, Três Arroios é um município com IDHM de 0,791, o que situa a cidade na faixa de Desenvolvimento Humano Alto. O que contribui para que o IDHM fique neste patamar é o índice de 0,851 para longevidade, índice de 0,843 para renda e 0,689 para a educação. Três Arroios ocupa a posição 62ª, entre os 5.565 municípios brasileiros, segundo o IDHM (ATLAS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO, 2020).

Dados que podem ser evidenciados pelo fato que 100% das propriedades do município possuem energia elétrica, e o abastecimento de água é realizado por poços artesianos. Em relação ao saneamento básico, a maioria das ações em saúde é voltada para o saneamento, são realizadas com práticas de destino correto de dejetos, proteção dos mananciais, controle de artrópodes e destino correto do lixo (OLIVEIRA, 2013).

A principal atividade econômica do município é a agropecuária, sendo desenvolvida em pequenas propriedades através da agricultura familiar, contribuindo com mais de 85% do

valor total adicionado para o índice de retorno do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços) do município (ZAGO, 2017).

Em relação à educação, muitas escolas da zona rural sofreram o processo de nucleação, passando de treze escolas municipais localizadas em diferentes lugares no interior do município, para compor atualmente a rede escolar com três escolas, duas municipais e uma estadual. O atendimento aos alunos inicia-se na educação infantil e séries iniciais do ensino fundamental, no qual as escolas municipais são responsáveis. As séries finais de ensino fundamental e médio, estão sob responsabilidade da Escola Estadual de Ensino Médio Nossa Senhora de Lourdes, sendo esta escola, aquela construída e reformada no período de colonização e emancipação do município.

Atualmente a Escola Estadual de Ensino Médio Nossa Senhora de Lourdes atende cento e cinquenta e três alunos matriculados nos anos finais do ensino fundamental e ensino médio, frequentando as aulas nos turnos da manhã e à tarde. Para o atendimento da alimentação servida a esses alunos, duas merendeiras são as responsáveis pelo processo.

A Escola Municipal de Educação Infantil Pingo de Gente, inaugurada em sete de setembro de 1993, iniciou suas atividades com quarenta e quatro crianças de 2 a 5 anos, apresentando como finalidade assistencial e educativa (OLIVEIRA, 2013). Atualmente atende alunos de 1 a 5 anos, totalizando sessenta e sete crianças matriculadas no ano de 2020.

O atendimento aos alunos se realiza em dois turnos, pela manhã, frequentam a escola alunos em idade entre 4 e 5 anos, constituindo as turmas chamadas de Pré A e Pré B, realizando as refeições de café da manhã e lanche da manhã. Os alunos do período da tarde nesta escola, são crianças entre 1 e 3 anos, formando as turmas denominadas de Maternal, Creche A e Creche B, sendo que estes realizam duas refeições no período em que estão na escola.

A Escola Municipal de Ensino Fundamental Maurício Cardoso, teve seu início de funcionamento no ano de 1928, quando era mantida pelos pais dos alunos da localidade e pertencente ao município de Erechim. Com a emancipação de Três Arroios, e sob reponsabilidade municipal, a escola passou por reformas e recebeu alunos de escolas que foram desativadas pelo processo de nucleação (OLIVEIRA, 2013).

Nessa escola, são atendidos alunos dos anos iniciais do ensino fundamental, e no ano de 2020, oitenta e oito alunos estavam matriculados na instituição. Todos eles frequentavam as aulas no turno matutino e realizam uma refeição neste período.

Realizando um levantamento dos dados de funcionários e alunos por turma que atendem ambas as escolas municipais, foi possível demonstrar esses números no Quadro 10.

Quadro 10: Dados das escolas municipais de Três Arroios.

Escola	Dados sobre a escola	Quantidade de cada categoria
Escola Municipal de Educação Infantil Pingo de Gente	Número de turmas	5
	Número de alunos	67
	Número de professores	11
	Número de merendeiras	1
	Equipe diretiva e demais funcionários	3
	Turno de funcionamento	Manhã e tarde
Escola Municipal de Ensino Fundamental Maurício Cardoso	Número de turmas	5
	Número de alunos	88
	Número de professores	8
	Número de merendeiras	2
	Equipe diretiva e demais funcionários	2
	Turno de funcionamento	Manhã

Fonte: Secretaria de Educação de Três Arroios (2020).

As refeições que são realizadas nas escolas seguem um cardápio, com especificação por escola e qual refeição (Café da manhã, lanche da manhã, lanche da tarde I e II). Para a aquisição dos gêneros alimentícios, são realizadas, duas vezes ao ano, processo de licitação e de chamada pública, considerando todas as especificações que o PNAE determina.

As turmas realizam as refeições no refeitório em horário determinados. É interessante destacar que em ambas as escolas, não é permitido que o aluno leve lanche de casa, fato que é determinado pela gestão das escolas e da Secretaria Municipal de Educação.

O Quadro 11 apresenta o número de alunos dos anos de 2015 até 2019, assim como a quantidade de refeições servidas para estes. Estes números foram obtidos com base nos “Mapas de Merenda” que as merendeiras realizam o registro diariamente, como forma de auxiliar na prestação de contas e nos cálculos para pedidos para licitações e chamadas públicas, além de servir como meio para os pedidos semanais.

Quadro 11: Número de alunos e quantidade de refeições servidas nos anos de 2015 até 2019¹⁰ nas escolas municipais de Três Arroios.

Escola	Ano	Etapa de ensino	Número de alunos	Total refeições servidas/ano*	Média de refeições/dia**
Escola Municipal de Educação Infantil Pingo de Gente	2015	Creche	35	11.572	57,9
		Pré-escola	34	12.755	63,8
	2016	Creche	32	9.993	111,7
		Pré-escola	37	12.349	50
	2017	Creche	25	6.929	34,6
		Pré-escola	38	11.923	59,6
	2018	Creche	30	6.496	32,5
		Pré-escola	29	8.543	42,7
2019	Creche	33	7.227	36,1	
	Pré-escola	31	10.402	52	
Escola Municipal de Ensino Fundamental Maurício Cardoso	2015	Ensino fundamental	44	8.077	40,4
	2016		31	6.013	30,1
	2017		30	6.070	30,3
	2018		30	4.906	24,5
	2019		50	8.639	43,2

Fonte: Mapas de merenda arquivados na Secretaria de Educação de Três Arroios e relatórios das prestações de contas dos anos citados.

* Somatório das refeições servidas aos alunos, considerando os Mapas de merenda entregue à Secretaria de Educação mensalmente.

** A média refere-se ao total de refeições servidas no ano dividido por 200 dias letivos.

É importante destacar que os alunos da Escola Municipal de Ensino Fundamental Maurício Cardoso realizam somente um lanche na escola, chamado de lanche da manhã. Os estudantes desta escola, na sua maioria, têm uma boa adesão da alimentação escolar, apresentando poucos alunos que não são adeptos ao lanche. Além disso, o tipo de preparação servida no lanche influencia na aceitação das crianças, pois alguns não gostam de determinados tipos de alimentos e assim não o consomem, ficando a critério das professoras e

¹⁰ Foram selecionado os anos de 2015 até 2019 para exemplificar a evolução do número de alunos e refeições. O ano de 2020 não foi incluído no levantamento desses dados, em função de apresentar-se como um ano atípico, por conta da pandemia do Coronavírus (Covid-19), onde as escolas apresentaram atendimento aos estudantes presencialmente, somente em parte do mês de fevereiro e março.

merendeira incentivar a experimentação dos alimentos servidos, mas não forçando o seu consumo.

Aos estudantes da Escola Municipal de Educação Infantil Pingo de Gente, atendendo nos turnos matutino e vespertino, são servidos pela manhã café da manhã e Lanche da manhã, e pela parte da tarde os Lanches da tarde. Os alunos de pré-escola, que frequentam o turno da manhã, apresentam uma maior adesão do café e lanche, se comparado aos alunos de creche, e da mesma forma que é realizado com os alunos de ensino fundamental, o incentivo é realizado diariamente por parte das professoras, merendeiras e funcionárias que acompanham a hora do lanche.

A entrega de gêneros alimentícios destinados às preparações da alimentação escolar é realizada semanalmente, como forma de receber e preparar alimentos mais frescos e evitar que permaneça um estoque muito grande nas escolas. O percentual estipulado pelo PNAE para compra dos produtos da agricultura alimentar é atingido, e o CAE acompanha os processos que envolvem a alimentação escolar do município.

Quanto às merendeiras que trabalham na rede municipal, é importante destacar que o cargo de merendeira somente foi criado com a Lei Municipal nº 2.211, de 29 de julho de 2014. As atribuições anteriormente à criação do cargo eram desempenhadas por funcionárias nomeadas no cargo de Serventes. Ao realizar um levantamento inicial de dados sobre essas merendeiras, os quais estão descritos no Quadro 12, é possível verificar a nomeação do cargo de merendeira somente após a promulgação da Lei que cria o cargo, além disso, uma das merendeiras somente iniciou o trabalho na escola há 2 anos.

Quadro 12: Perfil das participantes da pesquisa em Três Arroios.

Participante	Escolaridade	Cargo	Idade	Tempo de serviço
M9	Ensino médio completo	Merendeira	37 anos	5 anos
M10	Ensino médio completo	Merendeira	38 anos	1 ano
M11	Ensino superior incompleto	Agente educacional: manutenção e infraestrutura	49 anos	20 anos

Fonte: Dados do setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Três Arroios (2020).

Uma particularidade das funcionárias que trabalham com a alimentação escolar no município, é o fato de uma delas estar exercendo a função na rede municipal, mas ser nomeada na rede estadual. Esse fato se deve em função de, no início de 2020, acontecer o processo de municipalização, onde os alunos de 1º ao 5º ano que estavam matriculados na escola estadual, passaram a ser atendidos na escola municipal. E como o quantitativo de alunos aumentou, uma funcionária do estado passou a auxiliar nos trabalhos de limpeza e preparo da alimentação escolar.

Com esse breve apanhado histórico de ambos os municípios, assim como a descrição de como ocorre a alimentação nas escolas municipais, foi possível estruturar o Quadro 13, com um resumo dos dados.

Quadro 13: Resumo dos dados dos municípios estudados.

Dados	Gaurama	Três Arroios
Número de habitantes	5.534	2.643
Ano de emancipação	1987	1954
Número de escolas municipais turno integral	1	0
Número de escolas municipais turno parcial	3	2
Número de alunos em 2020	441	155
Número de merendeiras	8	3
Ano de criação da lei com o cargo de merendeira	1999	2014

Fonte: Dados do setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Gaurama e Três Arroios (2020). Dados dos Mapas de merenda de Gaurama e Três Arroios (2020).

A partir desse quadro resumo, é interessante destacar que ambos os municípios são de pequeno porte, Gaurama com um número maior de habitantes, se comparado com Três Arroios e, conseqüentemente com um maior quantitativo de escolas, alunos e merendeiras.

O cargo de merendeira, primeiramente instituído por lei em Gaurama, e mais recentemente em Três Arroios. Anterior a contratação de merendeiras, via concurso público, as atribuições de preparação da alimentação escolar eram desempenhadas por funcionárias lotadas como serventes ou auxiliar de serviços gerais.

Em ambos os municípios, o percentual mínimo destinado à compra de produtos da agricultura familiar é atingido, priorizando os produtos de agroindústrias ou agricultores da localidade, o que facilita a entrega de produtos frescos e com uma maior qualidade.

A forma da realização dos pedidos de gêneros alimentícios para a alimentação escolar, em Gaurama é realizado um pedido mensal, porém organizado, dentro do mês do pedido, de uma forma que as entregas de produtos perecíveis sejam entregues na semana que serão disponibilizados aos alunos. Em Três Arroios, os pedidos e entregas são realizados semanalmente, conforme os produtos que estão descritos no cardápio escolar.

Quanto as refeições servidas na escola, Gaurama conta com uma escola de educação infantil, que atende alunos em turno integral, servindo refeições desde o café da manhã até o lanche da tarde, as outras escolas de ensino fundamental, atendendo em turno parcial, servem uma refeição por turno, havendo a possibilidade de os alunos alimentar-se de lanche que trazem de casa.

Em Três Arroios, a escola de educação infantil, atendendo alunos de creche (vespertino) e pré-escola (matutino), serve duas refeições por turno. E a escola de ensino fundamental, servindo uma refeição, sendo que em ambas as escolas não é permitido ao aluno levar lanche de casa.

Percebe-se que cada município apresenta suas especificidades, respeitando a forma de organização que a gestão de cada localidade opta, mas priorizando um atendimento quanto a alimentação escolar, de maneira eficaz e que atenda o maior número de alunos.

Dessa forma, conhecendo um pouco sobre os municípios que fizeram parte do estudo, principalmente quanto a características sobre como ocorre o processo de alimentação escolar nas escolas municipais, o próximo tópico abrange aos resultados da pesquisa, assim como a reflexão dos dados obtidos.

6 DIÁLOGO ENTRE AS MERENDEIRAS E A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR: RESULTADOS A PARTIR DA ANÁLISE DOS DADOS DA FORMAÇÃO

No presente capítulo, apresento o processo de formação realizado com as merendeiras, planejado a partir da fase da entrevista. Este diálogo se caracterizou pelos fundamentos da pesquisa qualitativa e da pesquisa-ação, realizando entrevista semiestruturada com as participantes e momentos para “rodas de conversa”, e com base nos dados obtidos de ambos os processos, realizou-se a análise de dados.

Nos diálogos, proporcionados pela entrevista e pela fase de formação, pôde-se identificar as principais percepções das merendeiras quanto à alimentação escolar, permitindo assim verificar os limites e as potencialidades do trabalho dessas profissionais na alimentação servida nas escolas municipais públicas. Fato que facilita que as participantes pudessem refletir sobre o seu trabalho diário e, principalmente, entender como é estruturado a alimentação escolar.

6.1 IDENTIFICANDO O PROBLEMA DE PESQUISA E OS PRIMEIROS PASSOS PARA A CONSTRUÇÃO DA FORMAÇÃO

Com a utilização da metodologia da pesquisa-ação, para a construção de uma formação é necessária uma fase exploratória. Essa fase permitiu que acontecesse a discussão com os envolvidos na pesquisa, sendo eles, merendeiras das escolas públicas municipais de Gaurama e Três Arroios, objetivando a identificação da questão-problema, onde questiona-se quais as percepções das merendeiras sobre a alimentação escolar.

Problema no qual, foi levantado para a presente pesquisa, não no sentido de que envolva uma situação ou condição difícil de se resolver, mas sim com a intenção de indagar o quanto as merendeiras conhecem e quais as suas impressões sobre a alimentação escolar, o qual é objeto de trabalho diário das participantes.

Conforme cita Thiollent (1988), a estratégia metodológica da pesquisa-ação pretende desempenhar um papel ativo na própria realidade dos fatos observados. Dessa forma, não limitando-se a uma forma de ação, mas pretendendo aumentar o conhecimento dos pesquisadores e o “nível de consciência” ou o conhecimento das pessoas e/ou dos grupos pesquisados.

A fase exploratória da pesquisa-ação tem por objetivo identificar o campo de investigação, quais são as expectativas dos interessados e o tipo de auxílio que esses poderão ofertar ao longo do processo da pesquisa. Essa fase da pesquisa-ação privilegia o contato direto com o campo em que será desenvolvida a pesquisa, diferente da pesquisa clássica, que costuma caracterizar-se pela imersão sistemática na literatura disponível acerca do problema. Isso permite que ocorra um reconhecimento visual do local e, sobretudo, a discussão com representantes das categorias sociais envolvidas na pesquisa (GIL, 2010).

Com isso, mesmo que o universo da pesquisa seja os municípios em que trabalho, e os sujeitos da pesquisa as merendeiras que diariamente estou em contato, houve a necessidade de expor os objetivos e metodologia da pesquisa, primeiramente para os Secretários de Educação dos municípios, os quais mostraram-se receptivos à proposta. Posteriormente, foi a vez de explicar às direções das escolas o motivo da pesquisa, uma vez que ao reunir as merendeiras, necessitaria que a rotina de trabalho nas escolas se modificasse, principalmente quanto ao momento das refeições.

Entretanto, com a suspensão das aulas presenciais, em virtude da pandemia pelo Covid-19, tanto a fase exploratória quanto os momentos destinados para as “rodas de conversa”, puderam ser realizados sem prejudicar o andamento da preparação da alimentação escolar, uma vez que esta não estava sendo realizada em virtude das aulas estarem acontecendo remotamente.

Após realizada a parte de apresentação do projeto da pesquisa, foi iniciada a fase exploratória. Foram convidadas todas as merendeiras das escolas municipais, resultando em três participantes no município de Três Arroios e sete participantes de Gaurama. É importante destacar que em Gaurama, uma merendeira não participou da pesquisa pois estava afastada por problemas de saúde, permanecendo afastada do trabalho até o final da pesquisa. Outra merendeira, também afastada por problemas de saúde durante os encontros da pesquisa, retornou somente no momento da última “roda de conversa”.

Outra alteração quanto às participantes da pesquisa em Gaurama, se fez em função de que uma escola fechou no início do ano de 2021, então a merendeira, que na verdade está lotada como Auxiliar de Serviços Gerais, participou da fase exploratória, mas não pôde participar das “rodas de conversa”, por estar em exercício na Secretaria de Saúde do município. Além desse evento, outra participante de Três Arroios também participou da fase exploratória, mas não da fase das “rodas de conversa”, pois esta necessitou retornar para a

escola estadual, sendo que havia sido cedida ao município em 2020, retornando em 2021 para o seu cargo na rede estadual.

Para ilustrar como aconteceu a participação das merendeiras, o Quadro 14 demonstra quantas participantes estiveram presentes em cada fase da pesquisa. Dessa forma, do total de onze merendeiras, sete participaram em todo o andamento da pesquisa. E das nove merendeiras, sendo que duas participaram somente na fase da entrevista, todas aceitaram participar da pesquisa, assinando o termo de consentimento, e a merendeira que participou da última “roda de conversa”, também assinou o termo de consentimento, e, mesmo não participando de todo o processo da pesquisa, contribuiu para as discussões sobre o assunto tratado no dia.

Quadro 14: Número de participantes em cada fase da pesquisa.

Fases da pesquisa	Três Arroios	Gaurama
Fase exploratória – entrevista semiestruturada	3 participantes	6 participantes
1º Roda de Conversa	2 participantes	5 participantes
2º Roda de Conversa	2 participantes	5 participantes
3º Roda de Conversa	2 participantes	6 participantes

Fonte: Elaborado pela autora a partir da análise dos dados da pesquisa.

Para a etapa da entrevista semiestruturada, as merendeiras foram reunidas nos grupos em seus respectivos municípios onde trabalham. Em Três Arroios, essa etapa contou com três merendeiras e em Gaurama com seis profissionais. Essa etapa foi realizada no início do mês de março de 2021, acontecendo na quarta-feira em um município e no dia seguinte, quinta-feira, no outro município, ambos pela parte da manhã.

A entrevista, segundo Gil (2010), pode ser informal, onde utiliza-se da simples conversação apenas por ter como objetivo básico a coleta de dados. Pode ser focalizada, quando, embora livre, enfoca tema bem específico, ficando a cargo de o entrevistador esforçar-se para que o entrevistado retorne ao assunto após alguma digressão. A entrevista parcialmente estruturada se caracteriza como aquela que é guiada por relação de pontos de interesse que o entrevistador vai explorando ao longo do curso. A entrevista pode ser também totalmente estruturada, quando se desenvolve a partir da relação fixa de perguntas.

Nesse caso, utilizamos a entrevista semiestruturada ou, como define Gil (2010), entrevista parcialmente estruturada. Utilizou-se essa metodologia para que a conversa pudesse ter um rumo, com questionamentos pré-definidos, mas permitindo, da mesma forma, uma abertura aos participantes para elencar assuntos dentro do que se estava trabalhando.

Relembrando que os momentos das entrevistas foram gravados, e posteriormente as falas foram transcritas utilizando-se a plataforma AmberScript. Com as transcrições, foi possível realizar a análise de conteúdo para analisar os dados obtidos. Segundo Bardin (2016), a análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações, investiga, por meio de uma descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo, apresentando como finalidade a interpretação e o sentido desses dados.

Ainda sobre a análise de conteúdo, Triviños (1987, p. 163) cita que:

É muito importante também ter presente na análise o contexto não só lingüístico, mas também histórico das expressões, conceitos etc. A idéia de "operação" tem diferentes significados no vocabulário de um médico, de um economista, militar etc. A noção de "lucro" sem dúvida alguma significa para um capitalista, em primeiro lugar, o bem-estar individual, a satisfação pessoal, a esperança de possuir a riqueza para usufruto de sua própria vida. Pelo contrário, um socialista terá presente na realização de seu trabalho obter o máximo de perfeição, o maior "lucro" para melhoria da existência da coletividade da qual ele participa e à qual servirá sua atividade produtiva.

Ao realizar a análise de conteúdo das entrevistas semiestruturadas, foi possível elaborar uma categorização das respostas, os quais estão descritos no Quadro 15. Sendo que Bardin (2016) refere que a categorização é uma operação de classificação de elementos, reunindo um grupo de elementos sob um título genérico, agrupando em razão das características comuns destes elementos.

Quadro 15: Categorização da análise das entrevistas.

Categoria 1	Tempo de serviço e as preocupações com a alimentação servida na escola.
Categoria 2	Pouco conhecimento sobre a política pública do PNAE, porém conhecem a prática e trazem a importância da alimentação escolar.
Categoria 3	O cardápio escolar e suas particularidades.
Categoria 4	O que influencia na adesão da alimentação escolar.
Categoria 5	Trabalho com a alimentação escolar em conjunto com professores.

Fonte: Elaborado pela autora a partir da análise das entrevistas.

Referente a categorização, Minayo (1994) ainda relata que esse conceito abrange elementos ou aspectos que são comuns ou que estabelecem uma relação entre si. As categorias são empregadas para que se estabeleça classificação, agrupando ideias ou expressões em torno de um conceito que é capaz de abranger tudo isso.

A Categoria 1, intitulada como “Tempo de serviço e as preocupações com a alimentação servida na escola” foi colocada aqui para análise pois, foi observado que durante as entrevistas, as inquietações quanto a alimentação escolar foram citadas várias vezes no decorrer das falas das merendeiras, principalmente o receio de faltar algum ingrediente no dia do preparo, e não ter o alimento suficiente para todos os alunos.

Ao questionar sobre o trabalho de merendeira, qual o significado deste para as participantes da pesquisa, percebeu-se que as profissionais que estão a menor tempo no cargo, mesmo participando de treinamentos constantes, demonstraram insegurança e medo de fazer algo errado, de não apresentar as refeições em quantidades suficientes, ou outras apreensões quanto a alimentação a ser servida, como demonstrado nos trechos das falas das mesmas:

(A merenda) me tira noites de sono (M9, 2021).

A gente já se preocupa em casa... começa a pensar hoje o que é (de lanche)? Hoje é terça-feira, amanhã é quarta-feira, o que que é de lanche? O que eu tenho que preparar, quanto eu tenho que preparar? Não posso esquecer isso, não posso esquecer aquilo [...] (M10, 2021).

A diretora vem e pede "por que não cancela essa cuca?" "Pra quê?". Sempre a folia de sempre. "Pra quê fazer isso... pra que comida de tarde?", "Pra quê sopa para essas crianças". A gente tem que escutar. Eu lá em cima, sofro bastante (M9, 2021).

Ao observar as falas e principalmente, a forma de relatar essas preocupações quanto a alimentação escolar, das profissionais que estão a menor tempo em exercício, percebe-se que o trabalho com a saúde mental destas também é importante. Uma vez que houve relato de descontentamento com o trabalho e com os demais colegas de trabalho da escola. E essas preocupações constantes quanto a possível falta de refeições aos alunos, é assunto a ser discutido em capacitações, para que as mesmas se sintam confortáveis, não afetando sua saúde física e mental.

Em relação a isso, Assao et al (2012) referem que muito se fala em capacitar as merendeiras, pelas atividades que desempenham nas escolas, de manipular, preparar e distribuir as refeições. Tem-se uma preocupação muito grande para que esses profissionais detenham conhecimentos técnicos e, principalmente, de boas práticas de higiene e

manipulação de alimentos. Entretanto, é interessante investir e atuar sobre as condições de trabalho, no contexto global de fatores que interferem na alimentação escolar, tanto para os individuais quanto para os coletivos, os comportamentais e da mesma forma os ambientais, que estão intimamente ligados às práticas dos profissionais que atuam no sistema.

Ao fazer o mesmo questionamento às merendeiras que estão no exercício da função a mais tempo, as respostas foram positivas, trazendo a satisfação em estar preparando a refeição e estar com as crianças, assim ilustradas nas falas que seguem:

Eu e a M6 estávamos falando hoje, não é só fazer a merenda, mas eu gosto das crianças também, de estar juntos, a gente vai no refeitório com eles... conversa, e é bom ver a alegria deles. É uma satisfação pra gente (M2, 2021).

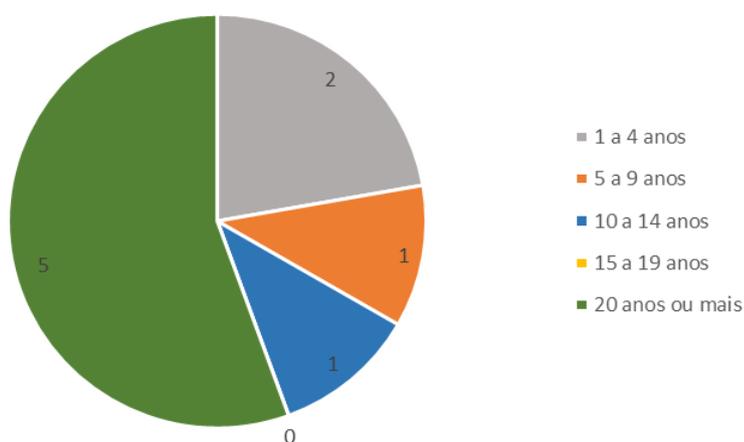
A gente procura fazer tudo com amor. Tudo com carinho pra eles, bem temperado... é outra coisa (M7, 2021).

As merendeiras que estão a mais tempo em exercício, com treinamentos frequentes também, demonstram mais segurança. Em casos que surgem problemas, tem maior experiência para ajustes e adaptações, apresentando uma percepção mais tranquila na rotina diária de trabalho. Mas não podemos esquecer que mesmo apresentando um tempo maior de serviço, duas merendeiras estavam afastadas por problemas de saúde, o que pode estar relacionado ao ambiente de trabalho.

Essa análise do tempo de serviço foi possível, pois no Eixo 1 da entrevista, com dados socioeconômicos das participantes, foi questionado sobre quantos anos trabalham com a alimentação escolar, sendo que esses dados estão relacionados no Gráfico 5.

A discussão sobre a intensidade do trabalho das merendeiras é uma questão emergente ao longo dos anos, uma vez que essa preocupação parte da observação do número de profissionais readaptados por problemas de saúde. E aos profissionais que necessitam de afastamento, esses, associam o adoecer como um fracasso às suas responsabilidades. Para minimizar isso, é importante enaltecer a profissão e a sua importância ao consumo da alimentação escolar, pois o que acontece muitas vezes, é que o profissional desempenha também funções de copeiros, estoquistas, faxineiros (FERNANDES; FONSECA; SILVA, 2014).

Gráfico 5: Distribuição das merendeiras de acordo com o tempo de serviço.



Fonte: Elaborado pela autora a partir da análise das entrevistas.

Para a discussão da Categoria 2, “Pouco conhecimento sobre a política pública que é o PNAE, porém conhecem a prática e trazem a importância da alimentação escolar”, é referente ao fato que as merendeiras, ao serem questionadas sobre “Você conhece o PNAE? Sabe o que é?”, e sobre o recebimento de recursos financeiros do programa, as mesmas não souberam responder, afirmando que não conheciam e não sabiam o que era, ou afirmando vagamente, como pode ser observado nas falas a seguir:

É Federal né? Distribui e organiza a alimentação... (M11, 2021).

A gente escura mais a sigla (M3, 2021).

Eu tenho um pouco de noção, porque na época que eu estava no CAE... mas assim, bem, não (M7, 2021).

Observou-se que, ao trazer esses questionamentos, as merendeiras associam muito a alimentação escolar com as questões de boas práticas de manipulação, de higiene, de recebimento de produtos, conferência, pedidos. Não quero dizer que isso não seja importante, a prática diária delas é em torno destes itens, porém é interessante abranger esses conhecimentos, possibilitando um maior entendimento sobre o assunto, e assim entendendo o motivo e como acontece e as demais minuciosidades da alimentação escolar.

Entretanto, ao pedir como acontece a “merenda escolar”, as mesmas conseguiram articular mais dados, principalmente quanto as suas atividades diárias e sobre a importância

do comer para os alunos nas escolas municipais. Quanto a isso, Martínez e Pinho (2016) relatam que a alimentação escolar brasileira é historicamente conhecida como “merenda escolar”, uma vez que considerando o seu contexto de criação, era assim chamada, nome conhecido tanto em ambiente escolar como na sociedade. Essa denominação é algo que perdura até os dias atuais, apresentando contornos peculiares e característicos.

E essa “merenda escolar”, ao questionar se esta é importante para os estudantes, todas as merendeiras, sem nenhum tipo de receio ao dizer, concordaram que sim, como visto nas falas que seguem:

Com certeza. Eles gostam e é importante para o aprendizado, a gente sabe que a pessoa, o aluno, que come bem tem um rendimento melhor (M1, 2021).

É só pedir para os alunos o que eles mais gostam na escola (M9, 2021).

De certo ponto, eu não sei aqui na nossa região, mas certas famílias, a criança só vai comer o lanche da escola. Talvez não seja aqui na nossa região, mas tem várias regiões que o lanche da escola seria a refeição principal (M7, 2021).

Pra alguns (alunos) é praticamente café da manhã, almoço e janta. Lá na escola tem bastante assim (M6, 2021).

E, além disso, demonstram um cuidado com a refeição que será servida, para que seja de boa qualidade e que esteja apetitosa ao servir ao aluno.

O problema nosso também é da hora do recreio, nós chegamos a ter até 3 turmas por causa do refeitório que é pequeno. Então, quanto tu vê, a última turma que vai vir, a comida já está fria. Mas então a gente procura servir, deixar tudo quentinho e servindo em etapas para que a merenda possa ser dada pra eles mais quentinha (M7, 2021).

E os pequenos tem que preparar um pouco antes, se não é quente né? (M8, 2021).

Percebeu-se um carinho por parte das merendeiras quanto ao servir as refeições aos alunos. Preocupando-se com a criança que não come e ficando radiantes com aquele que elogia a preparação servida. Ressaltam da mesma forma que, nos últimos anos, a qualidade dos gêneros alimentícios entregues melhorou, assim como ampliou-se a variedade e a distribuição às escolas, permitindo que os alimentos sejam entregues com uma maior qualidade.

Pensando nisso, é interessante destacar que, ao longo da história do PNAE, não se pode negar as mudanças que ocorreram em sua organização. As fontes financeiras, que inicialmente dependiam de recursos internacionais, passam a contar com recursos do Tesouro Nacional. Outra mudança significativa que ocorreu em relação a aquisição de alimentos, que anteriormente era centralizada, passa a ser descentralizada, delegando aos Estados e Municípios a autonomia e a responsabilidade para gerir os recursos conforme características de cada localidade. Além disso, a obrigatoriedade da existência do Conselho de Alimentação Escolar (CAE), ponto importante, permitindo um acompanhamento da aplicação dos recursos financeiros para a alimentação escolar (SILVA, 2015).

E ao questionar sobre o CAE, as merendeiras, da mesma forma que os questionamentos anteriores, ficaram com dúvidas sobre o que é e qual a função do conselho, como demonstrado na fala:

A finalidade é de fiscalizar pra ver se está tudo em dia, acho eu. É a fiscalização da merenda, de tudo, da higiene, de tudo (M6, 2021).

Muito das características das falas se deve ao fato do CAE realizar visitas às escolas, para justamente, verificar o andamento dos aspectos ligados à alimentação escolar, quanto a higiene e verificação dos estoques de gêneros alimentícios nas escolas.

Entretanto, as atribuições dos conselheiros vão muito além disso, conforme cita a Lei nº 11.947, de 2009, ao CAE é atribuída a função de acompanhar e fiscalizar a aplicação de recursos financeiros destinados à alimentação escolar. Ao conselho, é competência receber o relatório anual de gestão do PNAE e emitir parecer conclusivo, aprovando ou reprovando a execução do programa no município, em que foi instituído (BRASIL, 2009).

Então, a partir dessas falas e reflexões da Categoria 2, é possível verificar que as merendeiras, ao falar sobre a sua rotina de trabalho, ficam muito confortáveis, citando seus cuidados com higiene, com o preparo da alimentação e o contato com os alunos. Entretanto, como acontece a compra, valores que são destinados à alimentação escolar, todo o processo em torno do PNAE, não apresentam total conhecimento.

Quanto a aquisição de produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar, as pesquisadas apresentaram um maior conhecimento sobre a finalidade da compra desses produtos. As mesmas informaram que alimentação escolar melhorou quando ocorreu a inserção desses produtos, como pode ser observado nas falas:

(a agricultura familiar) vem para incentivar os pequenos agricultores... a questão de ser mais de perto, a alimentação de mais qualidade, melhor. Na época que não vinha da agricultura familiar... meu Deus, a gente não tinha praticamente nada com frutas e legumes, essas coisas assim (M11, 2021).

Eu acho que está ótimo (com a agricultura familiar). Porque se a escola não tem horta, que tem escolas que não tem a possibilidade de ter uma horta. E essa alimentação que vem, esses produtos, produtos fresquinhos, é ótimo (M7, 2021).

Com a obrigatoriedade da compra da agricultura familiar, a partir da Lei nº 11.947/2009, ocorre uma maior conexão entre a agricultura familiar e a alimentação escolar, objetivando uma alimentação mais adequada, segura e saudável a ser ofertada aos alunos, respeitando a cultura e tradições locais quanto a alimentação e principalmente, incentivando hábitos alimentares mais saudáveis. Apoia também a sustentabilidade da região, pois permite a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, sazonais e produzidos em âmbito local, contribuindo para a abertura de novos mercados para a agricultura familiar (MORAES, 2017).

E ao falar em gêneros alimentícios, entramos na Categoria 3, intitulada como “O cardápio escolar e suas particularidades”, ponto que tentou-se buscar dados sobre as características dos cardápios escolares. Dessa forma, foi perguntado às merendeiras se as mesmas seguem os cardápios estipulados e se têm o conhecimento de como o mesmo é construído.

As respostas quanto ao seguir ou não o cardápio, foram unânimes, porém relatam sim, que algumas vezes, mudam o dia de alguma preparação:

Nós seguimos sempre (M4, 2021).

Sempre seguimos o cardápio (M9, 2021).

Na falta de ingredientes, a gente pula (M6, 2021).

Ah sim, se não tem, a gente muda também (M4, 2021).

É importante reconhecer que, atualmente, as melhorias na qualidade nutricional e no processo de oferta das preparações do cardápio escolar é inegável. Tudo em vista da preocupação com a redução de alimentos que possam prejudicar a saúde dos alunos, além de promover a sustentabilidade ambiental, evidenciando um nível mais adequado para a oferta de alimentação escolar nas escolas públicas do Brasil. Porém, alguns pontos fundamentais

permanecem descobertos pela incoerência entre as teorias regulamentadoras e as práticas do cotidiano vivenciado nas escolas (MARTÍNEZ; PINHO, 2016).

E essas incoerências se devem muito ao processo de operacionalização do PNAE nos municípios ou estados, pois mesmo raros, ainda se tem o conhecimento de localidades que o percentual mínimo de compra da agricultura familiar não é atingido. Casos em que não é possível atingir os percentuais mínimos de nutrientes nos cardápios, por vezes em que os municípios ou estados não dispõe de recursos, ou dispõe de recursos limitados, para auxiliar na compra de gêneros alimentícios para a alimentação escolar. Ou até mesmo, em lugares que não dispõe de profissionais nutricionistas ou de merendeiras suficientes, tendo que optar por preparações de mais fácil preparo, para que os alunos não fiquem desassistidos quanto à alimentação escolar.

E quando se fala em como é construído o cardápio escolar, as pesquisadas referem que:

(o cardápio é montado) pela orientação da nutri (M11, 2021).

Por causa do trabalho da nutri (M6, 2021).

Por causa dos nutrientes e daquelas coisas que eles tem que ter (M3, 2021).

A gente tem que ter alguém por trás, a nutri, para orientar o porque disso ou daquilo, pra complementar toda uma alimentação saudável, tudo o que a criança e o adolescente precisaria (M11, 2021).

O cardápio escolar, pela fala das merendeiras, esteve bastante ligado ao trabalho do nutricionista, porém, segundo Couto (2020) o processo de definição do cardápio escolar é tomado como essencial no processo de planejamento e execução do PNAE, em cada município ou estado. Uma vez que as experiências alimentares adquiridas na fase da infância, reforçadas no âmbito escolar, por intermédio de disseminação de práticas alimentares adequadas e pelo controle de deficiências alimentares e nutricionais, podem reduzir a desnutrição e as demais doenças associadas a esse quadro ou a fatores como os excessos alimentares, que podem ocasionar obesidade.

Segundo Mussio e Rezer (2014), a escola é promotora de estratégias sociais e educativas quanto a alimentação, é possível, nesse ambiente, articular o ato de comer com as implicações sociais, culturais e econômicas da comida. Ações que podem ser realizadas por

meio de educação nutricional e alimentar, com práticas permanentes, transdisciplinares, intersetoriais e multiprofissionais.

Além disso, a alimentação escolar vai muito além da contextualização burocrática e administrativa de recursos, ela influencia o desenvolvimento biopsicossocial dos alunos, e Vasconcelos (2020) refere isso, principalmente no período em que o mundo estava, e continua, em meio a pandemia pelo Covid-19. Na qual não havendo aulas presenciais, ocorreu a distribuição de kits da alimentação escolar na grande parte dos municípios brasileiros, o que reforça a ideia da importância da alimentação ofertada em ambiente escolar.

Sem contar que, em muitos casos, a alimentação que os alunos realizam em ambiente escolar é a refeição mais completa e diversificada do dia, como citado por uma das merendeiras na fala que segue. Não se trata somente em termos de quantidade, mas de qualidade nutricional. Por essa razão, a discussão sobre o cardápio escolar com as merendeiras se faz de grande relevância.

(os alunos) já chegam pela manhã, perguntando o que vai ter de lanche no dia, e no dia seguinte também, é tudo assim. E preferem comida de panela, que eles mesmos dizem que tem fome... e a gente vê que é verdade, quando a gente serve eles (M6, 2021).

Em vista disto, trago a Categoria 4: “O que influencia na adesão da alimentação escolar”. Primeiramente, é importante conceituar adesão e aceitação.

Segundo dados do CECANE (2017), o índice de aceitação se baseia no cálculo realizado que toma como base o cardápio do dia e a soma dos votos dos alunos quanto o gostar ou desgostar de uma preparação, considerando os alunos que realizaram a refeição. Ou seja, vai ser baseado no gostar ou no desgostar de uma determinada preparação, utilizando-se de métodos específicos para calcular o que é ofertado ao aluno e o consumo da preparação. Já o índice de adesão, se considera o cardápio do dia, utilizando a seguinte proporção: número de alunos que consumiram a refeição na escola em relação ao número total de alunos presentes na escola.

Sendo assim, o índice de adesão é o método para analisar o consumo da alimentação escolar, pois corresponde ao percentual de estudantes que se alimentam com a refeição fornecida pela escola. Quanto maior for esse número percentual, maior a aceitação, ou seja, é um indicador positivo quanto a aceitabilidade da refeição pelos alunos. Por aceitabilidade entende-se a qualidade do serviço prestado pelas escolas em relação ao fornecimento das refeições. Pode ser quantificada pelo método de resto ingestão e através da escala hedônica facial. É representativo do quanto os escolares gostam da alimentação ofertada.

O percentual de adesão é encontrado a partir do índice de adesão, que diz respeito ao número de estudantes que consumiram a refeição escolar multiplicado por 100 e dividido pelo número de alunos presentes na escola. O índice de adesão é classificado em: alto (acima de 70%), médio (50 a 70%), baixo (30 a 50%) e muito baixo (menor que 30%) (LARA et al, 2019, p. 4-5).

Após explicação dos termos, vamos às percepções das merendeiras quanto aos fatores que influenciam na adesão, por parte dos alunos, da alimentação escolar. Ao questionar as merendeiras sobre os pontos que as mesmas atribuiriam ao fato dos alunos comerem ou não as preparações servidas no ambiente escolar, obteve-se os seguintes relatos:

Eles falam do sabor, que o sabor está gostoso (M4, 2021).

Tem uns que é timidez, outros que não comem nunca, não sei como aguentam (M8, 2021)

O incentivo também né? (M7, 2021).

Lá, eles preferem outra coisa do que comida de panela (M8, 2021).

E tem coisas que eles não têm em casa. A gente serve, e a gente vê, que tem coisas que é só na escola (M6, 2021).

(as crianças comem) uns é pela fome, vem com fome. Muitos é pelo incentivo também né, por parte não só das merendeiras, mas pelos professores em sala de aula. Os pais falam em casa “oh, come o lanche, tu não tomou café ou não almoçou direito, come o lanche da escola”. Acho que as vezes os pais também se preocupam com isso (M11, 2021).

Percebeu-se que as localidades das escolas, principalmente o meio rural, exerceu forte influência no maior número de estudantes que comem as refeições preparadas na escola, e da mesma forma, escolas que se aproximam mais de áreas com famílias em maior vulnerabilidade social.

Além disso, outro ponto ressaltado pelas merendeiras, é o fato de os estudantes terem a permissão ou não de levar para a escola um lanche de casa. Sendo que em um dos municípios estudados isso é permitido, e no outro não.

Outros que trazem os lanches deles (M3, 2021).

Tem uma menina né M2, que só come a comida da mãe (M6, 2021).

E outros pontos citados pelas merendeiras:

Tudo depende do turno também. Se vai olhar, o turno da tarde, se almoçou bem... (M11, 2021).

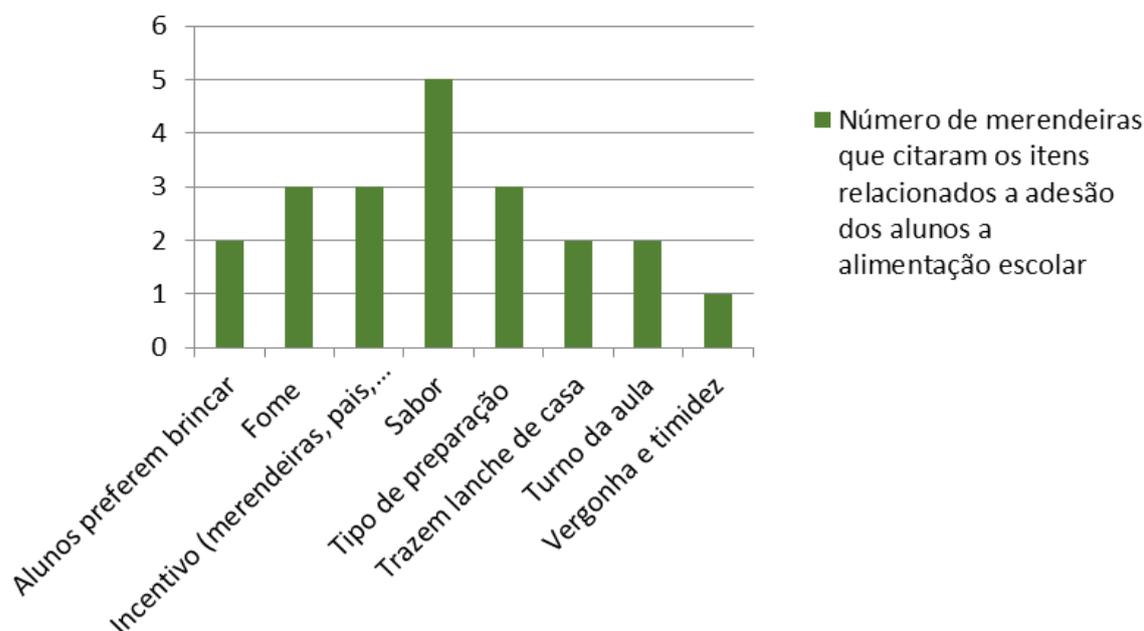
O turno, a temperatura, verão ou inverno (M9, 2021).

Alguns, eu acho, que é para aproveitar bem o tempo para ir brincar (M2,2021).

E a questão quanto a aceitação da fruta no café da manhã. Não estava dando certo. Tem uns que tomam mama em casa, comem o pão e tomam o leite (na escola), e já estão cheios (M9, 2021).

Com base nas falas das merendeiras, foi possível elencar os itens mais citados de fatores que estão associados a adesão dos alunos da alimentação escolar, demonstrados no Gráfico 6.

Gráfico 6: Fatores associados a adesão dos alunos à alimentação escolar, segundo as merendeiras.



Fonte: Elaborado pela autora a partir da análise das entrevistas.

O comer na escola, por parte das crianças, é influenciado por vários fatores, entre eles a familiaridade com a comida, o que resultará em experiências dos indivíduos com cada

alimento, o que demonstra a necessidade de exposição a um determinado tipo de alimento diversas vezes, com diferentes preparações, para que assim os alunos possam atingir mudanças na sua alimentação. Raphaelli et al (2017), ainda citam que existe uma escassez de informações sobre a avaliação e a aceitabilidade da alimentação escolar de comunidades da zona rural, e se a alimentação fornecida se apresenta em conformidade com o padrão estabelecido pelo PNAE.

O passado da alimentação escolar, marcado fortemente pelo assistencialismo, deixou marcas na representação social dessa refeição e, conseqüentemente, na adesão dos alunos às preparações no âmbito escolar. A baixa adesão à alimentação escolar é indicativo comum em diversas regiões do país, elencando-se variados motivos para esta não-adesão dos alunos, como critérios estruturais, higiênicos e operacionais com o qual o cardápio é realizado. Para garantir uma boa adesão, é necessário que sejam oferecidas refeições com qualidade nutricional e que impressione os sentidos humanos (tato, olfato, paladar, visão e audição). Além disso, outro fator que demonstrou relação é que, quanto maior a renda familiar per capita, o consumo da alimentação escolar por parte do estudante tende a diminuir (MARTÍNEZ; PINHO, 2016).

E por fim das categorias, a de número 5, “trabalho com a alimentação escolar em conjunto com professores e direção”, demonstrou forte potencial nas falas das merendeiras. Referem que, por um lado, os professores e demais funcionários são potenciais incentivadores para que os alunos comam a alimentação servida pela escola, e por outro lado, como ‘intrusos’ no ambiente da cozinha, como forma de prescrever sobre as preparações a serem servidas pelas merendeiras.

Alguém do lado, incentivando... “só experimenta!!” (M11, 2021).

Eu sempre falo, que a gente não vai na sala de aula, nós não podemos, só que elas querem se intrometer no que fizemos na cozinha (M2, 2021).

Vale ressaltar que algumas das merendeiras também referem que a parte diretiva respeita e é aberta a conversa quanto às preparações servidas e o respeito quanto ao serviço das merendeiras, como se observa na fala a seguir:

Nem a dire não entra (na cozinha), só se precisar, ela pede licença e ela vai pedir alguma coisa, se não, ela não entra (M4, 2021).

Mas outra merendeira informa um desconforto quanto a atitudes da parte da direção e demais colegas de trabalho:

A diretora vem e pede "por que não cancela essa cuca?" "Pra quê?". Sempre a folia de sempre. "Pra quê fazer isso... pra que comida de tarde?", "Pra quê sopa para essas crianças". A gente tem que escutar. Eu lá em cima, sofro bastante (M9, 2021).

Como cita Carvalho (2015), o ambiente escolar tem forte potencial como promoção da saúde e de educação alimentar e nutricional, como parte permanente da aprendizagem dos escolares, podendo esse assunto estar integrado ao currículo escolar, incentivando a educação nos momentos das refeições.

Considerando o período que o aluno passa na escola, a instituição escolar exerce uma influencia cada vez mais abrangente na alimentação dos seus alunos. E o professor, nesse contexto, apresenta fundamental importância na adesão da alimentação escolar por parte dos alunos. O professor torna-se um membro da equipe de saúde escolar, uma vez que passa grande parte do tempo com os alunos, conhecendo a realidade social e cultural de cada aluno. Dessa forma, a escola agrega uma função relevante na construção de hábitos alimentares saudáveis, uma vez que participa ativamente da vida dos alunos, contribuindo com a educação para uma vida mais saudável (BARBOSA; TORRES, 2009).

Em um estudo que buscou reconhecer as percepções dos professores acerca da alimentação escolar, Mussio e Rezer (2014) referem que os docentes, muitas vezes, não relacionam a alimentação com um olhar mais crítico, percebida somente como boa e positiva. Porém, o tratamento do tema alimentação na escola surge como possibilidade de promover aprendizagens sobre conhecimentos sistematizados (aprender sobre a realidade) de uma forma que se possa interligar questões da vida real e de sua transformação.

Se for possível esse enlaçamento de ideias, entre o trabalho docente e o trabalho desenvolvido pelas merendeiras nas cozinhas das escolas, será benéfico para todos os envolvidos, pois um trabalho complementa o outro. E desse modo, não será necessária interferência de forma que os indivíduos se sintam incomodados uns com os outros, mas que ocorra uma complementação de atividades, não entrando em atritos e não desrespeitando as atribuições de cada profissional.

Dessa forma, após a análise das cinco categorias, foi possível elencar as percepções das merendeiras sobre cada uma dessas categorias, as quais estão ilustradas no Quadro 16.

Quadro 16: Categorização da análise das entrevistas e resumo das percepções das merendeiras em cada categoria.

Categorias	Categorização da entrevista	Percepção das merendeiras
Categoria 1	Tempo de serviço e as preocupações com a alimentação servida na escola.	- Quanto maior o tempo de serviço, menor as inquietações e medos quanto a possíveis erros na alimentação escolar.
Categoria 2	Pouco conhecimento sobre a política pública que é o PNAE, porém conhecem a prática e trazem a importância da alimentação escolar.	- Alimentação escolar é importante para os alunos. - Na rotina e prática diária das merendeiras, ressalta-se mais os aspectos higiênicos sanitários do que conhecimento sobre a política pública. - O termo “merenda escolar” foi mais conhecido do que “PNAE”.
Categoria 3	O cardápio escolar e suas particularidades.	- O cardápio é serviço do nutricionista. - Referem seguir o cardápio e o consideram importante.
Categoria 4	O que influencia na adesão da alimentação escolar.	- Alunos comem por fome, pelo incentivo, sabor, turno da aula, tipo de preparação ou pelo fato de preferirem outra atividade (brincar). - O fato de os alunos levarem lanche de casa interfere na adesão da alimentação servida em ambiente escolar.
Categoria 5	Trabalho com a alimentação escolar em conjunto com professores.	- O auxílio dos professores no incentivo ao aluno para consumir a alimentação escolar é muito importante. - Incomodadas com interferências sobre o ato de cozinhar e quanto ao tipo de preparação que são elaboradas pelas merendeiras.

Fonte: Elaborado pela autora a partir da análise das entrevistas.

Outro ponto que é importante destacar após a realização das entrevistas, é o fato de que essa fase em grupos permitiu uma conversa mais fluida e interativa. Entretanto, por estarem em mais participantes, algumas pesquisadas pouco falaram, mesmo sendo instigadas a discutir sobre os assuntos tratados. Percebeu-se que, ao realizar alguns questionamentos da entrevista semiestruturada, as mesmas se olhavam, tentando perceber quem iria responder primeiro. Talvez, se as entrevistas fossem realizadas individualmente, as respostas poderiam ter uma participação mais completa de todas, assim, pode ser que esse método individual possa ser pensado para pesquisas futuras.

Diante dessas observações, após as considerações, pôde-se verificar que é importante o espaço para o diálogo sobre a alimentação escolar. E após essa fase exploratória, emerge a proposta de formação. Fase que foi organizada em três “rodas de conversa”, descritas no Quadro 17, sendo que essas foram pensadas a partir da entrevista com as merendeiras e com base nas suas dúvidas, que sinalizaram sobre a importância da discussão e aprimoramento dos conhecimentos sobre a alimentação escolar pública.

Quadro 17: Cronograma das “rodas de conversa” com as merendeiras.

	Tema	Momento
1ª Roda de Conversa	Programa Nacional de Alimentação Escolar e Conselho de Alimentação Escolar	<p>1º momento: acolhida – dinâmica: “Importância do conhecimento sobre a alimentação escolar”, adaptado da atividade orientada pelo material do CECANE (2014).</p> <p>2º momento: o que é o PNAE, objetivos, a quem se destina, formas de execução – como são repassados os recursos financeiros e cálculo de valor transferido aos municípios, estados ou Distrito Federal.</p> <p>3º momento: definição do que é o CAE, composição, atribuições, finalidade.</p> <p>4º momento: encerramento – vídeo “PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar”, produzido pelo FNDE.</p> <p>5º momento: avaliação da atividade.</p>
2ª “Roda	Agricultura Familiar e	1º momento: acolhida – tempo para conversa entre

<p>de Conversa”</p>	<p>Cardápios escolares</p>	<p>as merendeiras e nutricionista.</p> <p>2º momento: definição do que são cardápios escolares, quem deve elaborá-los, que produtos devem apresentar, o que deve apresentar, percentuais a serem atingidos para cada faixa etária de alunos, obrigatoriedades de oferta de alimentos em período parcial e integral, restrições de alimentos nos cardápios e atendimento especial às crianças com necessidades alimentares especiais.</p> <p>3º momento: Dinâmica – estudo de caso sobre os cardápios (CECANE, 2014).</p> <p>4º momento: compra de produtos da agricultura familiar, motivo, percentual mínimo a ser comprado, objetivo da compra, benefícios da compra de produtos oriundos da agricultura familiar,</p> <p>5º momento: resumo do documentário – “Muito além do peso”, de Maria Farinha Filmes.</p> <p>6º momento: avaliação da atividade.</p>
<p>3ª “Roda de Conversa”</p>	<p>Alimentação escolar: por que as crianças não comem?</p>	<p>1º momento: acolhida - tempo para conversa entre as merendeiras e nutricionista.</p> <p>2º momento: discussão da comida como expressão cultural.</p> <p>3º momento: alimentação nas fases da vida, iniciando pelos lactentes, após pré-escolares, escolares e adolescentes. Características de cada fase e sua relação com a adesão à alimentação.</p> <p>4º momento: estratégias para estimular o consumo alimentar pelos alunos.</p> <p>5º momento: avaliação da atividade do dia.</p> <p>6º momento: avaliação geral dos encontros.</p>

Fonte: Elaborado pela autora, com base na fase exploratória da pesquisa.

Dessa forma, definindo os temas que seriam tratados nas “rodas de conversa”, e após realização das mesmas, pôde-se construir o próximo capítulo, com os resultados e discussões dessas intervenções. É interessante destacar que, com a pandemia ocorrida pelo Covid-19 e com as aulas acontecendo de forma remota, todos os encontros necessários para a pesquisa puderam ser realizados em horários que não atrapalhassem o andamento da rotina escolar, o que foi um ponto positivo, uma vez que as conversas aconteceram sem necessitar ser aligeiradas ou com preocupações quanto ao preparo das refeições nas escolas.

6.2 FORMAÇÃO COM AS MERENDEIRAS: RESULTADOS E DISCUSSÃO SOBRE O QUE ENVOLVE O DELICIOSO COMER NAS ESCOLAS PÚBLICAS

Com a utilização da pesquisa-ação, e a partir do momento em que pesquisadores e pesquisados estão em comum acordo sobre os objetivos e assuntos a serem examinados, inicia a constituição de seminários. E dentro do funcionamento normal do seminário, o pesquisador tem o papel de disponibilizar aos pesquisados os conhecimentos de ordem teórica e prática, facilitando assim, a discussão e a reflexão dos assuntos, permitindo a colaboração de todos os participantes e relacionando os saberes (THIOLLENT, 1988).

E dessa forma, a relação entre pesquisados e pesquisador, permite um contato com diálogo com humildade, onde todos os envolvidos na pesquisa possam sentir-se comprometidos e responsáveis pelo melhoramento das condições de sua realidade, não apenas como receptores e expectadores, com alguém que repassa informações e outros que a recebem de forma verticalizada.

Por essa razão, utilizou-se a denominação para essa fase de formação como “roda de conversa”, pois não se tem o intuito de somente disponibilizar dados sobre a alimentação escolar, mas sim, de que as pesquisadas se sintam confortáveis em discutir, refletir e trazer informações sobre a sua prática, aprimorando os conhecimentos de todos os envolvidos.

Como já foi citado, foram desenvolvidas três “rodas de conversa”, conforme o que foi verificado na parte exploratória da pesquisa. Ao final de cada atividade, a mesma foi avaliada individualmente, como forma de verificar pontos positivos e negativos e possíveis melhoramentos que poderiam ser realizados nesse processo. Diante disso, passo a analisar como foram as “rodas de conversa”.

6.2.1 Primeira “Roda de conversa” – situando as participantes no âmbito do PNAE

Ao planejar essa primeira “roda de conversa” foi importante considerar que as merendeiras, ao conhecer a prática nas cozinhas das escolas em que trabalham, sabem da sua rotina e atribuições, mas podem avançar para além disso, compreendendo o motivo pelo qual acontece o trabalho envolvendo o PNAE, e entender o que é esse programa.

Foi importante considerar que, apesar de ser um tema relevante, a atividade não foi pensada para ser exaustiva para as participantes, até porque, quando muito longa, desvia a atenção e o aproveitamento não é o mesmo. Por isso, planejou-se a atividade com o intuito de ser leve e proveitosa, para agregar conhecimento e reflexões. Assim, os dados para esse dia estão descritos no Quadro 18.

Quadro 18: Dados da 1ª “Roda de conversa”.

	Gaurama	Três Arroios
Data	26/03/2021	25/03/2021
Horário de início	08h30min	08h
Duração	1h50min	1h40min
Tema	PNAE e CAE	PNAE e CAE
Local	Sala de aula da E. M. E. F. Presidente Vargas	Auditório da Secretaria de Educação
Nº de participantes	5	2

Fonte: Dados da primeira “roda de conversa”, 2021.

Em ambos os dias, a manhã estava linda e ensolarada, dia perfeito para aprendizado e conversa. E apesar de conhecer as merendeiras, e estar em contato diariamente resolvendo problemas e várias questões da alimentação escolar, os momentos das “rodas de conversa” geraram um sentimento de grande responsabilidade, uma vez que estava presente ali como pesquisadora, tentando desligar-me um pouco de nutricionista responsável técnica dos municípios quanto a alimentação escolar.

Como primeira “roda de conversa”, estava apreensiva em saber como iria ser, por isso, cheguei antes do horário combinado, arrumei o material que iria passar para as merendeiras, computador, projetor, teste de som (para no final passar o vídeo). Além claro, de deixar ventilar a sala, disponibilizar álcool em gel e deixar as classes separadas, em virtude do

Covid-19, porque uma das minhas prioridades era o bem-estar das participantes e evitar ao máximo qualquer tipo de contaminação com o vírus, que continua a causar diversas mortes no Brasil e no mundo.

Conforme as merendeiras iam chegando, as mesmas foram orientadas a manter o distanciamento entre elas, e no horário marcado todas as pesquisadas estavam presentes. Logo após aconteceu uma conversa entre as próprias merendeiras e nutricionista, uma vez que havia algum tempo que não ocorria um agrupamento entre todas, em decorrência do período em que as escolas estavam fechadas, quando ocorreu o escalonamento de funcionários nas escolas.

Percebeu-se que esse momento foi importante para as merendeiras, conversar em como estava a vida sem alunos nas escolas, em como estava o auxílio na montagem dos kits de merenda que foram entregues no ano anterior, em como as várias faxinas na cozinha estavam procedendo, em virtude de aproveitar o tempo na escola, enfim, diversos assuntos que foram levantados e de onde várias risadas surgiram.

Ainda fazendo parte desse primeiro momento de acolhida, desenvolveu-se uma dinâmica, intitulada “Importância do conhecimento sobre a alimentação escolar”, a qual foi adaptada do “Material orientativo para formação de manipuladores de alimentos que atuam na alimentação escolar” desenvolvido pelo CECANE (2014).

Para as dinâmicas adotadas, não só para essa primeira “roda de conversa”, confesso que foi difícil encontrar ou pensar em atividades de envolvimento com as merendeiras, uma vez que muitas práticas envolve a interação entre as pessoas, e para evitar esse contato por conta do Covid-19, foi pensado em vídeos e atividades em que não necessitava do contato físico entre as participantes.

Essa primeira atividade consistiu em distribuir para as merendeiras uma folha em branco e uma caneta, e as mesmas foram orientadas que nessa folha elas desenhariam, conforme as instruções, que foram repassadas da seguinte forma:

- Desenhar com a folha na forma de paisagem;
- Iniciar o desenho com um sol, colocado na parte superior e no centro;
- Desenhar nuvens, abaixo do sol, uma em cada lado;
- Desenhar um varal no canto inferior direito;
- Desenhar uma árvore no canto inferior esquerdo;
- Desenhar um menino com uma pipa, no centro da folha da parte inferior;
- Desenhar uma casa na parte inferior entre o menino e o varal;
- Desenhar uma menina de bicicleta na parte inferior entre a árvore e o menino;

- Desenhar um pássaro acima da menina de bicicleta e ao lado direito da árvore;
- Desenhar borboletas acima do varal;
- Desenhar um balão na parte superior esquerda, na altura das nuvens.

Ao final do desenho todas observaram o seu próprio desenho e após, mostraram umas para as outras a sua obra de arte, e claro que, cada uma fez um uma forma, de tamanhos diferentes, com características bem diversas, varal com roupa, varal sem roupa, sol com raios, sol com olhos e boca, e assim por diante. E foi nesse momento que o objetivo da atividade foi discutido, sendo que esse desenho foi uma forma de refletir, de forma lúdica, sobre a importância da construção dos conhecimentos sobre a alimentação, justificando dessa forma, o que seria desenvolvido nas “rodas de conversa”. Uma vez que tentaríamos reunir todas as informações sobre o assunto, para alinhar uma informação a outra, tentando aproximar mais os “desenhos das folhas”, não ficando assuntos isolados, mas sim podendo ligar pontos sobre a alimentação escolar.

Em seguida, iniciou-se uma apresentação de slides com os seguintes tópicos, demonstrados no Quadro 19:

Quadro 19: Temas abordados na primeira “roda de conversa”.

Ordem apresentação	Temas
1º tema	<ul style="list-style-type: none"> • PNAE: Programa Nacional de Alimentação Escolar: <ul style="list-style-type: none"> ○ Gerenciado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) – Ministério da Educação; • Visa à transferência, em caráter suplementar, de recursos financeiros: <ul style="list-style-type: none"> ○ Estados ○ Distrito Federal ○ Municípios. ○ Destinados a suprir, <u>parcialmente</u>, as necessidades nutricionais dos alunos.
2º tema	<ul style="list-style-type: none"> • Alimentação Escolar • Art. 2º [...] <u>todo alimento oferecido no ambiente escolar</u>, independentemente de sua origem, durante o período letivo.

	<ul style="list-style-type: none"> • Art. 3º [...] é direito dos alunos da <u>educação básica pública</u> e dever do Estado. • Art. 4º O PNAE tem por <u>objetivo</u>: <ul style="list-style-type: none"> ○ Contribuir para o <u>crescimento</u> e o <u>desenvolvimento</u> biopsicossocial, a <u>aprendizagem</u>, o <u>rendimento escolar</u> e a <u>formação de práticas alimentares saudáveis</u> dos alunos. ○ Por meio de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de <u>refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período letivo</u>.
3º tema	<ul style="list-style-type: none"> • Usuários do Programa • Art. 6º [...] <u>alunos</u> matriculados na educação básica das <u>redes públicas federal, estadual, distrital e municipal</u> em conformidade com o <u>Censo Escolar</u> do exercício anterior realizado pelo INEP.
4º tema	<ul style="list-style-type: none"> • Como são repassados os recursos financeiros do PNAE? • Os recursos financeiros do PNAE são <u>transferidos de forma automática</u>, sem necessidade de convênio, ajuste, acordo, contrato ou instrumento congênere, <u>exclusivamente para aquisição de gêneros alimentícios</u>. • Como é calculado o valor do repasse? • $VT = A \times D \times C$ <ul style="list-style-type: none"> ○ SENDO: <ul style="list-style-type: none"> ▪ VT = Valor a ser transferido; ▪ A = Número de alunos; ▪ D = Número de dias de atendimento; ▪ C = Valor per capita para a aquisição de gêneros para o alunado. • Quais são os valores dos per capita? <ul style="list-style-type: none"> • Estudantes da Educação de Jovens e Adultos – EJA = R\$ 0,32; • Estudantes do ensino fundamental e no ensino médio = R\$ 0,36; • Estudantes de pré-escola = R\$ 0,53; • Estudantes de educação básica localizadas em áreas indígenas e rem. de quilombos = R\$ 0,64;

	<ul style="list-style-type: none"> • Estudantes de escolas de tempo integral com permanência mínima de 7h na escola ou em atividades escolares = R\$ 1,07; • Estudantes de creches, inclusive as localizadas em áreas indígenas e remanescentes de quilombos = R\$ 1,07; • Estudantes do Prog. Novo Mais Educação até totalizar o valor per capita de R\$ 1,07; • Estudantes do Prog. de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral = R\$ 2,00; • Estudantes que frequentam, no contraturno, o AEE = R\$ 0,53.
5º tema	<ul style="list-style-type: none"> • Conselho de Alimentação Escolar: <ul style="list-style-type: none"> ○ Órgão colegiado – decisões em grupo ○ Fiscalizador ○ Permanente – todo ano ○ Deliberativo – determinar ○ Assessoramento – fornecer informações. • Composto por: <ul style="list-style-type: none"> ○ 1 representante Poder Executivo; ○ 2 representantes dentre as entidades de trabalhadores da educação e de discentes; ○ 2 representantes de pais de alunos, indicados pelos CPM ou entidades similares; ○ 2 representantes indicados por entidades civis organizadas. • Mandato de 4 anos; • Obrigatório para recebimento dos recursos para o PNAE; • Sem remuneração; • Quais as atribuições do CAE? <ul style="list-style-type: none"> ○ Monitorar e fiscalizar a aplicação dos recursos e a execução do PNAE; ○ Analisar a prestação de contas; ○ Comunicar aos órgãos de controle qualquer irregularidade identificada na execução do PNAE; ○ Fornecer informações e apresentar relatórios acerca do

	<p>acompanhamento da execução do PNAE, sempre que solicitado;</p> <ul style="list-style-type: none"> ○ Elaborar o Regimento interno. ○ Elaborar o Plano de Ação do ano em curso e/ou subsequente a fim de <u>acompanhar a execução do PNAE nas escolas</u> de sua rede de ensino. <ul style="list-style-type: none"> ● Para isso: <ul style="list-style-type: none"> ○ Visitar escolas; ○ Fazer reuniões; ○ Fazer atas; ○ Dialogar com os atores da alimentação escolar.
--	--

Fonte: Dados da apresentação de slides da primeira “roda de conversa”, 2021.

É importante ressaltar que o material utilizado para a organização dos slides apresentados nesse dia, foram os dados disponíveis na Resolução nº 06, de 8 de maio de 2020, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos estudantes da educação básica no âmbito do PNAE.

Buscou-se discutir o que é o PNAE e os objetivos do programa, trazendo dados de sua trajetória histórica, com os seus objetivos iniciais e os que são priorizados atualmente, assim como a inclusão das merendeiras nesse processo.

Ainda, buscou-se enfatizar que atualmente o PNAE é uma política pública direcionada ao ambiente escolar público brasileiro, que apresenta como principal objetivo a suplementação alimentar e também a promoção da educação alimentar e nutricional. Esse programa é regulamentado pelo Ministério da Educação por meio do FNDE, que é a autarquia que responsabiliza-se pela normatização, acompanhamento, monitoramento e fiscalização da execução do programa nos municípios, estados e Distrito Federal.

Foi importante trabalhar esse ponto com as merendeiras, pois assim como coloca Pinho (2016), a alimentação escolar, no passado, quando ocorreu a sua criação, afirmava a sua condição de assistencialismo fundante e insistente preocupação em acompanhar a oferta da alimentação escolar.

E quanto a isso, as próprias pesquisadas colocaram lembranças sobre como acontecia a alimentação escolar no período em que frequentavam a escola como alunas. Os tipos de alimentos e preparações servidas e até mesmo recordações, no caso das profissionais a mais tempo em serviço, quando no início de seus trabalhos nas escolas, modificando-se muito no decorrer dos anos.

Um fato que gerou discussão foi o termo ‘merenda escolar’ e o motivo desse nome. E para isso, Martínez e Pinho (2016, p. 3) colocam que:

A alimentação escolar brasileira é historicamente conhecida como “merenda escolar” [...] o passado fortemente assistencialista, que envolveu a criação de uma política de alimentação escolar no Brasil, deixou marcas na representação social desta refeição nos envolvidos com ela, impedindo, como consequência, a sua universalização.

E por esta razão o termo ‘merendeira’ perdura da mesma forma que o termo ‘merenda escolar’. A nomenclatura merendeira refere-se historicamente aos manipuladores de alimentos, que na sua maioria são do sexo feminino, que atuam na área de produção da alimentação escolar. Esse cargo, geralmente apresenta-se à margem do processo educativo da escola, exigindo-se baixa escolaridade e pouca qualificação profissional (PINHO, 2016).

Por essa razão, os treinamentos constantes com estas profissionais se fazem necessários, uma vez que, ao entrar em ambiente escolar, mais especificamente na área de produção de refeições, muito daquilo que elas trazem de aprendizagens do ‘fazer comida em casa’ é tomado como base para a produção de refeições nas escolas. Sendo necessário aperfeiçoamento desses conhecimentos, principalmente visando uma alimentação na coletividade. E, para além disso, as merendeiras são potentes formadores de hábitos alimentares saudáveis na escola.

Como citam Scarparo et al (2017), o potencial destes profissionais para a educação em saúde ainda permanece inexplorado ou não reconhecido como possibilidade. Dessa forma, as ações que visam a formação destes, necessitam sensibilizar e qualificar os manipuladores de alimentos para a promoção de saúde em contexto escolar, proporcionando uma reflexão do seu papel na garantia do direito à alimentação adequada aos estudantes, não somente no sentido de suprir as necessidades nutricionais, mas em relação a estabelecer hábitos de alimentação e de vida saudáveis.

Outro tema trabalhado nesse dia, que gerou surpresa e discussões foi em relação ao repasse de recursos financeiros para alimentação escolar nas escolas públicas. Em ambos os municípios em que as merendeiras participaram da pesquisa, ocorre a complementação dos recursos financeiros por parte do poder público municipal, para a alimentação escolar. Ao trazer os valores per capita aos alunos transferidos pelo PNAE, as merendeiras perceberam que sim, é importante esse valor, porém sem a contrapartida das prefeituras, a diversidade de gêneros alimentícios que se tem oferecido, não seria possível.

E aliado a esses recursos, a obrigatoriedade do Conselho de Alimentação Escolar (CAE) também entrou como pauta para a discussão, uma vez que algumas merendeiras já participaram desse órgão, entretanto, não conseguiram descrever, no momento das entrevistas, o real objetivo do CAE.

Assim como cita Ribeiro (2017), as entidades executoras, ao apresentarem a responsabilidade de execução do PNAE, são incumbidas de administrar os recursos financeiros complementares transferidos pelo FNDE, de forma a garantir a oferta da alimentação aos alunos dentro das recomendações estabelecidas. E aqui, o autor usa o termo ‘recursos financeiros complementares’, uma vez que a Constituição Federal de 1988, estabelece que a alimentação é dever do Estado, logo, das três esferas de Governo: União, Estados e Municípios. E o controle social, exercido pela CAE, visa o acompanhamento da aplicação desses recursos financeiros, destinados exclusivamente à alimentação escolar.

Quando apresentado esses valores per capita, ressaltou-se que em algumas localidades a aquisição de gêneros alimentícios ainda é realizada somente com esse valor, e que cada município/estado/Distrito Federal administra o processo da forma a verifica o que é melhor para a sua gestão, acontecendo processos licitatórios anuais, semestrais, bimestrais. E a responsabilidade dos CAEs, fica justamente em verificar se todo o processo que envolve a alimentação escolar está sendo empregado de forma correta, e nesse momento, as próprias merendeiras citam o quão importante é recepcionar os conselheiros de alimentação escolar em suas unidades, disponibilizando o máximo de dados.

Para finalizar, o vídeo “PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar”, produzido pelo FNDE¹¹ foi reproduzido para as merendeiras como forma de fechamento da atividade, e reforçando o que foi discutido no dia.

Ao final da tarde de conversa, um “Questionário de Avaliação” foi entregue às mesmas para responder sobre os temas trabalhados no dia. O questionário contou com oito perguntas, sendo cinco questões objetivas e três questões descritivas. As perguntas objetivas foram em relação a importância da atividade, se o assunto da atividade ajudou na compreensão do trabalho diário, sobre o grau de dificuldade do assunto, sobre a forma de apresentação do tema e sobre o local em que foi desenvolvida a atividade.

As respostas foram positivas, assinalando os pontos que consideram que as atividades são relevantes e que auxiliam no seu fazer diário. E dentro das questões descritivas, foi

¹¹ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=OGNvyi2CWoI>

questionado as merendeiras o que acharam da atividade, quais os pontos positivos e quais os pontos negativos. Nas respostas observou-se que o esclarecimento sobre como ocorre o repasse de recursos financeiros, conforme a faixa etária, foi o mais citado.

(a atividade) acho muito importante, pois assim temos os esclarecimentos necessários para as nossas atividades (M6, 2021).

Muito importante saber de onde vem os recursos e como são aplicados, bem interessante, assim sabemos como é o PNAE e o CAE (M9, 2021).

(pontos positivos) os conhecimentos dos recursos vindos para a alimentação, bem como sua distribuição conforme a faixa etária (M7, 2021).

Esses momentos de conversa com os manipuladores de alimentos podem auxiliar na melhor execução do PNAE, pois dessa forma, os conhecimentos e habilidades básicas são aprimorados e ajudam no desenvolvimento das atribuições do cargo. Permite também a promoção de um envolvimento maior, uma postura crítica e reflexiva em vista de auxiliar nas suas práticas, inerentes à função (SCARPARO et al, 2017).

E ao trabalhar aspectos ligados ao PNAE, o que é e qual o seu objetivo, é possível que o envolvimento e até a prática com promoção da alimentação saudável na escola seja aprimorada. Compreender o que é essa política pública para as merendeiras, pode ser um passo decisivo para entender o que é o seu objetivo e a importância do trabalho desta profissional na escola.

6.2.2 Segunda “Roda de conversa” – discussões sobre o cardápio e agricultura familiar

Para essa segunda “roda de conversa”, foi discutido sobre o cardápio escolar e a inclusão dos produtos da agricultura familiar na alimentação escolar. Esses dois assuntos foram pensados em vista de que as merendeiras relataram que a elaboração do cardápio escolar é atribuição do nutricionista, e que na maioria das vezes ele é seguido nas escolas, entretanto, as mesmas informaram que não apresentam o conhecimento do motivo do cardápio ser elaborado de tal maneira.

E quanto a agricultura familiar, com os seus produtos incluídos no cardápio escolar, todas as pesquisadas referem que a utilização desses para a alimentação escolar é válido, são produtos de boa qualidade e frescos. Apresentam conhecimento sobre o motivo de sua inclusão na rotina alimentar da escola, porém, é interessante retomar aspectos sobre o assunto,

como forma de entender a construção do cardápio escolar. Dessa forma, o Quadro 20 traz dados sobre esse segundo momento de conversa.

Quadro 20: Dados da 2ª “Roda de conversa”.

	Gaurama	Três Arroios
Data	08/04/2021	07/04/2021
Horário de início	08h30min	08h
Duração	1h40min	1h30min
Tema	Cardápios e agricultura familiar	Cardápios e agricultura familiar
Local	Sala de aula da E. M. E. F. Presidente Vargas	Auditório da Secretaria de Educação
Nº de participantes	5	2

Fonte: Dados da segunda “roda de conversa”, 2021.

Para ambos os municípios onde foi realizada essa segunda “roda de conversa”, a manhã estava agradável, bem propícia para uma nova conversa sobre alimentação escolar. Como no encontro anterior, cheguei antes aos lugares programados para o encontro com as merendeiras, arrumei todo o material, teste de som, janelas abertas, higienização das mesas e cadeiras.

Ao chegar, as merendeiras foram recepcionadas com o álcool em gel e se distribuíram entre as cadeiras. Como no encontro anterior a conversa inicial foi produtiva e nesse dia, foram reservados alguns minutos para que as mesmas contassem as novidades e conversassem entre elas, e logo após, os trabalhos planejados para o dia iniciaram.

Com a utilização da uma apresentação de slides, os assuntos discutidos na manhã estão descritos no Quadro 21. Buscou-se elaborar um material que fosse de fácil entendimento para as pesquisadas, uma vez que como nutricionista, os dados para mim são conteúdos habituais, mas para elas, pensei que alguns dados talvez fossem um pouco mais complicados, por essa razão, tentei disponibilizar uma explicação que fosse de fácil entendimento.

Quadro 21: Temas abordados na segunda “roda de conversa”.

Ordem apresentação	Temas
1º tema	• Cardápios:

	<ul style="list-style-type: none"> • Os cardápios da alimentação escolar devem ser elaborados: <ul style="list-style-type: none"> ○ RT do PNAE. ○ Tendo como base a utilização de alimentos in natura ou minimamente processados. • Respeitar: <ul style="list-style-type: none"> ○ Necessidades nutricionais ○ Hábitos alimentares ○ Cultura alimentar da localidade ○ Pautar-se na sustentabilidade, sazonalidade e diversificação agrícola da região <ul style="list-style-type: none"> ○ Promoção da alimentação adequada e saudável. • A porção ofertada deve ser diferenciada por faixa etária dos estudantes, conforme suas necessidades nutricionais diárias. • Os cardápios devem ser planejados para atender: <ul style="list-style-type: none"> ○ 30% - Creche parcial – em 2 refeições; ○ 70% - Creche integral – em 3 refeições; ○ 30% - Indígenas e quilombolas – por refeição; ○ 20% - Demais alunos da educação básica – em 1 refeição; ○ 30% - Demais alunos de educação básica – em 2 ou + refeições; ○ 70% - Alunos de tempo integral – em 3 ou + refeições;
2º tema	<ul style="list-style-type: none"> • Obrigatoriedades do cardápio: • <u>Período parcial</u> <ul style="list-style-type: none"> ○ Frutas in natura – mínimo 2x/semana; ○ Hortaliças – mínimo 3x/semana. ○ Inclusão de alimentos fonte de ferro heme - mínimo 4 dias/semana. ○ No caso de alimentos fonte de ferro não heme, estes devem ser acompanhados de facilitadores da sua absorção, como alimentos fonte de vitamina C. • <u>Período integral</u> <ul style="list-style-type: none"> ○ Frutas in natura – mínimo 4x/semana; ○ Hortaliças – mínimo 5x/semana. ○ Inclusão de alimentos fonte de ferro heme - mínimo 4x/semana.

	<ul style="list-style-type: none"> ○ No caso de alimentos fonte de ferro não heme, estes devem ser acompanhados de facilitadores da sua absorção, como alimentos fonte de vitamina C. • <u>Itens obrigatórios no cardápio:</u> <ul style="list-style-type: none"> ○ Carboidratos – energia ○ Proteínas – construção muscular ○ Lipídios - energia ○ Vitamina A – visão, pele e crescimento (GH) - Fontes: Gema de ovo, leite e derivados, frutas e verduras amarelas e alaranjadas e verduras verdes escuras. ○ Vitamina C – fortalecer o sistema imunológico. Fontes: Frutas cítricas. ○ Cálcio – formação ossos e dentes. Fontes: Leite e derivados, folhas verdes escuras. ○ Ferro – parte da hemoglobina – transporte de O₂. Fontes: Carnes e leguminosas.
3º tema	<ul style="list-style-type: none"> • Restrições do cardápio <ul style="list-style-type: none"> ○ Produtos cárneos: 2x/mês; ○ Alimentos em conserva: 1x/mês; ○ Líquidos lácteos: 1x/mês(parcial) e 2x/mês(integral) ○ Biscoito, bolacha, pão ou bolo: 2x/semana (parcial) e 7x/semana (integral); ○ Doce a, no máximo, uma vez por mês; ○ Margarina ou creme vegetal: 2x/mês (parcial) e 1x/semana (integral) • <u>Cardápios devem ser adaptados para atender alunos com necessidades alimentares especiais:</u> <ul style="list-style-type: none"> ○ Doença celíaca, diabetes, hipertensão, anemias, alergias e intolerâncias alimentares. • <u>Proibido:</u> <ul style="list-style-type: none"> ○ Alimentos ultraprocessados e a adição de açúcares, mel e adoçantes nas preparações culinárias e bebidas para as crianças até 3 anos de idade.

	<ul style="list-style-type: none"> ○ Representa um canal importante de <u>comercialização e geração de renda com regularidade</u>, contribuindo para a inclusão produtiva, a geração de emprego no meio rural e o estímulo ao cooperativismo e ao associativismo. • Para os alunos da rede pública de ensino: <ul style="list-style-type: none"> ○ <u>Acesso regular e permanente a produtos de melhor qualidade nas escolas</u>: um passo adiante para a garantia de alimentos e hábitos saudáveis, com <u>respeito à cultura e às práticas alimentares regionais</u>.
--	--

Fonte: Dados da apresentação de slides da segunda “roda de conversa”, 2021.

É importante ressaltar que o material utilizado para a organização dos slides apresentados nesse dia, foram os dados disponíveis na Lei nº 11.947 de 16 de junho de 2009 e na Resolução nº 06, de 8 de maio de 2020, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos estudantes da educação básica no âmbito do PNAE. Também foi utilizado o material produzido em 2016 pelo FNDE, intitulado “Aquisição de produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar: 2ª edição - versão atualizada com a Resolução CD/FNDE nº 04/2015”¹², esse material conta com dados sobre quem pode vender para alimentação escolar e o passo a passo de como proceder essa compra e venda.

O primeiro assunto a ser discutido foi em relação a elaboração dos cardápios escolares. Sobre esse assunto, buscou-se explorar as exigências de estruturação do cardápio, as quais são estipuladas pelas leis da alimentação escolar pública, além de ressaltar a relevância de ofertar aos alunos uma alimentação saudável e adequada. É importante as merendeiras conhecerem essa estruturação do cardápio, pois assim, compreenderão o motivo e a importância dos alimentos que estão incluídos nesse cardápio, suas combinações e restrições.

A nutrição e a alimentação são requisitos básicos para a promoção e a proteção da saúde, o que possibilitará um crescimento e desenvolvimento adequados, com qualidade de vida e cidadania. Esses atributos estão descritos na Declaração Universal de Direitos Humanos, estando o Estado com a responsabilidade de respeitar, proteger e facilitar a ação de indivíduos em busca de alimentar-se de forma digna, e o PNAE é uma forma de concretização desse direito (SILVA, 2013).

¹² Disponível em: file:///C:/Users/Usuario/Downloads/pnae_manual_aquisicao-de-produtos-da-agricultura-familiar_2_ed.pdf

E os cardápios, que devem ser elaborados dentro da política do PNAE, são uma forma de disponibilizar aos alunos os nutrientes necessários para que o crescimento e desenvolvimento sejam plenos, considerando o período em que o estudante estiver em ambiente escolar. Para isso, os cardápios devem disponibilizar os gêneros alimentícios, priorizando os alimentos in natura ou minimamente processados, restringindo alimentos processados, ricos em açúcares, sódio e gorduras (BRASIL, 2020).

Foi sobre essas questões, que buscou-se discutir com as merendeiras, uma vez que o cardápio é sim atribuição do nutricionista, porém para que ele funcione é importante que ele seja colocado em prática. E que este possa permitir que ocorra a maior adesão possível das preparações, para que assim, seja realmente disponibilizado aos alunos os nutrientes necessários e que as merendeiras possam preparar os alimentos de forma a entender a sua importância.

Ao debater as características do cardápio escolar, com a intenção de disponibilizar as informações do motivo da inclusão de determinados alimentos e as combinações alimentares, é possível compreender todos os aspectos que interferem na escolha dos gêneros alimentícios para compor o cardápio.

E quanto a esse aspecto, Martínez e Pinho (2016) realizaram uma pesquisa procurando entender como as merendeiras percebem a importância do PNAE. Os resultados da pesquisa referenciaram que, de acordo com relatos coletados, os sujeitos elencaram dois motivos que exercem influência direta na aceitação da merenda escolar: um deles é em relação a forma de preparo dos alimentos e outra em relação ao cardápio elaborado. Ou seja, dependendo da forma como são preparados os alimentos, esse é considerado um ponto que exercesse fundamental importância, e que modificará a adesão das preparações servidas.

Para que essa alimentação servida na escola seja considerada com qualidade, o planejamento do cardápio é fundamental, além da organização da compra de gêneros alimentícios e as condições adequadas de preparação. Outro ponto de fundamental importância a ser considerado na elaboração e prática do cardápio escolar, é respeitar os hábitos alimentares dos escolares e a região do país em que se encontram (TANAJURA; FREITAS, 2012).

E nesse aspecto as merendeiras relatam que, entender o motivo de os cardápios serem planejados de tal forma, considerando as recomendações do PNAE, foi de grande relevância para manter suas rotinas nas escolas e reforçar ainda mais o trabalho visando uma alimentação saudável, como mostra o trecho da avaliação de uma das pesquisadas sobre o cardápio

escolar. Estimulando, dessa forma, que as merendeiras tenham uma percepção que seguir o cardápio é fonte de grande responsabilidade.

Importante o cardápio elaborado, que dizem respeito a vitaminas, proteínas e outros nutrientes que muitas vezes não somos sabedores da eficácia da alimentação (M10, 2021).

Em seguida, para reforçar a importância do cardápio escolar, realizou-se uma dinâmica, para isso, utilizou-se o material disponibilizado no “Manual orientativo para formação de manipuladores de alimentos que atuam na alimentação escolar”, produzido pelo CECANE (2014). Foram apresentados modelos de cardápios de uma semana e alguns questionamentos foram feitos sobre os mesmos. Esses questionamentos foram com base no que foi discutido anteriormente, sobre a qualidade dos cardápios e também sobre algumas eventualidades que podem ocorrer na rotina da alimentação escolar, como atraso na entrega de produtos, entrega de menor quantidade dos gêneros alimentícios, falta de luz ou água, entre outros.

Essa atividade apresentou como objetivo discutir e refletir sobre a importância dos cardápios planejados e debater sobre as possibilidades de substituição de itens dos cardápios, que acontecem algumas vezes.

Após uma pequena pausa para tomar água e ir ao banheiro, o tema que seguiu para a discussão foi a aquisição dos produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar. E as respostas foram positivas quanto a essa inclusão, demonstrando que os produtos são de qualidade e que são entregues frescos, o que facilita na adesão dos alunos e no próprio manejo das merendeiras para a preparação das refeições.

Referiram também que, quando ocorre a eventualidade de algum produto não estar em conformidade com a qualidade que deveria ser entregue, ou até mesmo por algum atraso nas entregas, é mais fácil o contato com o fornecedor, uma vez que são produtores da localidade, facilitando o diálogo entre os envolvidos. Referem da mesma forma que, por conhecerem os produtos e produtores, são também consumidoras, adquirem os gêneros alimentícios ou preparações destes para o consumo em suas próprias casas, o que demonstra uma aceitação por parte das merendeiras dos produtos.

Os produtos da agricultura familiar, ao serem incluídos como obrigatoriedade a partir da Lei nº 11.947/2009, que estabelece que no mínimo 30% do total de recursos financeiros repassados pelo Governo Federal para os estados e municípios para aquisição de gêneros

alimentícios da agricultura familiar, contribuíram para o desenvolvimento da economia local. Favorecendo da mesma forma, para a geração de emprego e renda e para o fomento da inserção de alimentos saudáveis e adequados na alimentação escolar (PEIXINHO, 2011).

Esse encontro entre a alimentação escolar e a agricultura familiar vem ocasionando uma significativa transformação na alimentação ofertada nas escolas, uma vez que permite a inserção de alimentos saudáveis e com vínculo regional. E com essa iniciativa, o PNAE representa uma grande conquista no que se refere às iniciativas de compras públicas sustentáveis voltadas para o fortalecimento da agricultura familiar (FANTINELI, 2017).

Além disso, na operacionalização do PNAE em relação a aquisição dos produtos da agricultura familiar, destaca-se o fato de que são valorizados os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas quanto a compra de gêneros alimentícios da agricultura familiar. Com a obrigatoriedade desta compra, a lei tornou-se um marco nas políticas públicas quanto a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), pois é uma forma de incentivar a agricultura familiar e traz uma inovação com o formato para aquisições públicas brasileiras neste segmento, denominadas de chamadas públicas (CASSOL, 2019).

Ao apresentar características da compra da agricultura familiar para a alimentação escolar, as merendeiras mostraram-se curiosas, uma vez que sabiam que 30% deveriam ser comprados produtos da agricultura, porém todo o processo e quem pode participar das chamadas públicas não era do conhecimento das mesmas.

Por essa razão, foi ressaltado que os produtos adquiridos podem ser de fornecedores individuais, grupos de agricultores informais e grupos formais de agricultores, onde estão incluídas as cooperativas ou associações. E nos últimos anos, em 2020 e 2021, essas cooperativas e associações passaram a participar das chamadas públicas em ambos os municípios estudados, pertencendo da mesma forma, como produtos da agricultura familiar.

Ressaltou-se na fala com as merendeiras que o que caracteriza os produtos advindos da agricultura familiar, é a predominância do trabalho da própria família (FANTINELI, 2017). E esses produtos, que estão sendo produzidos pela própria família, podem da mesma forma, fazer parte de cooperativas ou associações na entrega para as escolas.

E ao realizar um apanhado das avaliações das merendeiras para os temas abordados, pode-se destacar os seguintes trechos:

Vimos como é importante a montagem dos cardápios e também buscar alimentos da agricultura familiar (M4, 2021).

A elaboração do cardápio é muito importante, com todos os ingredientes. E a agricultura familiar, com ótimas verduras e legumes frescos e de boa qualidade (M9, 2021).

O quanto somos importantes no desenvolvimento de nossas crianças, seguindo o cardápio (M7, 2021).

(pontos positivos) o quanto uma boa alimentação é importante para nosso organismo (M6, 2021).

Com isso, creio que os assuntos tratados foram bem recebidos pelas participantes, e que as mesmas puderam perceber a ligação entre os cardápios escolares e sua prática na cozinha, e como os produtos da agricultura familiar trazem benefícios para diversidade e qualidade da alimentação escolar.

Em virtude disso, percebe-se que os treinamentos que se fazem com as merendeiras, baseados em atividades ligadas às boas práticas de higiene e manipulação de alimentos, são importantes, mas que podem também ser trabalhados outros assuntos ligados ao próprio trabalho destas profissionais. Permitindo assim, uma maior interação com a sua própria rotina de trabalho, trazendo características do seu fazer diário.

Em vista das atividades que as merendeiras desempenham nas escolas, de manipular, preparar e distribuir as refeições, se fala muito em capacitar essas profissionais em técnicas de boas práticas de higiene e manipulação dos alimentos. Entretanto, é importante investir e atuar sobre outros assuntos e também sobre as suas condições de trabalho, que, de alguma forma, condizionarão sobre as práticas destas profissionais (ASSAO et al, 2012).

Fazendo uma retomada das avaliações das merendeiras sobre a atividade do dia, foi interessante os pontos levantados pelas mesmas como negativos:

Que nem todas as crianças aceitam a merenda ou os alimentos oferecidos (M2, 2021).

Gostaria que ninguém passasse fome ou que tivesse um saneamento básico tão ruim. Que todos tivessem alcance a uma boa alimentação e uma vida com decência (M6, 2021).

Isso demonstra a preocupação que as merendeiras têm em relação aquele aluno que não come, ou em como essa refeição considerada saudável, realizada na escola, pode ser a única que o estudante faz no dia. E ao entenderem como acontece a elaboração do cardápio escolar, mesmo sendo trabalho do nutricionista, são elas que fazem com que esse cardápio seja

concretizado nas escolas, não oferecendo somente o que os alunos gostam de comer, mas sim o que eles necessitam enquanto estão no período letivo.

E essa preocupação com a não adesão dos alunos à alimentação escolar, foi identificada como alvo de grande preocupação pelas merendeiras. Assim, esse assunto foi explorado na terceira “roda de conversa”, cujos dados estão descritos no próximo tópico.

6.2.3 Terceira “Roda de conversa” – por que os alunos não comem a alimentação escolar?

Esse terceiro momento de conversa com as merendeiras, particularmente foi um momento bem importante para mim, pois este contou com a reunião de todas as manipuladoras de alimentos, espaço na qual ainda não havia acontecido na pesquisa. As outras “rodas de conversa” e a fase exploratória da pesquisa aconteceram com as participantes separadas, fases que foram realizadas em seus respectivos municípios de trabalho.

Como as merendeiras de Três Arroios eram em menor número, foi conversado com a gestão municipal sobre a possibilidade destas se deslocarem até outro município para esse encontro. E a gestão, muito receptiva com a proposta, organizou motorista e condução para que estas chegassem às 8 horas no local indicado.

Da mesma forma, a secretária de educação de Gaurama foi consultada sobre o encontro das merendeiras do município com as de outra localidade. Também nesse caso, a proposta foi recebida sem nenhum problema, assim como com a direção da escola onde foi realizado o encontro. Os dados do terceiro encontro estão descritos no Quadro 22.

Quadro 22: Dados da 3ª “Roda de conversa”.

	Gaurama	Três Arroios
Data	22/04/2021	
Horário de início	08h	
Duração	2 horas	
Tema	Alimentação escolar: por que os alunos não comem?	
Local	Sala de aula da E. M. E. F. Presidente Vargas	
Nº de participantes	6	2

Fonte: Dados da terceira “roda de conversa”, 2021.

Esse terceiro encontro, encerrando a parte metodológica da pesquisa, foi um momento rico em troca de conversa entre as merendeiras. Puderam expor suas rotinas diárias e particularidades de suas escolas e crianças. Por esse motivo, assim que a sala estava completa, com todas as merendeiras, as mesmas foram apresentadas umas as outras. No início estavam quietas e sem falar muito, mas com o passar da conversa foram se envolvendo com o assunto e interagindo entre si.

Nesse dia, como de costume, cheguei antes do horário indicado, arrumando toda a sala para receber as merendeiras. Distanciamento entre mesas, álcool gel, janelas e porta aberta para ventilação, tudo para evitar qualquer possível contaminação por Covid-19. Logo após, já deixei a apresentação em slides que seria utilizada no dia seguinte, e assim que as merendeiras estavam na sala, após as apresentações, iniciaram-se os assuntos do dia, conforme exposto no Quadro 23.

Quadro 23: Temas abordados na terceira “roda de conversa”.

Ordem apresentação	Temas
1º tema	<ul style="list-style-type: none"> • <u>Comida como cultura:</u> <ul style="list-style-type: none"> ○ Alimentar-se é imprescindível para a sobrevivência. ○ Ato de comer está modelado pela cultura – sociedade. ○ Comida é boa: para comer e para pensar. • Nenhum alimento que comemos é neutro. <ul style="list-style-type: none"> ○ Relacionado à lembranças, emoções e sentimentos → remetem à memórias. ○ Lembranças da alimentação realizada na escola?
2º tema	<ul style="list-style-type: none"> • Alimentação na infância: <ul style="list-style-type: none"> ○ Alimentação é um processo altamente complexo. ○ Diferente em cada fase do desenvolvimento. • Alimentação nas fases da vida escolar: <ul style="list-style-type: none"> ○ 0- 2 anos – Lactentes: Evolução e diversificação alimentar; ○ 2 – 5 anos – Pré-escolar: ↑ da independência, ↓ interesse pelo alimento e ↓ velocidade de crescimento; ○ 6 – 10 anos – Escolar: ↑ ganho de peso, ↑ interesse pelo alimento e

	<p>↑ desenvolvimento, capacidade gástrica próximo ao adulto;</p> <ul style="list-style-type: none"> ○ 10 – 19 anos – Adolescente: mudanças no corpo, uso de alimentos não saudáveis e prioridade de alimentos do grupo.
3º tema	<ul style="list-style-type: none"> • Alimentação na educação infantil: <ul style="list-style-type: none"> ○ Educação infantil – ingresso precoce – aleitamento materno. ○ Introdução alimentar - consistências recomendadas e consistências que são ofertadas na educação infantil (evitar); ○ Não misturar os alimentos; ○ 2 a 3 anos = janela de oportunidades ○ Cuidar com expressões das crianças – cara feia não quer dizer que não gostou. ○ Familiaridade com o que é oferecido aumenta quanto maior a demonstração e o exemplo de consumo. • Alimentação para escolares: <ul style="list-style-type: none"> ○ Alimentação na coletividade tem grande potencial. ○ Criança não come em casa, não vai comer na escola? • Alimentação na adolescência (10 – 19 anos): <ul style="list-style-type: none"> ○ Ministério da Saúde – 2016 – 18,6% adolescentes obesos. ○ Importância de estar inserido no grupo. ○ Importância da aparência.
4º tema	<ul style="list-style-type: none"> • O que fazer para estimular o consumo alimentar? <ul style="list-style-type: none"> ○ Preparação do espaço – ambiente. ○ Mesa e louças. ○ Despertar a vontade em comer. ○ A emoção que a criança sente durante a refeição, vai determinar se ela irá comer, ficará registrado na memória. ○ O que é feito no momento da refeição, influencia na aceitação da criança. ○ Utilizar linguagem adequada. ○ Apresentar o alimento à criança – alimento real. ○ Familiarizar a criança com o alimento; ○ 5 sentidos: tato, olfato, paladar, audição e visão;

	<ul style="list-style-type: none"> ○ Brincar com o alimento; ○ Oficinas culinárias: + significativo com poucas crianças
--	---

Fonte: Dados da apresentação de slides da terceira “roda de conversa”, 2021.

O material utilizado para compor as discussões para esse dia, foram os livros de Montanari (2013), Canesqui (2005), Cavallini e Tedeschi (2015), Vitolo (2008), materiais de palestras e artigos, além de manuais e orientações da Organização Mundial da Saúde e Ministério da Saúde, que referem sobre a alimentação escolar nas diferentes fases da vida.

Como primeiro assunto, busquei trazer a relação da comida como forma de expressão cultural e como o comer está ligado a emoções, lembranças e sentimentos. Pois, como cita Canesqui (2005), a incorporação da comida está sempre ligada a algum ato, com significado para quem a pratica, sendo fundamental ao senso de identidade. Dessa forma, as escolhas alimentares não se fazem somente com alimentos ditos mais nutritivos, apresentam um sentido mais amplo, onde a cultura molda a seleção alimentar, o que impõe as normas que prescrevem, proíbem ou permitem o que comer.

Em todas as sociedades, o modo de comer é regado por convenções análogas àquelas que dão sentido e estabilidade às linguagens verbais. Esse conjunto de convenções, que chamamos de “gramática”, configura o sistema alimentar não como uma simples *soma* de produtos e comida, reunidos de modo mais ou menos casual, mas como uma *estrutura* na qual cada elemento define seu significado (MONTANARI, 2013, p. 165).

Ao trazer este assunto, busquei levantar e discutir o fato da comida como cultura, e principalmente quanto a lembranças que se fazem em relação a alimentação realizada na escola. Uma vez que, grande parte dos indivíduos, apresentam alguma lembrança quanto a ‘merenda escolar’, podendo ser lembranças e sentimentos bons ou ruins. E ao trabalhar isso com as merendeiras, elas também expressaram essas lembranças, de preparações, de formas em que a comida era servida e como isso fica impregnado na memória.

E da mesma forma que as merendeiras lembram-se desses momentos, os alunos estão formando suas próprias memórias sobre a alimentação escolar. E como elas, ou o grupo escolar está trabalhando para que essas lembranças sejam formadas? Fato que pode influenciar na adesão dos alunos quanto a alimentação escolar.

É nesse sentido que a pedagogia da comida é construída, por experiências de comer na coletividade que estão cobertas por significados, sendo a escola um ambiente propício para isso. Não se tratando somente daqueles que consomem a comida servida, mas também

daqueles que estão envolvidos nesse processo. Pontos que muitas vezes não são percebidos, são práticas do cotidiano, mas quando estudadas e refletidas, podem dizer muito sobre o que somos e o que estamos querendo passar aos nossos pares.

Trabalhar sobre esse assunto é muito lindo. Pensar, dialogar, refletir sobre como a comida desempenha forte influência nas nossas vidas. Ao trazer para âmbito escolar, uma preparação bem feita e servida com cordialidade e atenção, tem outro sabor. Sentir o cheiro daquela comida preferida, cheiro que invade os corredores da escola, desperta os sentidos mais profundos sobre o motivo daquela comida ser tão boa, e ao provar a comida, gostos que muitas vezes só a comida da escola têm. É esse despertar de todos os sentidos, que faz com que a alimentação escolar seja tão rica em experiências e aprendizados, para todos os que fazem parte dela.

Nesse primeiro tema do terceiro encontro trabalhado com as merendeiras, também buscou-se explorar a cultura alimentar de outros países, e como essa relação está intimamente ligada. Nesse momento, mostrou-se fotos de pratos típicos de outros lugares, e foi sendo discutido como as características dessas preparações são muito particulares de cada lugar. Fato que foi comentado por todas as pesquisadas, e que foi demonstrado em uma das falas da avaliação da atividade.

Que muitas vezes não se damos conta que os alimentos possam falar por eles. Como por exemplo, vimos que cada figura nos remete a costumes, países e crenças (M2, 2021).

O modo de comer ultrapassa o próprio ato de comer em si, ele se articula com outras dimensões sociais e com a identidade, e o forte valor simbólico de determinados pratos típicos, relaciona-se com as identidades regionais. Ao pensar em comida e simbolismos da comida, é interessante pensar que a comida vai além de ingestão de nutrientes, que irão permitir a sobrevivência, ingerimos também símbolos, ideias, imagens e sonhos, que permitem uma vivência (CANESQUI, 2005).

Quanto a isso, Santos (2019) ainda refere que o gosto não é inato ao ser humano, este está sob múltiplas influências, inclusive sobre os significados culturais em que estão inseridos os comensais, que de certa forma, está associado ao contexto socioeconômico e ambiental em que indivíduo está inserido.

Após conversarmos sobre esse assunto, entramos nas fases de desenvolvimento infantil, na qual foi demonstrado características de cada fase, e como isso pode apresentar

ligação com o fato da criança comer ou não na escola. Em vista desse assunto, Cassol (2019, p. 58) cita que

Apesar de a alimentação escolar não resolver o problema da desnutrição no país, ela apresenta-se como uma medida paliativa necessária. Considerando que para muitos alunos a alimentação escolar representa o limite da sobrevivência e a possibilidade de não sentir fome durante as aulas [...] importância de uma merenda de melhor qualidade e ofertada continuamente aos escolares. Ele ainda pondera que estudos têm demonstrado que a merenda escolar, mesmo sem promover mudanças no estado nutricional da clientela, interfere positivamente no rendimento escolar, pois, ao agir sobre a "*fome do dia*" [grifo do autor], aumenta a capacidade de concentração nas atividades pedagógicas. Desta forma, a merenda atua como ferramenta que permite ao aluno não sentir fome durante a aula, ou seja, proporciona um estado fisiológico adequado ao processo ensino-aprendizagem.

As discussões sobre os programas de alimentação na escola são permeadas por tensões e ambiguidades, pois por um lado estão os que acreditam que o papel da escola não é o de oferecer alimentação aos estudantes e, por outro lado, os que acreditam que a alimentação na escola é um direito em emergência. Assim, ao discutir a alimentação escolar, reconhecesse a alimentação como fato da cultura material, da infraestrutura da sociedade, fazendo parte da estrutura produtiva da sociedade. A partir disso, as políticas públicas sociais que trabalham nesse sentido, abrangem a política de alimentação, de segurança alimentar e de desenvolvimento social (BITTENCOURT, 2011).

Após essa breve exploração sobre a alimentação escolar como medida importante para combate a fome, mesmo que pelo curto período em que se está na escola, observa-se que a alimentação escolar, além de beneficiar os alunos que consomem esses alimentos servidos, gera uma cadeia produtiva e de empregos. Uma vez que a produção de uma cozinha nas escolas é em grande escala, produzindo muitas vezes mais refeições que em restaurantes. Voltamos ao nosso foco de assunto, sobre o qual as merendeiras, envolvidas nesse processo todo, percebem que mesmo fazendo o possível para trazer uma refeição de qualidade, reconhecem que a comida por vezes não é aceita.

Ao explorar as fases do desenvolvimento infantil, e como esse pode estar influenciando na adesão destas crianças à alimentação escolar, as merendeiras foram instigadas a pensarem em suas rotinas diárias, em como fazer para estimular o consumo alimentar saudável e entender as particularidades de cada etapa da vida. Perpassando pela importância do estímulo ao aleitamento materno, sobre a introdução alimentar, que em diversas vezes acontece com as refeições servidas na escola, e como essa fase é decisiva para a criação de hábitos saudáveis no decorrer da vida.

Passando pela fase pré-escolar e os interesses e descobertas que ocorrem nesse período e, conseqüentemente, um interesse menor pelos alimentos. Interesse que retorna na fase escolar da criança, que é quando o comer na coletividade tem forte papel nas aprendizagens e aceitação dos alimentos. E a adolescência, o querer ser pertencente a um grupo e como essas influências podem interferir quanto às escolhas alimentares.

É com toda a certeza que, a realidade em que o estudante vive, quanto ao tipo de consumo alimentar, também exerce primordial papel na adesão a alimentação escolar. O consumo inadequado de alimentos por crianças e adolescentes, com baixa ingestão de hortaliças, frutas, consumo inadequado de leite e derivados e de fibras, e a preferência por ingestão de refrigerantes, doces e produtos industrializados, demonstra que as escolhas alimentares são fortemente influenciadas pelo hábito alimentar da família. Por essa razão, a alimentação escolar representa um importante papel quanto a oferta de alimentos saudáveis, mas mesmo assim, isso não é garantia que esse alimento será ingerido (CARVALHO, 2015).

Ao fazer um estudo sobre os significados sobre alimentação escolar atribuídos por estudantes em escolas pública na Bahia, Freitas et al (2013) reafirmam que a comida de casa tem forte relação com a alimentação servida na escola, em termos de adesão. E na percepção dos escolares sobre o comer na escola, a cultura alimentar tem ligação com o mercado consumidor e pela propaganda.

Dessa forma, é importante ressaltar que as rejeições alimentares por parte dos alunos acontecem por diversos motivos, não somente porque os alunos não estão habituados ao seu consumo. Entre esses motivos estão o servir comida quente em dia quente, quantidade de sal ou açúcar na preparação mais baixa em que o aluno está habituado, comida com aspecto e/ou sabor desagradável (SANTOS, 2019).

Enfim, são múltiplos fatores que podem interferir no consumo alimentar dos alunos em ambiente escolar, e às merendeiras, é importante o conhecimento desses aspectos para que assim possam estar a par do que está acontecendo com as crianças. E principalmente, poder trabalhar para que esse comensal se sinta confortável em provar a comida servida, sentindo-se estimulado e as merendeiras sentindo-se pertencentes a esse processo, indo além do preparar e servir a refeição.

Ao adentrar nesse assunto, e realizar um levantamento de informações quanto a avaliação da atividade pelas merendeiras, pôde-se perceber que foi um tema que despertou grande interesse pelas manipuladoras de alimentos. Não sendo um ponto trabalhado em outros

momentos ou treinamentos, mas que consideraram de grande valia, como demonstram alguns trechos das avaliações.

É sempre bom renovar nossas atividades com a merenda. E estas reuniões, além de tratar da nossa profissão, é bom para nos encontrarmos e discutir pontos positivos e negativos (M6, 2021).

Muito negativo a liberdade de algumas escolas de trazer a merenda de casa, temos um cardápio recheado de alimentos saudáveis (M9, 2021).

Alimentação das crianças pequenas de 6 meses a 4 anos, como proceder na hora de fazer e servir. Incentivar a criança a comer de uma maneira positiva, não forçá-la (M5, 2021).

Sem dúvida, entre ter o conhecimento, discutir e achar importante, e o ato de fazer, tem um longo caminho a ser percorrido, entretanto, é necessário iniciar para que se possa ir longe. E a inquietação que o assunto causou, creio que alguma mudança quanto a percepção das merendeiras quanto a adesão dos alunos à alimentação escolar foi percorrido. Percebendo que não depende somente de o aluno querer ou não comer, mas a forma como isso será feito, as maneiras de incentivo e conversas, fazem diferença.

Quanto a isso, as pesquisadas ressaltaram a importante relação que os professores também podem exercer nesse processo. Demonstrando interesse em repassar os pontos discutidos nesse dia para os docentes, para que juntos possam dar um andamento melhor no momento das refeições na escola. E ficou acordado que a fala será repassada aos professores, após combinação com as direções das escolas municipais.

Ao realizar um estudo sobre as percepções de professores sobre a alimentação escolar, Mussio e Rezer (2014) afirmam que os docentes pesquisados não apresentaram um olhar mais crítico sobre a alimentação escolar, sendo percebida somente como uma iniciativa ‘boa’ e ‘positiva’. Não havendo uma reflexão mais elaborada sobre as grandes possibilidades de ampliação do processo educativo a partir do tema alimentação escolar.

O comer é algo tão presente na vida cotidiana das pessoas, que pode ser por essa razão que é tão naturalizado e pouco problematizado. Somente é visto quando é algo para ser trabalhado, quando se observa o aumento expressivo da obesidade e sobrepeso, quando existe alguma restrição alimentar na escola, enfim, quando se apresenta um problema para resolver. Entretanto, a alimentação vai além disso, pode ser explorada em seu mais vasto caminho, desde o plantio até o consumo, em relação ao comer culturalmente e todas as outras várias possibilidades.

Por fim das discussões, o próximo tópico traz alguns dados sobre a avaliação geral da atividade desenvolvida com as merendeiras. Desde o encontro para a parte exploratória até o desenlace das “rodas de conversa”.

6.2.4 Avaliação final das merendeiras: foi válido todo esse processo?

Todo o processo da pesquisa constituiu-se do momento da fase exploratória, com a entrevista semiestruturada, e as três “rodas de conversa”. Ao final, por mais que os momentos da pesquisa tenham sido finalizados, posso dizer que o trabalho com as merendeiras continuará. Mas para o momento, foi realizada uma avaliação final com as merendeiras, considerando suas compreensões de todo esse processo.

Com as “rodas de conversa”, procurei proporcionar momentos de troca, de interação, de discussão e de reflexão ao grupo de pesquisadas. E durante esse processo, muitos apontamentos foram surgindo, as pesquisadas foram sentindo-se confortáveis em dialogar, quando comparado ao processo da fase exploratória, onde percebeu-se que as mesmas estavam um pouco retraídas, falando em voz baixa e sem muita certeza.

Ao final de cada “roda de conversa” foi realizada uma avaliação da atividade do dia, e ao propor a avaliação final da pesquisa e de todos os pontos discutidos, as merendeiras mostraram-se estimuladas a discutirem novos assuntos sobre a alimentação escolar. E nesse último encontro, ao reunir as merendeiras dos dois municípios, estas mostraram-se ainda mais fascinadas com o comer na escola, uma vez que a troca de experiências é interessante, fazendo com que se reconheçam no processo de alimentação escolar, no discurso do outro.

Além dessa avaliação escrita, as falas do grupo de merendeiras foram da mesma forma consideradas como avaliação, aspectos a serem refletidos e outros pontos a serem trabalhados. Vários foram os momentos de lamentações, de desestímulo quanto ao trabalho, mas por outro lado, o oposto disso também aconteceu. Momentos de carinho quanto ao trabalho de merendeira, quanto a responsabilidade de exercer esse papel e a importância de estar presente na escola, fazendo acontecer o PNAE, acompanhando o cardápio e principalmente, o contato com os estudantes.

São várias contradições de sentimentos, que os momentos de encontro, do discutir coletivamente são de grande importância. Encontros que fortalecem ainda mais o trabalho e que levam a persistência de continuar a fazer um trabalho melhor e com mais empenho, renovando as forças, para ambas as situações, para aquelas merendeiras que estão a anos em

exercício como para aquelas que estão iniciando na sua trajetória quanto a alimentação escolar.

Diante do exposto, pode-se elencar algumas falas que surgiram nas avaliações finais:

Momento muito válido. Talvez o único momento que nós, as merendeiras, somos ouvidas. Um encontro mensal seria ótimo (M2, 2021).

Sempre é bom aprender algo a mais. Gostaria de outros encontros para aprender mais (M10, 2021).

Como tudo evoluiu, nosso trabalho também precisa de renovação e aperfeiçoamento (M7, 2021).

Muito do que a gente faz no dia-a-dia pode ser melhorado (M3, 2021).

Aprendi a importância da alimentação na escola. Coisas, assuntos, que muitas vezes, mesmo sendo merendeira, desconhecemos (M2, 2021).

Sempre aprendemos algo que não sabíamos, pois sempre muda alguma coisa, com a evolução nos dias atuais. [...] e até para relembrar alguma coisa que já tínhamos esquecido (M6, 2021).

É importante saber de onde vem e como, de que forma, são usados os recursos. A importância de refeições saudáveis, para o desenvolvimento das crianças (M9, 2021).

Nos momentos da formação, pude reconhecer o quanto os espaços para esses encontros e para a troca de experiências são importantes, mas também são um desafio. Uma vez que a jornada de trabalho das merendeiras é trabalho incessante, é preparar, servir, lavar, receber mercadoria, atividades que demandam tempo. A pandemia causada pelo Covid-19, de certa forma facilitou muito o processo de organização das atividades realizadas, uma vez que a rotina diária das pesquisadas estava fora do normal, sem a presença das crianças na escola.

Mas mesmo assim, percebe-se que as merendeiras passam por momentos em que estão desacreditadas, e mobilizá-las para esses encontros fornece um *'up'* novo ao trabalho, promovendo a reflexão da prática, em pensar em estratégias para adesão dos alunos a alimentação escolar, trocar experiências e conversar com os seus pares.

E em relação a isso, nas avaliações, em vários apontamentos realizados pelas merendeiras, as mesmas sugerem o encontro entre as profissionais do mesmo município, mas também com merendeiras de outras localidades, fato que fortalece as formações e encontros.

Além dessa sugestão, também emergiu a necessidade de ofertar cursos de culinária, para aprimorar os tipos de preparações que podem ser servidas em ambiente escolar.

É interessante destacar que esses encontros não necessitam ficar a cargo de um único profissional, sendo importante estabelecer contato com outras áreas, que estão ligadas ao trabalho da alimentação escolar. Uma equipe, com áreas afins, traz discussões diferentes e pontos de vistas a serem refletidos no coletivo.

Desta maneira, o debate sobre a alimentação escolar não se esgota aqui, deve estar sempre sendo renovado, buscando referenciais teóricos que deem suporte para a prática. E o trabalho coletivo traz maior entusiasmo, uma vez que no individual somos mais frágeis. E a escola, é preciso lembrar, é um espaço que está em constante transformação, uma vez que os alunos não são sempre os mesmos, necessitando desse movimento de renovação e construção.

Em seguida, após a realização da parte prática da pesquisa e sobre as reflexões referentes aos achados das percepções das merendeiras quanto a alimentação escolar, o próximo tópico trata do produto final pensado para a referida pesquisa.

6.3 NO FINAL DE TODA PREPARAÇÃO: APRESENTAMOS O PRODUTO FINAL

Ao final dessa trajetória de pesquisa, conversas, reflexões com as merendeiras e sobre as suas percepções sobre a alimentação escolar, sobre os seus conhecimentos do PNAE, características do cardápio e referente aos fatores que podem influenciar a adesão dos alunos às preparações servidas em âmbito escolar, é apresentado o produto final dessa referida pesquisa.

Por ser um programa de pós-graduação profissional, todo trabalho nesta área necessita referir o produto final da pesquisa, podendo ela ser em forma de intervenção ou diagnóstica. Dessa forma, depois de todo o trabalho da fase exploratória e posteriormente as atividades elaboradas e discutidas por meio das “rodas de conversa”, foi diagnosticado que as merendeiras apresentam grande conhecimento sobre suas práticas diárias, entretanto, pouco sabem dizer sobre o PNAE e os demais itens que envolvem esse programa.

Ou até especificando melhor, as pesquisadas compreendem pontos isolados, como por exemplo, sabem que é obrigatória a compra de produtos da agricultura familiar. Sabem dizer que o cardápio é atribuição da nutricionista. E que os alunos comem a comida servida na escola por fome e pelo sabor, mas que também o tipo de preparação influencia na adesão,

além do fato de alguns portarem lanches de casa, interfere no consumo do alimento servido pela escola.

Pontos que são importantes conhecerem, mas é interessante que esses assuntos possam ser discutidos, para seu melhor manejo. E que conhecimentos isolados possam ter relação entre si, permitindo uma interação, estabelecendo um caminho para o aprimoramento do trabalho.

Para que isso aconteça, é necessário que as merendeiras recebam qualificação, que possam ser realizados momentos de encontro para reflexão da prática e abrangência dos conhecimentos sobre o assunto. Não se trata aqui somente de encontro ministrados pelo nutricionista, mas por outros profissionais, aos quais as merendeiras não estão em contato diário, como vigilante sanitário, oficinas culinárias, ou até mesmo com outros nutricionistas, de municípios diferentes.

Com isso, após a apresentação do presente trabalho para a banca, serão realizado os ajustes requisitados e, posteriormente, será elaborado e encaminhado às Secretarias de Educação dos municípios aqui estudados, um relatório com os principais dados da pesquisa e a sugestão de qualificações contínuas com as merendeiras. E a partir desse relatório, será estabelecida uma conversa com os gestores municipais, ajustando as demandas de capacitações de forma a beneficiar ambos os lados.

Feitas as apresentações do produto final da pesquisa, o próximo capítulo refere-se as considerações finais do trabalho, e como pesquisadora, realizando uma retrospectiva sobre todo o processo do pensar no tema da pesquisa, como fazer a pesquisa e como foi o desenrolar disso, o contato com as merendeiras e reflexões sobre os assuntos tratados.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR: COMO É BOM SABOREAR UMA REFEIÇÃO PREPARADA COM CAPRICHOS

Ao final dessa experiência, e como cita o título dessa última etapa do trabalho, como é bom saborear uma preparação que foi feita com o maior capricho possível, trazendo temperos especiais, adicionando esse ou aquele alimento para que, no final, você possa degustar com orgulho aquilo que foi feito. E fazendo essa metáfora com a comida, particularmente é assim que me sinto com esse trabalho, saber que no final tudo foi aproveitado da melhor forma possível, é prazeroso, gratificante e claro, deixa o desejo de quero mais.

Encerra-se esse ciclo, mas inicia-se outro, de continuar a saga que começou com a pesquisa, permanecer em constante conversa com as merendeiras, para percorrermos um caminho rico em aprendizagens. Falo aqui das merendeiras, mas o trajeto para chegar até aqui envolveu muitos outros personagens. A minha nobre orientadora, que por mais que estivesse longe, se fazia presente sempre que requisitada, com seus incentivos e palavras de orientação, além de minha companheira de orientação, que foi um achado da vida, que levarei daqui até a eternidade.

E os aprendizados com todas as leituras e preocupações do mestrado e dissertação então... uma loucura, mas uma loucura que permitiu abrir caminho para novos aprendizados, e como diz Albert Einstein, “Uma mente que se abre para uma nova ideia jamais voltará ao seu tamanho original”.

Mas chega de nostalgia, vamos falar sobre o que considero sobre chegar ao final desse trabalho. Primeiramente, nesse espaço destinado à pesquisa, a aprendizagem que construí foi ponto relevante para pensar em meu próprio fazer profissional, tanto como nutricionista como pedagoga. Sou tão responsável pela alimentação escolar quanto as merendeiras de ambos os municípios pesquisados, e ao questionar-me quanto ao o que pesquisar no mestrado, vejo que sim, essa pesquisa contribuiu para o meu crescimento pessoal, social e acadêmico, tanto quanto o que foi para as merendeiras.

Para as merendeiras, desde o primeiro encontro, com a fase exploratória da pesquisa, onde as mesmas estavam mais retraídas, conversando menos, até a última “roda de conversa”, foi uma mudança notável. Penso que as percepções sobre alimentação escolar foram ampliadas, perpassando pela prática diária até aliar esta com a teoria que rege o PNAE e todo o processo de alimentação do ser humano.

Pois, como cita Santos (2019, p. 125):

A literatura tem mostrado a complexidade com que se apresenta o tema da alimentação. Como linguagem os alimentos são capazes de revelar os aspectos ambientais, sociais, de saúde, culturais e até políticos de qualquer grupo humano em um dado território. Pela amplitude da temática, a necessidade de estudos interdisciplinares é imprescindível [...]

Utiliza-se para tecer dados sobre a alimentação, referências da área de nutrição, mas é importante considerar dados da antropologia, sociologia, pedagogia e tantas outras áreas que estão ligadas às construções das características do comer do ser humano. E esses conceitos são de tal relevância para que se possa entender os hábitos alimentares que permanecem, e que formam as características da alimentação e do consumo na atualidade.

E todos esses aspectos estão incluídos no fazer cotidiano do PNAE, as características da alimentação de cada região são a base para a construção dessa política pública nos municípios. As exigências se fazem presentes, com as suas leis, resoluções e orientações, mas a forma de converter isso nas preparações servidas em ambiente escolar, é bem particular de cada localidade.

Ao trazer esses aspectos para trabalho com as merendeiras, refletindo como a alimentação não é somente o ato de comer, mas envolve outras relações. Em vista disso, pode-se perceber que houve um novo olhar sobre a alimentação escolar. As manipuladoras de alimentos trouxeram aspectos positivos nos seus relatos, principalmente quanto a esses momentos destinados à conversa, com todas em um mesmo ambiente.

Claro que, não se pode descartar os momentos de ‘desabafos’ das merendeiras, em como muitas vezes o seu trabalho não é valorizado em ambiente escolar, por descon sideração por parte dos trabalhadores da educação, que não veem a alimentação como processo rico em aprendizado. Durante a formação, percebi que é necessário reforçar esses espaços, tanto com as merendeiras quanto com os envolvidos com a educação, o que possibilita andarmos todos juntos para uma alimentação adequada na escola.

Com isso, acredito que construir espaço para formação é um grande desafio, uma vez que reunir o coletivo para um encontro é muito desafiador. Entretanto, é um obstáculo que deve ser superado, é necessário abrir espaços para reflexão e para construção do conhecimento, relembando pontos importantes, mas também trazendo dados novos para a discussão.

Quanto as percepções das merendeiras sobre a alimentação escolar, as mesmas sabem descrever detalhadamente os seus afazeres diários e consideram de suma importância a alimentação ofertada em ambiente escolar. Foi referido diversas vezes nas falas que a comida servida na escola pode ser a única refeição saudável que o aluno vai realizar no dia, e que em algumas vezes, pode ser a única refeição do dia.

Elas percebem essa importância, entretanto a forma com que essa política pública se estrutura, as merendeiras não apresentavam total conhecimento, mesmo sendo a base para o seu trabalho diário. Ao realizar a fase exploratória e as “rodas de conversa”, na tentativa de poder ligar os conhecimentos práticos com os teóricos, pode-se perceber uma maior interação das participantes com o programa, apresentando um respeito maior ao que se faz nas cozinhas das escolas municipais.

Além desse respeito e conhecimentos construídos, foi possível demonstrar às merendeiras o quanto as exigências legais quanto a cardápios, restrições e preferências de gêneros alimentícios, é algo que é construído por legislações desenvolvidas por uma autarquia maior, que estabelece os pontos que devem ser respeitados na alimentação escolar. E principalmente, o quanto é importante o cumprimento dessas legislações, pensando de forma a ofertar refeições de qualidade nutricional.

Quanto ao envolvimento das merendeiras no assunto das fases de vida do aluno e sua relação com a adesão a alimentação escolar, ficou demonstrado que novos horizontes foram abertos e que os momentos de comer na escola, são recheados de aprendizagem, desde aquilo que é colocado no prato, até a forma que a comida é servida ao estudante. Pensando nisso, muitas vezes não podemos fazer milagres, fazer com que as refeições sejam aceitas por todo o alunado, mas os esforços para servir uma preparação de qualidade, com falas de incentivo e cuidado, fazem grande diferença.

Ao trabalhar com o PNAE, permitindo que as merendeiras tivessem um contato maior com essa política pública, permitiu um processo de transformação na maneira de olhar a comida em âmbito escolar, sendo esta para saciar a fome, sim, mas também auxiliando nas construções das memórias quanto a alimentação e hábitos alimentares saudáveis.

É possível, ao estudar sobre alimentação, entender que a comida tem seus aspectos afetivos, emocionais, éticos, estéticos e culturais, sensibilizando as pessoas, que a comida é boa para comer, mas para pensar também, gera grandes aprendizagens e muito diz sobre cada pessoa. E ao trazer o PNAE para estudo e conhecimento das merendeiras, na esperança que

elas pudessem rever seus conceitos quanto a alimentação escolar, e levar em consideração todos esses aspectos que envolvem o comer.

Dessa forma, ao encerrar esse ciclo, questionamentos foram respondidos, mas outros surgiram. E falar de alimentação, para mim, é tão prazeroso, e digo mais, a comida pode nos dizer muita coisa, e as formas dos indivíduos comerem e a relação que eles têm com isso, diz ainda mais sobre si. O ato de comer na escola está impregnado de significados, e estudar isso é aprendizado, que mobiliza reflexões e gera construções que são levadas para a vida.

REFERÊNCIAS

- ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith. A “revisão da bibliografia” em teses e dissertações: meus tipos inesquecíveis – o retorno. In: BIANCHETTI, L.; MACHADO, A. M. N. **A bússola do escrever: desafios e estratégias na orientação de teses e dissertações**. Florianópolis: Ed. da UFSC; São Paulo: Cortez, 2002, p. 25 – 41.
- AMARO, Lúcia Elena Matos. “Tem repetição, professora?...” **Um estudo sobre a prática da merenda escolar e seus significados**. 2002. 87 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2002.
- ALVARENGA, Marie et al. **Nutrição comportamental**. Barueri, SP: Manole, 2015.
- ASSAO, Tatiana Yuri et al. Alimentação do escolar: percepção de quem prepara e oferece as refeições na escola. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v. 19, n. 1, p. 22-32, 2012.
- ATLAS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO. **Gaurama**. Disponível em: <http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/gaurama_rs> Acesso em: 10 set. 2020.
- ATLAS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO. **Três Arroios**. Disponível: <http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/tres-arroios_rs> Acesso em: 12 set. 2020.
- BAUER, Martin W.; GASKELL, George; ALLUM, Nicholas. Qualidade, Quantidade e interesses do conhecimento: evitando confusões. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, som e imagem: um manual prático**. Trad. Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. p. 17-36.
- BARBERINI, Alíssia. **Pedagogia da comida: cultura, ética, estética e aprendizagem nos processos de alimentação das crianças na escola de Educação Infantil**. 2015. 93 p. Trabalho de Conclusão de Curso – Universidade Federal da Fronteira Sul. Graduação em Licenciatura em Pedagogia. Erechim, RS. 2015.
- BARBOSA, Daise Ellen de Melo; TORRES, Andreia Araújo Lima. Percepções de sujeitos de uma escola pública de ensino fundamental do Distrito Federal sobre a alimentação escolar e a educação nutricional como tema curricular transversal. **Revista Gestão e Saúde**, Distrito Federal, 2009.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: edições 70, 2016.
- BARROS, Aidil Jesus Paes de. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.
- BEZERRA, Mariana Silva et al. Insegurança alimentar e nutricional no Brasil e sua correlação com indicadores de vulnerabilidade. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, n. 10, p. 3833-3846, 2020.
- BITTENCOURT, Jaqueline Marcela Villafuerte. **Uma avaliação da efetividade do Programa de Alimentação Escolar no município de Guaíba**. 2007. 164 p. Dissertação

(Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Porto Alegre, RS. 2007.

BITTENCOURT, Jaqueline Marcela Villafuerte. **Uma análise comparada das políticas de alimentação escolar na Bolívia, no Brasil e no Chile.** 2011. 292 p. Tese (Dourado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Porto Alegre, RS. 2011.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos.** 7 reimp. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Resolução nº 38, de 2004. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil,** Brasília, DF, 25 ago. 2004.

BRASIL. Resolução nº 32, de 2006. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil,** Brasília, DF, 25 ago. 2006.

BRASIL. Resolução nº 38, de 2008. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil,** Brasília, DF, 21 ago. 2008.

BRASIL. Resolução nº 42, de 2009. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil,** Brasília, DF, 11 ago. 2009.

BRASIL. Resolução nº 38, de 2009. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil,** Brasília, DF, 16 jul. 2009.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 59, de 2009. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil,** Brasília, DF, 11 nov. 2009.

BRASIL. Resolução nº 67, de 2009. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil,** Brasília, DF, 28 dez. 2009.

BRASIL. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil,** Brasília, DF, 17 jun. 2009.

BRASIL. Resolução nº 08, de 2012. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil,** Brasília, DF, 14 mai. 2012.

BRASIL. Resolução nº 26, de 2013. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil,** Brasília, DF, 17 jun. 2013.

BRASIL. Resolução nº 5, de 7 de março de 2013. Disponível em: <<https://www.fnde.gov.br/index.php/acao-a-informacao/institucional/legislacao/item/4132-resolu%C3%A7%C3%A3o-cd-fnde-n%C2%BA-5,-de-7-de-mar%C3%A7o-de-2013>>. Acesso em: 12 set. 2020.

BRASIL. Resolução nº 01, de 2017. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 09 fev. 2017.

BRASIL. Resolução nº 06, de 2020. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 08 maio 2020.

BRASIL. **Guia alimentar para a população brasileira**. 2. ed. Brasília, DF: Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica, 2014. 156 p.

CANESQUI, Ana Maria (org.). **Antropologia e nutrição: um diálogo possível**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

CARVALHO, Daniela Gomes de. **O Programa Nacional de Alimentação Escolar e a sustentabilidade: o caso do Distrito Federal (2005-2008)**. 2009. 238 p. Dissertação (Mestrado) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, DF. 2009.

CARVALHO, Nágila Araújo de. **Fatores associados à não adesão e não aceitação da alimentação escolar por alunos de escolas públicas de tempo integral**. 2015. 117 p. dissertação (Programa de Pós-graduação em Nutrição e Saúde). Faculdade de Nutrição da Universidade Federal de Goiás. 2015.

CASSOL, Bruna. **O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e sua relação com a agricultura familiar no município de Guaraniáçu, no período de 2003-2015: um estudo de caso**. 2019. 154 p. Dissertação (Programa de Pós Graduação em Educação). Universidade Estadual do Oeste do Paraná/UNIOESTE – Campus de Cascavel. 2019.

CAVALLINI, Ilaria; TEDESCHI, Maddalena. **As linguagens da comida: receitas, experiências, pensamento**. São Paulo: Phorte, 2015.

CENTRO COLABORADOR EM ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO ESCOLAR – CECANE. **Material orientativo para formação de manipuladores de alimentos que atuam na alimentação escolar**. Elaboração: Ana Luiza Sander Scarparo, et al. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2014.

CENTRO COLABORADOR EM ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO ESCOLAR – CECANE. **Manual para aplicação dos testes de aceitabilidade no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)**. Organizadoras Ana Luiza Sander Scarparo, Gabriela Rodrigues Bratkowski. Revisão e atualização CECANE UFRGS. 2. ed. Brasília, DF: Ministério da Educação. 2017.

CESE – CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE ERECHIM. **Histórico de Gaurama**. Gaurama: CESE. 1988.

CHIZZOTTI, Antônio. A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: evolução e desafios. **Revista Portuguesa de Educação**, v. 16, n. 2, p. 221-236, Universidade do Minho Braga, Portugal. 2003.

COUTO, Marilene Araújo. **Alimentação escolar e agricultura familiar: um estudo sobre a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em Bom Despacho-MG**. 2020. 156 p. Dissertação (Programa de Pós Graduação do Mestrado Profissional em Desenvolvimento Sustentável e Extensão). Universidade Federal de Lavras. 2020.

DUARTE, Clarice Seixas. Direito público subjetivo e políticas educacionais. **São Paulo em perspectiva**, v. 18, n. 2, p. 113-118, 2004.

FANTINELI, Dreisse Gabbi. **Produção da agricultura familiar no município de Nova Palma –RS – Brasil: uma abordagem na perspectiva do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)**. 2017. 84 p. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Geografia). Universidade Federal de Santa Maria. 2017.

FERNANDES, Ana Gabriela de Souza; FONSECA, Alexandre Brasil Carvalho da; SILVA, Adilson Aderito da. Alimentação escolar como espaço para educação em saúde: percepção das merendeiras do município do Rio de Janeiro, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 19, n. 1, p.39-48. 2014.

FLICK, Uwe. **Desenho da pesquisa qualitativa**. Porto alegre: Artmed, 2009.

FRANCO, Maria Amélia Santoro. Pedagogia da Pesquisa-Ação. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 483-502, set./dez. 2005.

FREITAS, Maria do Carmo Soares de; et al. Escola: lugar de estudar e de comer. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 18, n. 4, p. 979-985, 2013.

GAURAMA. **Prefeitura Municipal de Gaurama**. Disponível em: <<https://gaurama.rs.gov.br/site/historia/?pagina=5>>. Acesso em: 12 Set. 2020.

GAURAMA. **Lei nº 2.142**, de 11 de maio de 1999. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/rs/g/gaurama/lei-ordinaria/1999/215/2142/lei-ordinaria-n-2142-1999-autoriza-a-contratacao-de-merendeiras-em-carater-emergencial-e-da-outras-providencias?q=2142>>. Acesso em: 12 set. 2020.

GAURAMA. **Lei nº 2.180**, de 14 de dezembro de 1999. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/rs/g/gaurama/lei-ordinaria/1999/218/2180/lei-ordinaria-n-2180-1999-cria-a-categoria-funcional-de-merendeira-determina-o-padrao-coeficiente-aponta-recursos-e-da-outras-providencias?q=2180>>. Acesso em: 12 set. 2020.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/gaurama/historico>> Acesso em: 12 Set. 2020.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Gaurama. Disponível em: <[ibge.gov.br/cidades-e-estados/rs/gaurama.html](https://cidades-e-estados/rs/gaurama.html)> Acesso em: 12 Set. 2020.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Três Arroios. Disponível em: <[ibge.gov.br/cidades-e-estados/rs/tres-arroios.html](https://cidades-e-estados/rs/tres-arroios.html)> Acesso em: 12 Set. 2020.

INFOSANBAS. **Informações sobre Saneamento Básico no Brasil**. Disponível em: <<https://infosanbas.org.br/municipio/gaurama-rs/>> Acesso em: 12 Set. 2020.

KÖCHE, José Carlos. **Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e prática da pesquisa**. 14 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

KOERICH, Josiély; SILVA, Janine Gomes da. ‘Comida de alma’: lembranças, reivindicações e sensibilidades na região rural de Joinville/SC. **Revista Santa Catarina em História**, Florianópolis, SC, v.8, n.1, p. 18-39. 2014.

LARA, Lauanda Dal Molin de Almeida, et al. Análise da adesão, aceitação e composição nutricional das refeições escolares que atendem crianças de 6 a 10 anos em escolas municipais da região leste do município de Foz do Iguaçu/PR. **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil**. 2019.

LESSA, Juliana Schumacker. **O espaço alimentar e seu papel na socialização da infância: o caso de uma creche pública**. 2011. 207 p. dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina. 2011.

LIBERMANN, Angelita Pinto; BERTOLINI, Geysler Rogis Flor. Tendências de pesquisa em políticas públicas: uma avaliação do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. **Ciência & Saúde Coletiva**, n. 20, v. 11, p. 3533-3546, 2015.

LOPES, Bruno de Jesus. **Análise da implementação do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE a partir de instrumentos de avaliação de políticas e fiscalização de programas governamentais**. 2017. 168 p. Tese (Programa de Pós Graduação em Extensão Rural). Universidade Federal de Viçosa-MG. 2017.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MARIANA, Eleuza Menezes. **A função das merendeiras nas escolas municipais de Uberlândia, Minas Gerais: disciplinarização do trabalho e reconhecimento social**. 2013. 59 p. Monografia (Curso de História). Universidade Federal de Uberlândia. 2013.

MARTÍNEZ, Silvia Alicia; PINHO, Francine Nogueira Lamy Garcia. Política de alimentação escolar brasileira: Representações sociais e marcas do passado. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, v. 24, n. 66, p. 1-34, 2016.

MARTINS FILHO, Altino José. **Minúcias da vida cotidiana no fazer-fazendo da docência na educação infantil**. 2013. 306 p. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2013.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: _____. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 23. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. p. 9-30.

MONTANARI, Massimo. **Comida como cultura**. 2. ed. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2013.

MORAES, Fernanda Winck. **Possibilidades e implicações institucionais: análise do Programa Nacional de Alimentação Escolar no município de Pelotas-RS**. 2017. 131 p. Dissertação (Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Territorial e Sistemas Agroindustriais). Universidade Federal de Pelotas. 2017.

MOROSINI, Marília Costa; FERNANDES, Cleoni Maria Barboza. Estado do conhecimento: conceitos, finalidades e interlocuções. **Educação Por Escrito**, Porto Alegre, v. 5, n. 2, p. 154-164, jul./dez. 2014

MULLER, Pierre; SUREL, Yves. **A análise das políticas públicas**. Pelotas: Educat, 2002.

MUSSIO, Bruna Roniza; REZER, Ricardo. **O comer e a comida: percepções de professores sobre a alimentação escolar**. Colóquio internacional de educação, Universidade do Oeste de Santa Catarina, p. 937 – 947, 2014.

OLIVEIRA, Vera (Dir.). **Três Arroios: nossa história**. Porto Alegre: Companhia Rio-Grandense de Artes Gráficas (CORAG), 2013.

PEDRAZA, Dixis Figueroa et al. Avaliação do Programa Nacional de Alimentação Escolar: revisão da literatura. **Ciência & Saúde Coletiva**, n. 23, v. 5, p.1551-1560, 2018.

PEIXINHO, Albaneide Maria Lima. **Um resgate histórico do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE**. 2011. 133 p. Dissertação (Mestrado Profissional). Universidade Federal de São Paulo. 2011.

PINHO, Francine Nogueira Lamy Garcia. Representações sociais da alimentação escolar: quem é a merendeira. **Anais... XIII Encontro Nacional de História Oral: história oral, práticas educacionais e interdisciplinaridade**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 01 a 04 de maio de 2016.

RAPHAELLI, Chirle de Oliveira, et al. Adesão e aceitabilidade de cardápios da alimentação escolar do ensino fundamental de escolas de zona rural. **Brazilian Journal of Food Technology**, Campinas, v. 20, p. 1-9, 2017.

RAU, Raquel. **Modos de comer, modos de viver: um olhar sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar e suas interfaces com a cultura e o desenvolvimento local a partir de famílias rurais pomeranas de São Lourenço do Sul**. 2016. 194 p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, RS, 2016.

RIBEIRO, Helena Cardoso. **O que é comer na escola? Da escola à política: uma análise do Programa Nacional de Alimentação Escolar**. 2017. 234 p. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Instiuro de Ciencias Humanas. Programa de Pós-Graduação em Ciencias Sociais, 2017.

SANTOS, Rafaela dos. **Comida de casa, comida da escola: as contribuições do PNAE na preservação dos hábitos alimentares em Coruripe, Alagoas**. 2019. 147 p. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Geografia). Universidade Federal de Sergipe. 2019.

SCARPARO, Ana Luiza Sander et al. Aspectos relevantes na formação de manipuladores de alimentos que atuam na alimentação escolar. **Revista Caderno Pedagógico**, Lajeado, v. 14, n. 2, p. 207-223, 2017.

SILVA, Camilo Adalton Mariano da et al. O Programa Nacional de Alimentação Escolar sob a ótica dos alunos da rede estadual de ensino de Minas Gerais, Brasil. **Revista ciência & saúde coletiva**, v. 18, n.4, p. 963-969, 2013.

SILVA, Samuel Rodrigo da. **Programa Nacional de Alimentação Escolar: análise do processo de implementação no município de Belo Horizonte-MG**. 2015. 136 p. Dissertação (Programa de Pós Graduação em Administração). Universidade Federal de Viçosa. 2015.

SOUSA, Emanuella Gracy Numes Cadó. **Limites e possibilidades do Programa Nacional de Alimentação Escolar enquanto estratégia de promoção da segurança alimentar e nutricional no município de Macaíba/RN**. 2013. 97 p. Dissertação (Programa de Pós graduação em Ciências Sociais). Universidade Federa do Rio Grande d Norte. 2013.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão de literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n 16, p. 20-45, jul/dez. 2006.

STAKE, Robert E. **Pesquisa qualitativa: como as coisas funcionam**. São Paulo: Penso, 2011.

TANAJURA, Laudelino Luiz Castro; BEZERRA, Ada Augusta Celestino. Pesquisa-ação sob a ótica de René Barbier e Michel Thiollent: aproximações e especificidades metodológicas. **Revista Eletrônica Pesquiseduca**, Santos, v. 07, n. 13, p.10-23, jan.-jun. 2015

TANAJURA, Indira Menezes Pinto de Castro; FREITAS, Maria do Carmo Soares de. O relevante trabalho das merendeiras escolares de escolas públicas de Salvador, Bahia. **Revista Baiana de Saúde Pública**, v.36, n.4, p.919-934, out./dez. 2012.

TASCA, Eliane; DEGGERONE, Zenicleia Angelita; PARIS, Cleunir Augusto. Agricultura familiar e alimentação escolar: análise da dinâmica do PNAE no território do Alto Uruguai-RS. **Revista Grifos – Unochapecó**, v. 29, n. 50, p. 103-125. 2020.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1988.

TOLEDO, Renata Ferraz de; JACOBI, Pedro Roberto. Pesquisa-ação e educação: compartilhando princípios na construção de conhecimentos e no fortalecimento comunitário para o enfrentamento de problemas. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 34, n. 122, p. 155-173, jan.-mar. 2013.

TRÊS ARROIOS. Lei nº 2.211, de 29 de julho de 2014. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/rs/t/tres-arroios/lei-ordinaria/2014/222/2211/lei-ordinaria-n-2211-2014-cria-cargos-na-lei-municipal-n-1413-2007-de-06-08-2007-e-alteracoes-posteriores-e-da-outras-providencias?q=2.211%20>>. Acesso em: 19 set. 2020.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

VASCONCELOS, Marianna Salgado Cavalcante de. Merenda escolar: o direito à alimentação em tempos de pandemia pela COVID-19. **Anais...** Conedu VI Congresso Nacional de Educação. 2020.

VASCONCELOS, Marianna Salgado Cavalcante de. Merenda escolar: o direito à alimentação em tempos de pandemia pela COVID-19. **Anais...** Conedu VI Congresso Nacional de Educação. 2020.

VITOLO, Márcia Regina. **Nutrição da gestação ao envelhecimento**. Rio de Janeiro: Ed. Rubio, 2008.

WISNIEWSKI, Maurício. **O comer consciente: perspectiva para a educação alimentar na infância**. 2007. 202 p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Ponta Grossa, PR. 2007.

ZAGO, Neivo (Rev). **Cem anos de história**: Três Arroios-RS. Porto Alegre: Editora Gráfica Ltda, 2017.

APÊNDICE A – Declaração de Ciência e Concordância das Instituições Envolvidas**DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA DAS INSTITUIÇÕES
ENVOLVIDAS**

Com o objetivo de atender às exigências para obtenção de parecer do Comitê de Ética em Pesquisa envolvendo Seres Humanos, _____(nome do representante legal), o representante legal da instituição _____(Preencher nome do local (instituição) onde será aplicado o projeto de pesquisa) envolvida no projeto de pesquisa intitulado “**Pedagogia da comida: ressignificando a alimentação escolar pelo olhar das merendeiras**”, declara estar ciente e de acordo com seu desenvolvimento nos termos propostos, salientando que os pesquisadores deverão cumprir os termos da resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde, o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, e as demais legislações vigentes.

Assinatura do Pesquisador Responsável

Assinatura e Carimbo do responsável da Instituição

APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Pedagogia da comida: ressignificando a alimentação escolar pelo olhar das merendeiras
Prezado participante,

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa **“Pedagogia da comida: ressignificando a alimentação escolar pelo olhar das merendeiras”**

Desenvolvida por Alíssia Barberini, discente de mestrado no Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Campus de Erechim, sob orientação da Professora Isabel Rosa Gritti.

O objetivo central do estudo é: analisar as percepções de merendeiras, de municípios do Rio Grande do Sul, sobre a alimentação escolar.

O convite para essa pesquisa se deve ao fato de você trabalhar com a alimentação escolar nas escolas municipais em que a pesquisa será realizada, sendo, portanto, de grande valia a sua participação, para pensarmos em melhorias quanto à alimentação escolar.

Sua participação não é obrigatória e você tem plena autonomia para decidir se quer ou não participar, bem como desistir da colaboração neste estudo no momento em que desejar, sem necessidade de qualquer explicação e sem nenhuma forma de penalização. Você não será penalizado de nenhuma maneira caso decida não consentir sua participação, ou desista da mesma. Contudo, ela é muito importante para a execução da pesquisa.

Você não receberá remuneração e nenhum tipo de recompensa nesta pesquisa, sendo sua participação voluntária.

Serão garantidas a confidencialidade e a privacidade das informações por você prestadas. Qualquer dado que possa identificá-lo será omitido na divulgação dos resultados da pesquisa e o material armazenado em local seguro.

A qualquer momento, durante a pesquisa, ou posteriormente, você poderá solicitar do pesquisador informações sobre sua participação e/ou sobre a pesquisa, o que poderá ser feito através dos meios de contato explicitados neste Termo.

A sua participação consistirá em responder perguntas de uma entrevista, ao qual será organizada e acompanhada pela pesquisadora do projeto. Após este procedimento, a pesquisadora organizará roda de conversa com você e as demais participantes.

Todos os dados serão coletados, assim como a roda de conversa, serão realizadas na escola, mas de forma alguma, você será prejudicado quanto ao trabalho que você desempenha na escola. Todos os encontros serão previamente agendados com direção e com você, de forma a organizar a sua rotina de trabalho e não prejudicar o andamento de suas atividades.

O tempo de duração da entrevista é de aproximadamente 40 minutos, e da roda de conversa de aproximadamente 1 hora.

É importante salientar que os momentos de respostas das entrevistas e a roda de conversa serão gravados, mas serão utilizadas somente para a transcrição das informações e logo após as gravações serão apagadas. Deixando claro novamente, que o seu nome não será divulgado.

Os momentos de respostas da entrevista e roda de conversa serão transcritas e armazenadas, em arquivos digitais, mas somente terão acesso às mesmas a pesquisadora e sua orientadora.

Ao final da pesquisa, todo material será mantido em arquivo, físico ou digital, por um período de cinco anos, depois serão incinerados e apagados.

O benefício relacionado com a sua colaboração nesta pesquisa é o de colaborar com o levantamento de informações quanto à alimentação escolar, assim como auxiliar para o conhecimentos das merendeiras quanto ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), debatendo características sobre o cardápio escolar, aceitação e resistência pelos alunos da alimentação. Assim, considera-se que as respostas e o trabalho de conversa com as merendeiras possa auxiliar para a constante melhoria da merenda escolar

A participação na pesquisa poderá causar riscos imediatos como o constrangimento durante a realização das atividades, mais especificamente quando a aplicação da entrevista semi-estruturada, em que você poderá não saber o que responder ou não saber como participar da entrevista, e da mesma forma, não sentir-se confortável na participação da "Roda de conversa", principalmente por estar em conjunto com outras pessoas.

As medidas a serem adotadas nesta situação se basearão em não obrigar você a responder, e caso não houver uma resposta logo em seguida ao questionamento, será passada para a próxima questão da entrevista. Tentando deixar você o mais confortável possível durante a entrevista. Além disso, a pesquisadora tomara os devidos cuidados éticos em vista de minimizar a possibilidade do acontecimento dos riscos identificados, atentando-se para as palavras escolhidas na construção dos instrumentos de coleta de dados. Também será utilizado o espaço privado como local para coleta dos dados, ou seja, uma sala onde estarão somente pesquisadora e pesquisadas.

O risco posterior a pesquisa poderá ser em relação a possível identificação da identidade das escolas e das participantes através da escrita do trabalho final, entretanto, será observado atentamente para que isto não ocorra. Poderá ocorrer vazamento de dados da pesquisa, uma vez a metodologia envolve conversa com grupo de pessoas, entretanto, isto também será levado em consideração e será frisado a confidencialidade e o sigilo das informações.

Para evitar a identificação das participantes e das escolas, não serão utilizados nomes, mas sim números ou codinomes, garantindo que haverá confidencialidade dos participantes. E se houver alguma escrita que poderá ser associada a determinada participante, está não será utilizada. Ressalta-se também que os materiais coletados ficarão sob tutela, única e exclusivamente, da pesquisadora. E se caso, mesmo com todos esses cuidados, ocorrer a identificação ou vazamento de dados da pesquisa, será prestado atendimento e esclarecimentos e será estendido a desistência de participação, caso o pesquisado achar conveniente.

Além disso, em função do momento de pandemia pelo Covid-19, você poderá estar em risco de contaminação com o vírus, entretanto, serão tomadas todas as medidas sanitárias para evitar sua propagação. Será obrigatório o uso de máscaras durante todos os processos de entrevistas e rodas de conversa, além de disponibilizar álcool em gel e higienização da sala, prévia e posterior ao uso. Além disso, serão posicionada as mesas, uma vez que será utilizada sala de aula, com o distanciamento de no mínimo 2 metros entre as mesas e cadeiras, e não será permitido abraços ou qualquer contato físico entre as participantes. Serão disponibilizadas canetas individuais para cada participantes, para assinatura do TCLE, que serão higienizadas antes e após o uso. Se caso ocorrer alguma contaminação por Covi-19, será dado todo o suporte de saúde necessário.

Os resultados serão divulgados em eventos e/ou publicações científicas mantendo sigilo dos dados pessoais.

Caso concorde em participar, uma via deste termo ficará em seu poder e a outra será entregue ao pesquisador. Não receberá cópia deste termo, mas apenas uma via. Desde já agradecemos sua participação!

Gaurama/Três Arroios, ____ de ____ de 2021.

Assinatura do Pesquisador Responsável

Contato profissional com o(a) pesquisador(a) responsável: Alíssia Barberini

Tel: (54) 99187-2660

e-mail: alissia.b@hotmail.com

Endereço para correspondência: Universidade Federal da Fronteira Sul, ERS 135 - Km 72, 200, Cx Postal 764, CEP 99700-970, Erechim – Rio Grande do Sul - Brasil

Em caso de dúvida quanto à condução ética do estudo, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da UFFS:

Tel e Fax - (0XX) 49- 2049-3745

E-Mail: cep.uffs@uffs.edu.br

Endereço para correspondência: Universidade Federal da Fronteira Sul/UFFS - Comitê de Ética em Pesquisa da UFFS, Rodovia SC 484 Km 02, Fronteira Sul, CEP 89815-899 Chapecó - Santa Catarina – Brasil)

Declaro que entendi os objetivos e condições de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

Nome completo do (a) participante: _____

Assinatura: _____

APÊNDICE C – Questionário para entrevista com merendeiras**Roteiro para entrevista com as merendeiras****Eixo 1: Caracterização das entrevistadas**

Nome: _____

Cargo: _____

Município: _____

Idade: _____ anos

Escolaridade: _____

Tempo de trabalho como merendeira: _____

Trabalha em outra função na escola: _____

Trabalhou em outras funções antes de ser merendeira? Quais?

Já participou de treinamentos sobre alimentação escolar?

Eixo 2: Conhecimentos sobre o PNAE

Você conhece o PNAE? Sabe o que é?

Você sabe qual o objetivo da alimentação ofertada na escola?

Você acha que a merenda escolar é importante? Por quê? Para quem?

Você sabe como é o recebimento de recursos para o PNAE? Qual o motivo de compra da agricultura familiar?

Você acredita que a qualidade da merenda escolar melhorou com a inserção dos produtos da agricultura familiar?

Você conhece o CAE? Sabe qual sua finalidade?

Você sabe quais são as suas atribuições? Se sim, quais?

Como é o seu trabalho? E o que é ser merendeira?

Qual o seu envolvimento com os alunos?

Como é servida a comida ao aluno? Você acha que está correto desta forma? Mudaria alguma coisa?

Você sabe qual o objetivo do cardápio?

A escola segue o cardápio estipulado? Se sim, você sabe o motivo do cardápio ser elaborado de tal maneira? Se não, qual o motivo de não seguir o cardápio?

O que você acha que faz com que os alunos comam a merenda?

O que você acha que faz com que os alunos não comam a merenda?